MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA
CAMPUS DE SANTANA DO ARAGUAIA
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA - IEA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Santana do Araguaia
2023

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Reitor: Prof. Dr. Francisco Ribeiro da Costa
Vice-Reitora: Profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante
Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof. Dr. Denilson da Silva Costa
Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica: Dra. Gilmara Regina Lima Feio
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis: Prof. Dra. Lúcia Cristina Cavalcante

Instituto de Engenharia do Araguaia
Diretor-Geral: Prof. Dr. Carlos Maviael de Carvalho
Diretor-Adjunto: Prof. Dr. Tarciso Binoti Simas

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Profa. Ma. Renata Durans Pessoa de Souza

Docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo
Prof. Me. Hamilton Damasceno Costa
Profa. Ma. Karliane Massari Fonseca
Prof. Dr. Leandro Gracioso de Almeida e Silva
Profa. Dra. Raísse Layane de Paula Saraiva
Profa. Ma. Renata Durans Pessoa de Souza
Profa. Ma. Marcela Marçal Maciel Monteiro
Prof. Dr. Tarciso Binoti Simas

Equipe de atualização do PPC - 2023
Prof. Me. Hamilton Damasceno Costa
Profa. Ma. Karliane Massari Fonseca
Prof. Dr. Leandro Gracioso de Almeida e Silva
Profa. Dra. Raísse Layane de Paula Saraiva
Profa. Ma. Renata Durans Pessoa de Souza
Prof. Dr. Tarciso Binoti Simas

Elaboração do PPC - 2019
Equipes Gestora e Técnica do Instituto de Engenharia do Araguaia
Membros da Congregação do Instituto de Engenharia do Araguaia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Unifesspa 11

Figura 2 – Mapa dos cursos de Arquitetura e Urbanismo por ano de criação desde o século XIX 13

Figura 3 – Dados de Arquitetura e Urbanismo no Pará 14

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O Curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa. 14

Quadro 2 – Docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/UNIFESSPA 155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores para custeio das atividades de campo do curso de Arquitetura e Urbanismo. 34

Tabela 2 – Distribuição da carga horária do curso por atividades. 39

Tabela 3 – Estrutura curricular do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. 40

Tabela 4 – Disciplinas optativas. 43

Tabela 5 – Atividades complementares 127

Tabela 6 – Conceitos e notas 152

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas

AC – Atividades Complementares

ACG – Avaliação dos Cursos de Graduação

AsBEA – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura

AU – Arquitetura e Urbanismo

Avalies – Avaliação das Instituições de Educação Superior

BIM – *Building Information Modeling*

CA – Centro Acadêmico

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CEP – Código de Enderaçamento Postal

CES – Câmara de Educação Superior

CH – Carga Horária

CIALP – Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

CNE – Conselho Nacional de Educação

COAAP – Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos

Consad – Conselho Superior de Administração

Consepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Consun – Conselho Universitário

CP – Conselho Pleno

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CR – Crédito

CRCA – Centro de Registro e Controle Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DF – Distrito Federal

DIM – Distrito Industrial de Marabá

ECS – Estágio Curricular Supervisionado

Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Enem – Exame Nacional de Ensino Médio

FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FPAA – Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos

Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEA – Instituto de Engenharia do Araguaia

IES – Instituições de Ensino Superior

IFF – Instituto Federal Fluminense

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

NBR – Norma Brasileira

NDE – Núcleo Docente Estruturante

PA – Pará

Parfor – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIT – Plano Individual de Trabalho

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

Proeg – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Proex – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis

Proext – Programa de Extensão Universitária

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESu – Secretaria de Educação Superior

Sigaa – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TR – Termo de Referência

Uerj – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFT – Universidade Federal de Tocantins

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UIA – União Internacional de Arquitetos

UNE – União Nacional dos Estudantes

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unifesspa – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8

2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO 9

2.1 ENSINO PÚBLICO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO CONTEXTO NACIONAL 12
2.2 O PROFISSIONAL ARQUITETO E URBANISTA NO CONTEXTO ATUAL PARAENSE 13

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO 15

4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO 15

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS 16
4.1.1 Fundamentos epistemológicos 16
4.1.2 Fundamentos éticos 19
4.1.3 Fundamentos didático-pedagógicos 20

5. OBJETIVOS 23

5.1 OBJETIVO GERAL 23
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 23

6. PERFIL DO EGRESSO 24

7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES 24

8. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 25

8.1 ENFOQUE E PRINCÍPIOS 27
8.2 RELAÇÃO INTERDISCIPLINARIDADE E FLEXIBILIDADE CURRICULAR 29
8.3 RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA E ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ... 30

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO 38

9.1 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO 39
9.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS 43

10. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS 45

1º SEMESTRE 45
2º SEMESTRE 52
3º SEMESTRE 59
4º SEMESTRE 66
5º SEMESTRE 74
6º SEMESTRE 81
7º SEMESTRE 87
8º SEMESTRE 94
9º SEMESTRE 101
10º SEMESTRE 103

11. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS 105

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO 118

13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 119

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES 120

15. POLÍTICA DE PESQUISA 123

16. POLÍTICA DE EXTENSÃO **125**

17. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL **127**

18. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA **130**

19. PARTICIPAÇÃO DISCENTE **138**

20. PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES DO CURSO **138**

21. PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE **138**

22. SISTEMA DE AVALIAÇÃO **140**

22.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DE AVALIAÇÃO 141
22.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 143
22.3 AVALIAÇÃO DO ENSINO 146
22.4 AVALIAÇÃO INTERNA DO CURSO 147

23. INFRAESTRUTURA **148**

23.1 DOCENTES 148
23.2 TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS 149
23.4 INSTALAÇÕES 149
23.4.1 Salas de aula *150*
23.4.2 Laboratórios *150*
23.4.3 Biblioteca *153*
23.4.4 Sala coletiva de professores *154*
23.4.5 Trabalho para docentes em tempo integral *154*
23.4.6 Espaço de trabalho para coordenação do curso *155*

24. REFERÊNCIAS **156**

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR COMPETÊNCIA E HABILIDADES **162**

ANEXO II - DESENHO CURRICULAR **165**

ANEXO III - CONTABILIDADE ACADÊMICA **168**

ANEXO IV - ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO **173**

ANEXO V – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO **176**

ANEXO VI – CARTA-ABERTA ÀS FACULDADES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL **177**

1. INTRODUÇÃO

Neste Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) do Instituto de Engenharia do Araguaia (IEA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) - *Campus* de Santana do Araguaia, encontram-se os pressupostos que sustentam a organização e o funcionamento administrativo e pedagógico do curso em implantação. Seu objetivo é orientar as ações para a formação profissional do arquiteto e urbanista.

Sua elaboração referencia-se em dispositivos legais de âmbito internacional, como a Carta para a Formação dos Arquitetos (UNESCO/UIA/2011), que tece considerações acerca do processo formativo desses profissionais; de âmbito nacional, como a Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Arquitetura e Urbanismo; e também nas políticas de ensino, pesquisa e extensão estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UNIFESSPA 2020/2024), entre outros referenciais utilizados.

Como instrumento de planejamento de curso vinculado ao instrumento de planejamento macro da Unifesspa, todas as proposições com vistas a formar o profissional arquiteto e urbanista objetivam colaborar na consolidação do propósito de criação da Instituição, que tem por **missão:** "produzir, sistematizar e difundir conhecimentos filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando a formação e as competências do ser humano na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e no avanço da qualidade de vida" e também de seu anseio de futuro, conforme explicitado na **visão** de "Ser uma universidade inclusiva e de excelência na produção e difusão de conhecimentos de caráter filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico." (PDI UNIFESSPA 2020/2024, p. 10).

Ainda, em seu PDI, na lauda 127, a Unifesspa expressa seu compromisso com a educação pública de nível superior, por meio dos **princípios** estabelecidos, com os quais este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) também se alinha. São estes os princípios da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará:

I. a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

II. o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica;

III. o pluralismo de ideias e de pensamento.

Em função das circunstâncias de implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo no IEA/Unifesspa, a primeira versão do PPC envolveu profissionais das

equipes gestora e técnica do IEA, que buscaram como referência projetos de instituições com curso de Arquitetura e Urbanismo já consolidados, além dos dispositivos legais. Essa primeira versão elaborada foi submetida à análise da Congregação IEA/Unifesspa para aprovação e posterior encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe/Unifesspa) para homologação.

Com a composição dos primeiros docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo, foi constituído o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) do curso de Arquitetura e Urbanismo que faz o acompanhamento do desenvolvimento das ações, a sua avaliação, assim como a proposição de complementação ou reelaboração deste PPC periodicamente.

Em relação aos elementos estruturantes, este PPC segue o roteiro proposto pela Unifesspa, considerando em suas partes dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Desse modo, situa contextualmente o curso; expõe a sua organização didático-pedagógica; apresenta seu quadro docente e técnico-administrativo, assim como as condições necessárias de infraestrutura e de recursos para o desenvolvimento das práticas educativas.

A atualização desse instrumento de gestão das ações de ensino, pesquisa e extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo fica também condicionada aos resultados das avaliações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unifesspa, primando sempre pela formação de seus egressos como “cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia” (PDI UNIFESSPA 2020/2024, p. 126).

2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA é mais uma ação que expressa os anseios da Unifesspa em ser “universidade inclusiva e de excelência na produção e difusão de conhecimentos de caráter filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico” (PDI/UNIFESSPA 2020/2024, p. 164).

No que concerne ao anseio da Unifesspa em ser “universidade inclusiva”, o próprio histórico de sua criação ratifica essa sua característica. Oficialmente, ela foi criada pela Lei n.º 12.824, de 5 de junho de 2013. A partir disso, há o desmembramento do *Campus* de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA), ao qual esteve ligado desde 1986, conforme Resolução nº 21.355/86 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), o qual aprova o Projeto de Interiorização da UFPA.

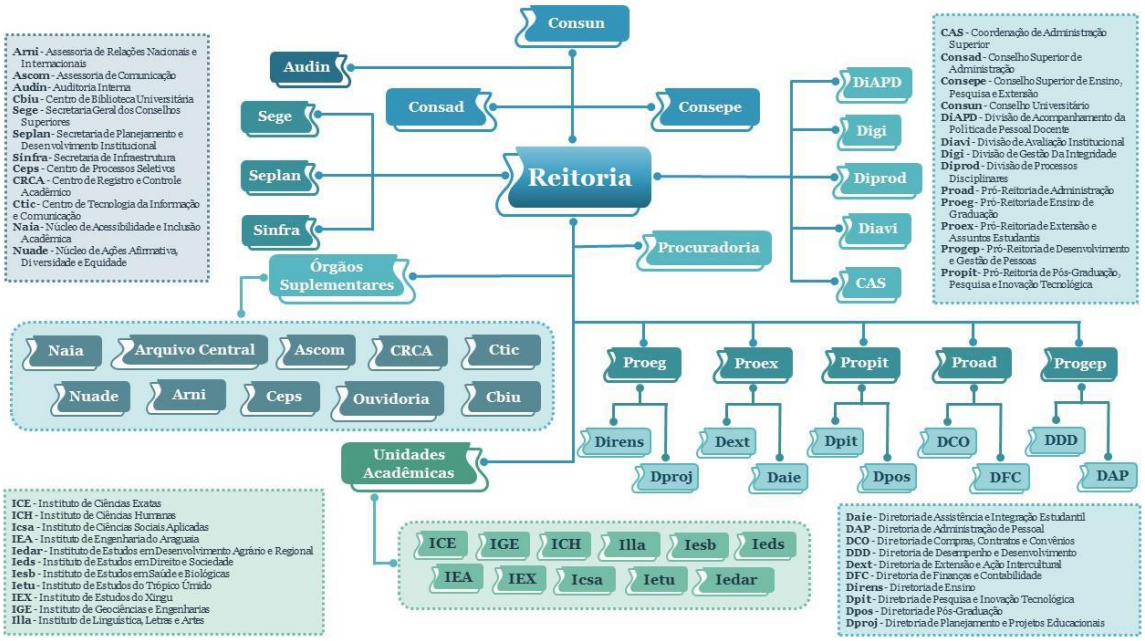
No processo de criação da Unifesspa, há fatores econômico e social que o impulsionaram. Em relação ao primeiro fator, destaca-se a explosão da produção mineral, marcada, entre outros aspectos, pela implantação das diferentes fases do DIM (Distrito Industrial de Marabá), a qual colaborou para incitar o crescimento industrial e demográfico nas regiões sul e sudeste do Pará, que tem Marabá como seu principal polo urbano.

Quanto ao segundo fator, observa-se que, devido às dificuldades de acesso e de comunicação com os grandes centros, a população local aspirava por uma universidade própria que propicia a formação profissional de seus estudantes, sem o imperativo do deslocamento para as metrópoles, e que contribuísse com o desenvolvimento social dos municípios localizados nessas regiões.

Assim, desde sua criação, a Unifesspa se constituiu como universidade *multicampi*, sendo formada pelo *Campus* de Marabá (sede) e os *Campi* de Rondon do Pará, Xinguara, São Félix do Xingu e de Santana do Araguaia. Entretanto, a área de abrangência da Unifesspa vai além dos municípios citados, envolvendo, ao todo, 39 municípios da mesorregião do sudeste paraense, além de potencial impacto no norte do Tocantins, sul do Maranhão e norte do Mato Grosso.

No que diz respeito ao anseio da Unifesspa por “excelência na produção e difusão de conhecimentos”, em seu organograma (Figura 1), é possível observar toda uma estrutura administrativa e pedagógica, organizada com a finalidade de possibilitar o funcionamento dos 5 *campi*, com suas respectivas unidades acadêmicas.

Figura 1 - Organograma da UNIFESSPA



Fonte: PDI UNIFESSPA 2020/2024, p. 118.

Em seu curto período de existência autônoma, a Unifesspa mantém em funcionamento 42 cursos de graduação, das diferentes áreas do conhecimento, distribuídos em seus 5 *campi*, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado.

No cenário da formação inicial e continuada do território brasileiro, a Unifesspa busca firmar os anseios da **visão** institucional descrita em seu PDI. Desse modo, a implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo no IEA vem reforçar e reafirmar essa concretização no *Campus* da Unifesspa de Santana do Araguaia. Esta cidade situa-se nas divisas das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, dos estados do Pará (PA), Mato Grosso (MT) e de Tocantins (TO) e entre os biomas da Amazônia e do Cerrado. Trata-se de um município relativamente novo, cuja atual sede foi remanejada em 1984, após a grande enchente do rio Araguaia. No Censo de 2010, último levantamento disponível, havia apenas 1,58% da população graduada, ou seja, 888 habitantes (IBGE, 2023). Assim, neste contexto tão particular do país, o curso de Arquitetura e Urbanismo se potencializa, de forma estratégica, pela possibilidade de reflexão, análise e projeto do ambiente construído onde a sociedade se organiza e se faz tão necessário.

Ademais, a implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo veio agregar-se a dois outros cursos do IEA na modalidade presencial que já estavam em funcionamento Instituto: a Licenciatura em Matemática, desde o segundo semestre de 2014; e o curso

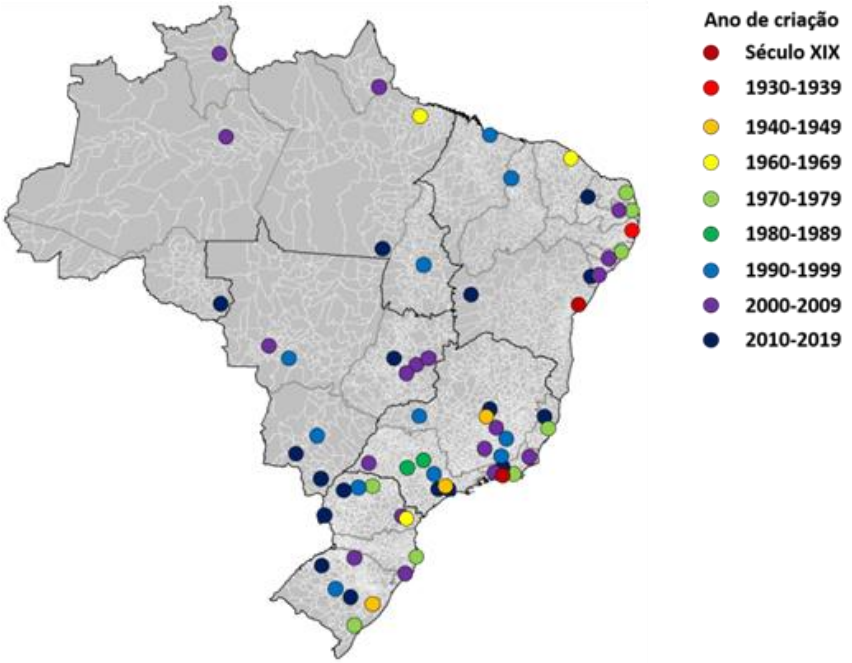
de Engenharia Civil, desde o segundo semestre de 2018. Esse estreitamento permite otimizar os recursos públicos contidos na infraestrutura proposta de laboratórios desses dois cursos pioneiros.

Para melhor entender os desafios e as possibilidades da implantação deste curso, são apresentados a seguir: 2.1 Ensino público de Arquitetura e Urbanismo no contexto nacional; e 2.2. O profissional arquiteto urbanista no contexto atual paraense.

2.1 Ensino público de Arquitetura e Urbanismo no contexto nacional

Em 2020, o Brasil possuía 59 instituições públicas com oferta de 67 cursos e 4.868 vagas de Arquitetura e Urbanismo, cuja distribuição no espaço e no tempo pode ser observada na Figura 2. Com o projeto de interiorização do ensino superior público realizado nas últimas décadas, contabilizam-se 29 cursos ofertados em capitais e 38 nas demais cidades. Por outro lado, em relação à oferta de vagas, 59,86% ainda estão concentradas nas capitais em contraste com os 40,14% nas demais cidades. Nesse contexto, o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifesspa é um dos mais recentes cursos públicos brasileiros que permite avançar uma importante frente de interiorização do ensino universitário em uma cidade afastada das principais centralidades e na Região Norte onde há os menores números de cursos e de vagas, em contraste com as concentrações entre Salvador e Natal, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nas abrangências de Brasília e Goiânia e nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (SIMAS; NOLETO; SILVA, 2021).

Figura 2 -Mapa dos cursos de Arquitetura e Urbanismo por ano de criação desde o século XIX.



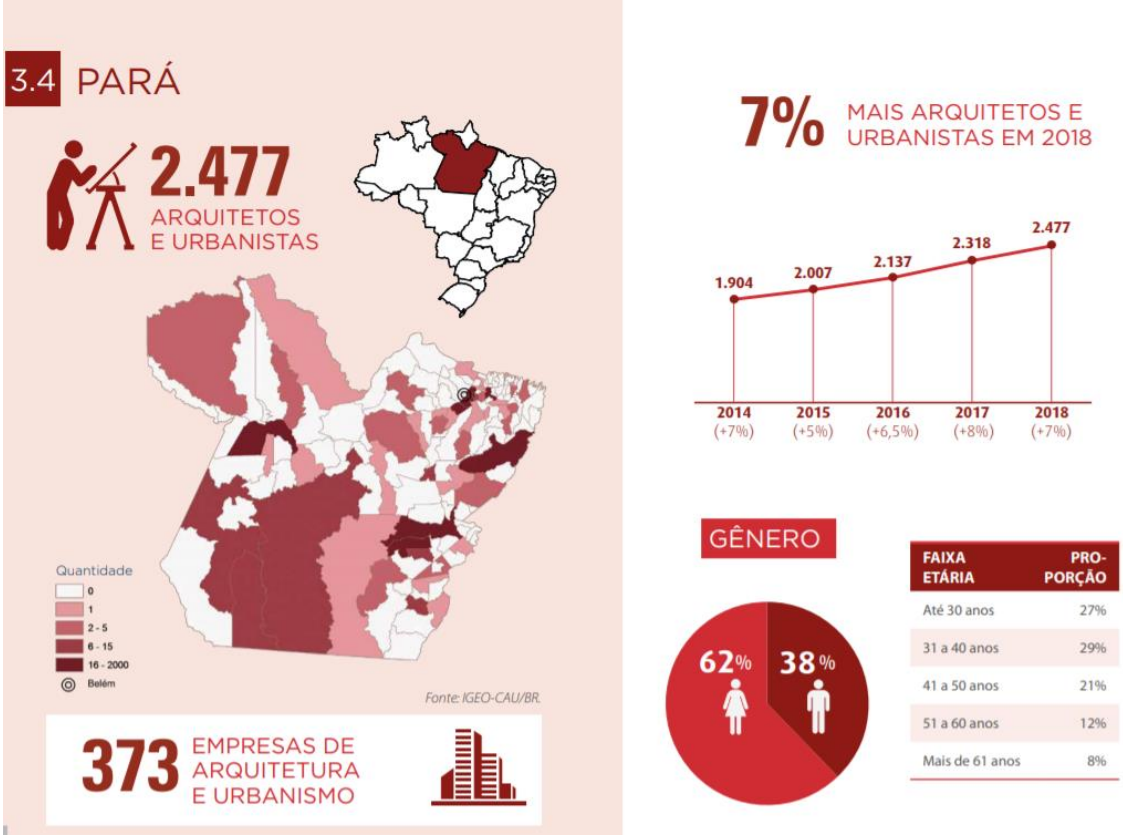
Fonte: SIMAS; DIAS; SILVA, 2021, p. 9

2.2 O profissional arquiteto e urbanista no contexto atual paraense

O Anuário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (2019) aponta o crescimento de atividades da área entre os anos de 2016 e 2017. Embora a região Norte tenha apresentado o maior crescimento em número de profissionais ativos, o Pará está entre os estados da região que possui menos arquitetos por habitantes proporcionalmente. São 3.473 habitantes para um arquiteto.

No Anuário, ainda são encontradas informações relativas ao quantitativo de profissionais no estado, com discriminação de crescimento ano a ano, a partir de 2012, e com apresentação de percentual de arquitetos e urbanistas por gênero. Entre outras informações específicas da profissão ao contexto paraense, está o quantitativo de empresas da área instaladas no estado, conforme se vê na Figura 3, destacada do Anuário.

Figura 3 - Dados de Arquitetura e Urbanismo no Pará



Fonte: Anuário de Arquitetura e Urbanismo (2019, p. 30).

De acordo com o documento, todo o levantamento feito sobre a área, em sua abrangência, é indicativo de como o mercado se movimenta e de como o profissional de Arquitetura e Urbanismo pode encontrar novas oportunidades de trabalho. Por outro lado, o levantamento serve também para que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) promova políticas e ações mais eficientes, em sintonia com as diferentes realidades.

Outro levantamento importante feito pelo Anuário diz respeito ao aumento de atividades de Arquitetura e Urbanismo. Para a Unifesspa, esses dados do Anuário denotam a expansão da área em termos de afazeres relacionados a projeto, execução, gestão, meio ambiente, atividades especiais em Arquitetura e Urbanismo, ensino e pesquisa, engenharia e segurança do trabalho. Tudo isso requerendo a construção de um currículo amplo e flexível do curso, fundamentado em valores humanistas para a formação do acadêmico, que tem no estado e na região a possibilidade de se estabelecer profissionalmente.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Estão sintetizadas no quadro seguinte informações relativas à identificação, localização e aspectos legais e estruturais da organização do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa.

Quadro 1 - Dados sobre o curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA/UNIFESSPA

Nome do Curso	Arquitetura e Urbanismo
Modalidade do Curso	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo
Local de oferta	Unifesspa – Campus de Santana do Araguaia Instituto de Engenharia do Araguaia
Endereço	Avenida Brilhante, Gleba 68, lote 1A, Seringal, Santana do Araguaia-PA, CEP: 68560-000
Forma de ingresso	Por meio de processo seletivo aprovado e regulado pelo Consepe, observada a legislação vigente.
Vagas	30 vagas anuais
Turno de funcionamento	Integral
Modalidade de oferta	Presencial
Total de períodos	10 semestres
Tempo padrão de conclusão	5 anos
Tempo máximo de conclusão	7 anos e meio
Forma de oferta	Paralela, excepcionalmente, modular (quando for o caso)
Carga horária total	3.876h
Título conferido	Bacharel em Arquitetura e Urbanismo
Período letivo	Extensivo
Regime acadêmico	Seriado
Coordenação do Curso	Profa. Ma. Renata Durans Pessoa de Souza

Fonte: Autores

4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

Neste tópico, encontram-se diretivas traçadas para o curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA/Unifesspa. Elas remetem a postulados, a fim a ser alcançado, a perfil profissional a ser formado, a competências a serem construídas e a métodos empregados para a interação e elaboração do conhecimento da área.

4.1 Fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógicos

Os fundamentos nos quais se ancora o PPC do curso de Arquitetura e Urbanismo estão voltados à construção do perfil do egresso, conforme instituído na Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, e também no que determina o PDI Unifesspa 2020/2024, quando expõe que esses projetos

> devem ressaltar o compromisso de articular o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo uma concepção de formação que busca a sólida formação teórica, o trabalho coletivo interdisciplinar, a unidade entre teoria/prática, o compromisso social e ético do profissional na superação das injustiças sociais, da exclusão e da discriminação social, na busca por uma sociedade mais humana e solidária (PDI UNIFESSPA 2020/2024, p. 170).

No intuito de se alinhar ao que se encontra regulamentado nesses dois documentos, os fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógicos aqui delineados afinam-se a teorias críticas do processo educativo formal.

4.1.1 Fundamentos epistemológicos

Quando a Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, que institui as Diretrizes Curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, estabelece critérios para caracterizar o perfil do egresso e destaca, em primeiro lugar, que se tenha "sólida formação de profissional generalista", demarca, com isso, que concepções que fundamentam epistemologicamente o curso precisam estar situadas num campo teórico-discursivo de compreensão multidimensional de mundo e omnilateral de ser humano. É nesse contexto que as concepções de conhecimento, currículo, educação, ensino e aprendizagem estão sendo tomadas como fundamentos epistemológicos do curso.

Para a construção de um perfil de profissional arquiteto e urbanista generalista, o conhecimento acessado e construído no meio acadêmico é concebido numa perspectiva integradora, ou seja, comprometido em diluir distinções valorativas entre as ciências da natureza e as humanidades. É também, numa perspectiva interacionista de sua elaboração, as possíveis respostas que o homem produz a cada desafio com que se defronta, modificando sua realidade e a si próprio. Desse modo, vai agregando novos conhecimentos aos já existentes.

Enquanto finalidade, a compreensão é de que o conhecimento deve contribuir para erradicar pobreza, promover harmonia com a natureza e com a sua sustentabilidade, preservar a cultura de paz e de interação entre ciência, tecnologia e

sociedade. É um entendimento que está em conformidade com as discussões da *Conferência Mundial sobre Ciência para o Século XXI – Um Novo Compromisso*, promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2003).

Outro aspecto discutido nessa Conferência e que também se incorpora neste PPC refere-se à disponibilização do conhecimento científico a todos, buscando erradicar as diferenças socioeconômicas entre os países. São princípios de alcance mundial cujo sentido vai sendo apropriado e adequado, porque se equipara ao contexto de formação profissional desta Universidade.

Essa forma de conceber o conhecimento que vem para composição curricular do curso só terá acolhimento nela se o currículo for assumido como conjunto integrado e articulado de atividades "nucleares" intencionadas e organizadas para promover a sua construção, reconstrução, socialização e difusão. O termo em destaque pelo uso das aspas é um acréscimo de Saviani (2012, p. 15) a essa difundida concepção de currículo, a fim de demarcar que o acesso ao saber formalizado do programa curricular, está na centralidade da ação pedagógica.

Esses conhecimentos de base da formação do profissional-cidadão que contribui com o desenvolvimento socioeconômico local, regional, nacional e global de uma sociedade democrática e solidária em construção, por sua vez, nivelam-se com uma concepção de educação que é emancipatória, porque pressupõe a conscientização e a problematização de contexto social de oportunidades desiguais e mobiliza meios de superação.

Na perspectiva de instrumentalizar o estudante em formação, a fim de que ele desenvolva "aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo" (RESOLUÇÃO N.º 2/2010/CNE/CES), o ensino é concebido como processo no qual são criadas condições de interação com o objeto de conhecimento, por meio de situações desafiadoras nas quais é possível estabelecer reciprocidade intelectual e cooperação moral e racional entre os sujeitos envolvidos. A aprendizagem seria, pois, a capacidade de o estudante exercitar operacionalmente a inteligência a fim de elaborar o conhecimento, enquanto interage com o objeto e os demais sujeitos.

Quando se considera a abrangência de atividades profissionais destacadas pelo Anuário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (2019), assim como a amplitude de

atribuições do arquiteto e urbanista tal qual se apresentam dispostas na Lei n.° 12.378/2010, observa-se que as bases do saber científico da área atrelam-se a saberes de outras a fim de compor os seus referenciais.

Concernentemente aos conhecimentos próprios do campo da Arquitetura e Urbanismo, eles se constroem dentro de períodos historicamente situados, reconstroem-se por aprofundamento da compreensão do processo em momento posterior e, por vezes, simultâneo, ou ainda, transformam-se por refutação. Assim, como conjunto de princípios da ciência arquitetônica e urbanística, tais conhecimentos compõem as teorias da área. Como agregação de procedimentos, constituem o estudo de métodos característicos.

Os vínculos operativos entre conhecimentos teóricos e práticos fazem com que eles se demandem, sem que, necessariamente, um deles seja guia do outro. Nesse sentido, os fundamentos epistemológicos do curso são, ainda, os conhecimentos sistematizados do campo a serem abordados nessa perspectiva, considerando a abrangência de matizes próprios da área e os que são por ela apropriados.

A organização desses conhecimentos como conteúdos curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo respalda-se no art. 6.º da Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, no qual está disposta a distribuição desses conteúdos em dois núcleos (Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e Núcleo de Conhecimentos Profissionais) e um Trabalho de Curso.

Em relação à composição dos Núcleos, o documento regulamenta que:

> § 1.º O Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação será composto por campos de saber que forneçam o embasamento necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado e será integrado por: Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenho e Meios de Representação e Expressão.
> § 2.º O Núcleo de Conhecimentos Profissionais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso e será constituído por: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia.

Com essa composição dos Núcleos, o docente, em sua ação pedagógica, serve-se dos conhecimentos científicos de cada segmento do saber a fim de que, em práticas de ensino, pesquisa e extensão, recursos cognitivos do acadêmico sejam ativados em sua elaboração. Tais conhecimentos também subsidiarão o estudante na composição do

Trabalho de Curso, com procedimentos de investigação técnico-científica.

São conhecimentos voltados para a formação generalista do arquiteto e urbanista e envolvem atividades profissionais de elaboração de projeto, execução de obras, gestão, meio ambiente, atividades especiais, ensino e pesquisa, engenharia de segurança do trabalho. Ao fazerem parte da formação desse profissional, abrem trilhas para o aprofundamento em determinada especialidade, por meio de formação continuada, sem perder de vista a capacidade de julgar a pertinência dos conhecimentos em relação à situação e de mobilizá-los com discernimento.

4.1.2 Fundamentos éticos

À competência técnica do profissional, desenvolvida pela apropriação dos conhecimentos científicos dos campos de saber, precisam agregar-se os fundamentos éticos. Para isso, o arquiteto e urbanista dispõe de Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), aprovado pela Resolução n.° 52/2013.

Nele, encontram-se regulamentadas obrigações gerais ao profissional registrado no CAU/BR e também obrigações para com o interesse público, para com o contratante, para com a profissão, para com os colegas e para com o Conselho de Arquitetura. No art. 2.º da Resolução que aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, está a recomendação para que o Conselho promova a divulgação do documento em instituições de ensino superior, entre outras instâncias citadas.

Nesse sentido, neste PPC do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa, faz-se o acolhimento das regulamentações do Código como seus fundamentos éticos. Eles se constituem conhecimentos declarativos, que fazem parte da formação e devem ser assumidos pelo acadêmico no desempenho de sua profissionalidade.

Outros conhecimentos relacionados, especialmente, a conteúdos atitudinais e que são fundamentos éticos do curso de Arquitetura e Urbanismo referem-se ao respeito à diversidade. No cotidiano acadêmico, eles devem manifestar-se por meio da valorização de conhecimentos produzidos por diferentes culturas; pelo reconhecimento da singularidade e das diferenças entre pessoas e grupos sociais, bem como pelo seu acolhimento no ambiente acadêmico; na convivência respeitosa com diferentes opiniões

sobre fatos e diferentes visões de mundo; no repúdio a qualquer tipo de discriminação e pelo respeito aos valores e crenças. Tais conhecimentos são caros à Unifesspa, cuja visão expressa o intento de “ser uma universidade inclusiva”. Eles se oficializam e se legitimam em múltiplos dispositivos legais.

De forma objetivada, no desenvolvimento de disciplinas obrigatórias e em demais atividades curriculares desenvolvidas pelo curso de Arquitetura e Urbanismo, serão abordados, de modo transversal, conhecimentos referentes à Educação Ambiental, como preconiza a Resolução n.º 2/2012/CNE/CP, e relacionados à Educação em Direitos Humanos, em conformidade com a Resolução n.º 1/2012/CNE/CP, assim como a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais.

4.1.3 Fundamentos didático-pedagógicos

Quanto aos fundamentos didático-pedagógicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa, novamente recorre-se à Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, a fim de destacar dela diretrizes que implicam procedimentos a serem utilizados pelo docente, os quais, por sua vez, requerem dele a compreensão de conhecimentos acerca desses modos de ensinar.

O primeiro procedimento destacado refere-se ao ensino por competências e habilidades (art. 2.º). Essas terminologias, encontradas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Arquitetura e Urbanismo, ou as concepções que delas emanam aparecem já há algum tempo em referenciais oficiais da educação, tais como: *Conferência Mundial da Educação Para Todos* (1990), *Relatório da Comissão Internacional da Educação para o Século XXI* (DELORS, 1996), *Lei n.º 9.394* (1996), *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998), *Documento Básico do Enem* (1999).

De acordo com Rangel, Mocarzel e Pimenta (2016), as concepções de competências e habilidades expressas em referenciais da educação vão ao encontro das proposições de Perrenoud (1999), o qual, acerca de competência, escreve:

> São múltiplos os significados da noção de competência. Eu a definirei aqui como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos. (PERRENOUD, 1999, p. 4)

Em relação à habilidade, o autor supracitado escreve:

> Em um certo sentido, a habilidade é uma "inteligência capitalizada", uma sequência de modos operatórios, de analogias, de intuições, de induções, de deduções, de transposições dominadas, de funcionamentos heurísticos rotinizados que se tornaram esquemas mentais de alto nível ou tramas que ganham tempo, que "inserem" a decisão (ibid, p. 33).

Tendo em vista que a concepção de competência em Perrenoud (1999) supõe que ela esteja relacionada às operações cognitivas, de modo que não basta o conhecimento, mas a capacidade de saber que uso fazer desse conhecimento em situações contextualizadas, a habilidade seria complementar a ela, uma vez que, para a manifestação de determinada competência, seria necessário ativar habilidades desenvolvidas.

Rangel, Mocarzel e Pimenta (2016, p. 32) exemplificam esse processo referindo- se à competência para dirigir automóvel, a qual requereria habilidades como interpretar a sinalização de trânsito, operar o veículo, possuir noções de distância.

A compreensão de tais concepções, assim como a sua utilização como diretriz das ações pedagógicas implicam: a) a não centralidade de conteúdo conceitual nas práticas, com adoção de abordagem que também inclua aqueles conteúdos relacionados a procedimentos, valores, normas e atitudes; b) a apresentação de conteúdos com explicitação da finalidade de sua aprendizagem; c) a visão de conteúdo como meio para que o acadêmico desenvolva habilidades que lhe permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos; d) a necessidade de relacionar os conteúdos com as práticas sociais vivenciadas pelo acadêmico; e) a compreensão de que os procedimentos expressam o saber fazer, no qual estão envolvidas a tomada de decisões e a realização de uma série de ações ordenadas, a fim de se alcançar um objetivo; f) o estímulo à autonomia do acadêmico; g) a utilização das funções diagnóstica, formativa e somativa da avaliação na perspectiva de promover aprendizagens; h) a pressuposição da interação cognitiva entre conhecimentos prévios e conhecimentos a serem apropriados; i) a necessidade de minimizar a compartimentação disciplinar.

O segundo procedimento diz respeito à interdisciplinaridade (art. 3.°, inciso III) como fundamento que possibilita convergências, aproximações e complementaridade entre conhecimentos de áreas distintas. Fazenda (2002, p. 39) respalda essa ideia, quando escreve que:

> Na interdisciplinaridade, ter-se-ia uma relação de reciprocidade, de mutualidade, ou melhor dizendo, um regime de co-propriedade que iria possibilitar o diálogo entre os interessados. Neste sentido, pode-se dizer que a interdisciplinaridade depende basicamente de uma atitude. Nela a colaboração entre as diversas disciplinas conduz a uma "interação", a uma intersubjetividade como única possibilidade de

efetivação de um trabalho interdisciplinar.

A adoção desse procedimento na prática pedagógica não dilui as disciplinas. Seu objetivo é minimizar a fragmentação do conhecimento, impulsionando as trocas entre os especialistas e a interação entre disciplinas no desenvolvimento de propostas de ensino, pesquisa e extensão.

O terceiro procedimento relaciona-se à articulação entre teoria e prática (art. 3.º, inciso IV). Para o curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA/Unifesspa, a organização curricular flexível deve favorecer essa articulação, especialmente, ao propor atividades como a prototipagem, a elaboração simulada de projetos e os experimentos de canteiros. São atividades práticas para as quais os conhecimentos que fundamentam a sua realização deverão ser acionados pelo acadêmico.

Os conhecimentos aplicados irão propiciar uma formação com visão ampla do projeto arquitetônico e urbanístico, no qual será possível apontar desempenho, comportamento, resistência e durabilidades de materiais; identificar diferentes tipos de solos, fundações e estruturas; além de desenvolver uma visão mais geral acerca das tecnologias disponíveis para facilitar a criação arquitetônica. É uma formação de hospedagem de projetos em ambientes virtuais, de projeções a partir de recursos tecnológicos, de traçados em pranchetas e de edificações alicerçadas em terrenos adequados e com materiais apropriados.

O quarto procedimento destacado da Resolução n.º 2/2010/CNE/CES faz referência ao incentivo à pesquisa (art. 3.°, inciso VII). É um mecanismo didático-pedagógico que possibilita a problematização e a construção investigativa do conhecimento. Nesse processo, é possível articular a teoria e a prática de forma interdisciplinar e contextualizada, além de se constituir num modo de realizar a iniciação científica do acadêmico e integrar graduação e pós-graduação.

A pesquisa como fundamento didático-pedagógico para a formação do arquiteto e urbanista envolve ações que explicitam a indissociabilidade dela com o ensino e a extensão. Além disso, propicia a interação entre docente e acadêmico, impulsionando a discussão em sala de aula e o convívio com protocolos que respaldam a validade científica da investigação e encaminham a procedimentos pautados na ética.

Com esses fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógicos em atuação no desenvolvimento das práticas pedagógicas do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa, espera-se realizar a formação profissional do acadêmico numa perspectiva emancipatória e transformadora e em consonância com os princípios

legais da profissão, os quais estabelecem a qualidade de vida dos habitantes dos assentamentos humanos e a qualidade material do ambiente construído e sua durabilidade; o uso da tecnologia em respeito às necessidades sociais, culturais, estéticas e econômicas das comunidades; o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável do ambiente natural e construído e; a valorização e a preservação da Arquitetura, do Urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva. (BRASIL, 2016, p. 70).

5. OBJETIVOS

Na elaboração dos objetivos do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA/Unifesspa, foram consideradas as concepções instituídas nas Diretrizes Curriculares do Curso, as quais devem fundamentar a organização e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão para a formação do profissional arquiteto e urbanista.

5.1 Objetivo Geral

- ✔ Formar arquitetos e urbanistas generalistas e com habilitação única, com abordagem de conhecimentos fundamentados na epistemologia da área e nos preceitos éticos da profissão e do convívio social.

5.2 Objetivos específicos

- ✔ Desenvolver, em práticas de ensino, pesquisa e extensão, atividades que promovam o aprendizado acadêmico e a caracterização da identidade profissional, por meio das ciências dos campos de saber do Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e do Núcleo de Conhecimentos Profissionais.
- ✔ Instrumentalizar o acadêmico com conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais para a realização de seu Trabalho de Curso.
- ✔ Difundir os princípios, as regras e as recomendações do *Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil* (2013) como fundamentos éticos a serem apropriados pelo acadêmico e assumidos pelo profissional arquiteto e urbanista.
- ✔ Promover ações de respeito à diversidade em práticas educativas e pedagógicas.

- ✔ Planejar e desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando as concepções fundantes da organização didático-pedagógica do curso (competências e habilidades, interdisciplinaridade, articulação entre teoria e prática e incentivo à pesquisa).

6. PERFIL DO EGRESSO

Conforme prescrição do art. 4.º da Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, o curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa deve possibilitar que o egresso tenha como perfil:

> I – sólida formação profissional generalista;
> II – aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo;
> III – conservação e valorização do patrimônio construído;
> IV – proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis.

Nessa descrição documental de formação de perfil profissional de arquiteto e urbanista, o IEA/Unifesspa entende e assume a abrangência de competências que ela incorpora. Além da competência técnica, também as política e social, com capacidade para considerar a diversidade do contexto amazônico, em que se insere.

7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

De acordo com o artigo 5.º da Resolução do CNE/CES n.º 2/2010, o curso de Arquitetura e Urbanismo deve possibilitar formação profissional que contribua para o desenvolvimento de, pelo menos, estas competências e habilidades:

> I – o conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído; II – a compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos do meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;
> III – as habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;
> IV – o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de

> influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;
> V – os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;
> VI – o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;
> VII – os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana;
> VIII – a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;
> IX – o entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;
> X – as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;
> XI – as habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;
> XII – o conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informação e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;
> XIII – a habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional. (BRASIL, 2010, p. 38).

Elas ensejam um programa de ações a serem desenvolvidas em práticas de ensino, pesquisa e extensão.

8. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No inciso III, do art. 3.º, da Resolução do CNE/CES n.° 2/2010 encontra-se o dispositivo para que o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo exponha “formas de realização da interdisciplinaridade”. Fica assim estabelecido que tal concepção deva fazer parte das práticas procedimentais do docente do curso.

Pombo (2004) considera que a interdisciplinaridade pressupõe atitude e método. Relativamente ao método, a autora destaca a faceta cognitiva da interdisciplinaridade,

que englobaria o estar sensível à complexidade, demonstrar capacidade para procurar mecanismos comuns, dar atenção a estruturas profundas que possam articular o que aparentemente não é articulável. São ações que evidenciam procedimentos científicos para alcançar conhecimentos válidos e passíveis de verificação por meio de instrumentos confiáveis. Quanto à atitude, a referida autora enumera a curiosidade, a abertura de espírito, o gosto pela colaboração, pela cooperação, pelo trabalho em comum como atitudes necessárias à prática interdisciplinar.

Para Strickland (2002), esses pressupostos interdisciplinares seriam intrínsecos à atividade do arquiteto e urbanista, na Antiguidade. Nesse período, esse profissional projetava e executava. Eram responsabilidades que exigiam uma visão ampla sobre as diversas dimensões técnicas e artísticas envolvidas na construção.

No período Renascentista, deu-se início a fragmentação dessas atividades, separando-se o intelectual do operário (BENEVOLO, 1989; KOLAREVIC, 2003). Tal ruptura trouxe, no decorrer do tempo, transformações significativas à capacidade desse profissional enxergar o processo construtivo como um todo.

Isso também se refletiu na educação, com a proposição do currículo multidisciplinar para o curso de Arquitetura e Urbanismo, demandada pelo pensamento Positivista do século XIX (JAPIASSU, 1976). Desde a criação das primeiras universidades brasileiras, entre as décadas de 1920 e 1950, a forma de ensinar arquitetura e urbanismo desperta questionamentos importantes para o entendimento do campo disciplinar, da atuação profissional e da conceituação do projeto (SALCEDO *et al*, 2015). Atualmente, as novas demandas tecnológicas do setor da construção civil passaram a exigir projetos cada vez mais complexos e integrados, requisitando dos profissionais uma visão ampla sobre a construção e, consequentemente, requerendo uma formação em Arquitetura e Urbanismo mais abrangente e integradora de saberes (RUSCHEL *et al*, 2013). Com isso, evidencia-se a premente necessidade de práticas interdisciplinares nos cursos de formação do arquiteto e urbanista.

Na busca por concretizar e consolidar práticas interdisciplinares, Instituições de Ensino Superior (IES) têm projetado nos PPCs dos cursos, executado e divulgado algumas experiências. São proposições que partem de um tema gerador, como é o caso do que vem desenvolvendo a Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo; que realiza “Maratona de projetos” em ateliês verticais, como tem feito a Unochapecó, no Rio Grande do Sul; que tem se utilizado de plataforma colaborativa *Building Information Modeling* (BIM) para desenvolver atividade interdisciplinar no curso de

Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Fluminense (IFF), no Rio de Janeiro.

São exemplos de experiências que, cujo acesso às etapas de sua elaboração, ao fluxograma de seus procedimentos metodológicos, ao conhecimento das disciplinas e dos períodos letivos que envolvem, evidencia a possibilidade da realização de práticas interdisciplinares e do quanto elas são essenciais na formação do arquiteto e urbanista. Elas também apontam "modos de integração entre teoria e prática" (ART. 3.º, INCISO IV, RESOLUÇÃO N.º 2/2010) e uso de procedimentos da pesquisa-ação e da pesquisa exploratória.

Outros aspectos procedimentais das Diretrizes Curriculares do Curso referem-se à flexibilidade curricular, à articulação teoria e prática e à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A flexibilidade diz respeito à possibilidade de se construir currículo aberto às transformações por que passa a produção do conhecimento. Nos processos de ensino e aprendizagem, teoria e prática não estão em polos independentes, elas se demandam, havendo a necessidade de elaboração e desenvolvimento de atividades curriculares de ensino, pesquisa e extensão integradas ao contexto local imediato, mas sem perder de vista a formação voltada às questões globais.

Assim, os procedimentos metodológicos estabelecidos para o desenvolvimento das atividades curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA/Unifesspa tomam por referência "Princípios metodológicos gerais" e "Pressupostos curriculares" apresentados e discutidos no Caderno 7 (UFPA/PROEG/DAC, 2005); a Resolução Unifesspa/Consepe N. 008/2014, que aprova o Regulamento de Ensino de Graduação da Unifesspa; e princípios institucionais expostos no PDI Unifesspa (2020/2024).

8.1 Enfoque e Princípios

As atividades acadêmicas são discutidas em reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que tem a participação de docentes do curso. As discussões feitas no NDE poderão ser levadas ao órgão colegiado do curso (conselho da faculdade), composto por representantes discentes, técnico-administrativos em educação e docentes. Esses espaços configuram momentos de interação para troca de experiências, de saberes, de aprendizado e de melhoria do curso.

As reuniões de planejamento e avaliação de cada período são definidas no calendário acadêmico, cabendo ao docente apresentar, construir e discutir o plano de ensino da atividade curricular, bem como estabelece o Regulamento de Ensino de Graduação. Sendo esse plano disponibilizado em meio digital na plataforma oficial do

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) da Unifesspa.

A comunidade acadêmica também é estimulada às vivências culturais correlacionadas aos conteúdos programáticos das atividades curriculares, mediante visitas técnicas e trabalhos de campo com estudos de caso. Os grupos de pesquisa e os projetos de pesquisa/extensão podem propor atividades complementares que reforçam, aprofundam ou nivelam os conteúdos básicos, visando dispor da flexibilidade curricular, por meio de pesquisa, ensino e extensão, associando os conteúdos curriculares às questões de ordem social, ambiental, cultural e de sabedorias tradicionais.

No Caderno 7 (UFPA/PROEG/DAC, 2005), são elencados três princípios metodológicos gerais para os cursos de graduação. O primeiro deles é o diálogo, tendo em vista que docente e discente são sujeitos na construção do processo ensino-aprendizagem. O segundo é a pesquisa, por possibilitar o diálogo com o novo, por preparar o sujeito para lidar com a singularidade da prática profissional e por bem expressar a relação teoria-prática como elementos indissociáveis. O terceiro é o pluralismo de espaço e estratégias no desenvolvimento de atividades curriculares, por meio de estímulo à participação dos estudantes em eventos culturais, científicos, acadêmicos, projetos de intervenção comunitários, monitoria, grupos de pesquisa e estudos temáticos, como atividades curriculares.

O corpo docente tem a possibilidade de aplicar diferentes estratégias no processo ensino-aprendizagem, utilizando a realidade local, mas sem perder de vista a formação voltada às questões globais. Estratégias essas que poderão variar entre aulas teórico-expositivas, aulas práticas e trabalhos de campo, visitas técnicas, apresentação de seminários, publicação de trabalhos científicos, produção de material didático ou eventos culturais, metodologias ativas e a aplicação do conceito de sala de aula invertida. Estes procedimentos metodológicos presentes nas Diretrizes Curriculares do Curso serão orientados pelo corpo docente, que é composto por especialistas em diferentes áreas.

Os princípios avaliativos gerais contidos nesta produção (Caderno 7) também delineiam procedimentos voltados a práticas educativas emancipatórias, por isso a avaliação é considerada como elemento constitutivo, orientador e reorientador do processo ensino-aprendizagem, sendo a avaliação formativa declarada essencial na construção do modelo curricular. Em função disso, são apontados os requisitos para privilegiar o aspecto processual/formativo da avaliação. São eles:

a) Assumir que a avaliação não deve restringir-se aos alunos, mas estender-se

aos professores;

b) Superar a tradição disciplinar da avaliação e adotar avaliações no sentido longitudinal do curso;

c) Adotar e explorar múltiplas estratégias e instrumentos de avaliação.

Outros princípios avaliativos gerais de que trata o Caderno 7 são a diversificação de estratégias e instrumentos de avaliação, porque contribui para a construção de diagnóstico mais integral do processo ensino-aprendizagem e possibilita análise de diferentes ângulos; e a participação em múltiplas dimensões da vida acadêmica (eventos científicos, culturais, agremiações de classe, monitoria), porque propicia a diversificação de experiências formativas que prepara o sujeito para lidar com diferentes demandas da vida profissional (UFPA/PROEG/DAC, 2005).

8.2 Relação Interdisciplinaridade e Flexibilidade Curricular

No Caderno 7 (UFPA/PROEG/DAC, 2005), constam alguns outros importantes pressupostos e princípios curriculares para os cursos de graduação, entre eles destacam-se: a interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular, a relação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em certa medida, esses pressupostos vão ao encontro do que institui a Resolução Unifesspa/Consepe N. 008/2014, que expõe em seu art. 4.º que:

> Os cursos de Graduação da Unifesspa obedecerão a princípios metodológicos que, admitindo a diversidade de meios, promovam a integração com a pesquisa e a extensão e a relação teoria-prática como elementos indissociáveis do processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva da relação entre docente, discente e conhecimento. (Unifesspa/CONSEPE, 2014).

Em termos de discussão conceitual dos pressupostos e princípios curriculares, o Caderno 7 remete a elaborações de autores que abordam o tema e discorre sobre as temáticas, na perspectiva de enfatizar sempre que o desenvolvimento das atividades curriculares por competência deve distanciar-se do processo ensino-aprendizagem voltado ao utilitarismo.

Assim, acerca da interdisciplinaridade, a base de referência é Frigotto (1995), para esse autor, a interdisciplinaridade é uma necessidade no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico. Alerta que não é uma questão de método de investigação e nem de técnica didática. Na concepção de interdisciplinaridade elaborada

por ele, destaca que:

A necessidade de interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa na natureza intersubjetiva de sua apreensão. O caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente, ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema, isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. E, nesse sentido, mesmo delimitado, um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável (FRIGOTTO, 1995).

Essa é uma visão de interdisciplinaridade que se contrapõe à concepção baseada numa visão de ciência como razão instrumental. De acordo com Etges (1995), essa visão acaba reduzindo a interdisciplinaridade a uma ação técnica de meios adequados para fins preestabelecidos. Em relação à flexibilidade curricular, é definida como produção de conhecimento vista como processo cambiante, por isso demanda processos permanentes de transformação na educação e, consequentemente, nas estruturas curriculares. A flexibilidade implica construção de currículos dinâmicos e permanentemente abertos às mudanças. Tal princípio possibilita desamarrar a estrutura rígida de condução do curso, além de permitir ao aluno imprimir ritmo e direção ao seu curso.

Assim, nas discussões de planejamento e de plano de ensino, são tratadas as possibilidades de interdisciplinaridade entre as disciplinas a serem ofertadas pelos docentes. Isso tem resultado na integração de atividades de avaliação cujo abordagem considera conteúdos práticos, teóricos, extensionistas e de pesquisa científica.

8.3 Relação entre Teoria e Prática e entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A relação teoria-prática é compreendida como vinculação permanente em todas as áreas do conhecimento. Por isso, o processo de aprendizagem tem que estar integrado à prática profissional cotidiana. A partir dos problemas concretos é que o conhecimento teórico pode tornar-se útil e significativo para os futuros profissionais. Este PPC busca o atendimento da Resolução do CNE/CES n.° 2/2010 em relação à “integração entre teoria e prática” a partir das atividades de:

> I - Aulas teóricas, complementadas por conferências e palestras previamente programadas como parte do trabalho didático regular;
> II - Produção em ateliê, experimentação em laboratórios, elaboração de modelos, utilização de computadores, consulta a bibliotecas e a bancos de dados;
> III - Viagens de estudos para o conhecimento de obras arquitetônicas, de conjuntos históricos, de cidades e regiões que ofereçam soluções de interesse e de unidades de conservação do patrimônio natural;
> IV - Visitas a canteiros de obras, levantamento de campo em edificações e bairros, consultas a arquivos e a instituições, contatos com autoridades de gestão urbana;
> V - Pesquisas temáticas, bibliográficas e iconográficas, documentação de arquitetura, urbanismo e paisagismo e produção de inventários e bancos de dados; projetos de pesquisa e extensão; emprego de fotografia e vídeo; escritórios-modelo de arquitetura e urbanismo; núcleos de serviços à comunidade;
> VI - Participação em atividades extracurriculares, como encontros, exposições, concursos, premiações, seminários internos ou externos à instituição, bem como sua organização.

Além disso, o PDI da Unifesspa 2020/2024 trata de mais dois pressupostos que se alinham, de forma mais direta: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos. Este PPC ressalta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão por ser um pressuposto que também está intrínseco a função constitucional da universidade, tais características conferem qualidade social, política e pedagógica à instituição. O envolvimento dos graduandos nessas atividades é objetivo de todos os envolvidos na concretização dos projetos pedagógicos da instituição (UFPA/PROEG/DAC, 2005). Dentre os parâmetros da Resolução CNE/CES 2/2019, vale salientar, por exemplo, o cumprimento do inciso III do Art. 6º, Cap. III, que diz respeito ao desenvolvimento de cada uma das competências estabelecidas para o egresso, mediante o desenvolvimento de atividades de ensino-aprendizagem de natureza básica, específica, de pesquisa, de extensão e prática.

Essas práticas pedagógicas são colocadas em ação pelo corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo de modo a ir além das aulas teóricas pertinentes aos assuntos. Destaca-se que a cada semestre são realizadas reuniões de planejamento e de apresentação de plano de ensino que visam explorar possibilidades de integração entre ensino, pesquisa e extensão, entre teoria e prática e entre as atividades de avaliação, buscando uma abordagem multidisciplinar pelos docentes. Isso permite o desenvolvimento de projetos integradores nos quais os alunos são estimulados a responder problemas do mesmo objeto por diferentes disciplinas.

Em relação ao item I e VI do § 5º do Art. 6º da Resolução do CNE/CES n.°

2/2010, o envolvimento dos acadêmicos em atividades diversas e em variados campos de conhecimento é uma necessidade real da academia, pois aborda também processos de cidadania, cultura e arte. Pretende-se superar a formação do arquiteto e urbanista tradicional limitado a abrangência técnica, cujas disciplinas são de conteúdo de assimilação difícil, buscando o incentivo à participação acadêmica em atividades extracurriculares. Nesse campo de experimentação, busca-se o fomento e o desenvolvimento das habilidades humanísticas, artísticas, políticas e culturais. Assim, a Unifesspa incentiva seus discentes na participação de eventos externos e promove internamente diversas ações, tais como a Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (Jepe), Seminário de Iniciação Científica, Encontro de Pós-Graduação, dentre tantos outros realizados pelos seus 42 cursos de graduação que são oportunidades de integração do conhecimento.

Tratando-se especificamente do curso de Arquitetura e Urbanismo, são realizados dois eventos anuais no próprio Campus da Unifesspa de Santana do Araguaia. Vale ressaltar que, devido à distância das principais centralidades brasileiras, esses dois eventos inteiramente gratuitos são relevantes oportunidades para muitos amazônidas participarem de eventos científicos e atividades extracurriculares, inclusive em sua organização. São eles:

- **Encontro de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (Epepe).** No primeiro semestre letivo do ano, é realizado o Epepe desde 2021. Trata-se de um projeto extensionista, com envolvimento dos discentes em sua organização e aberto à toda sociedade, que propicia a realização gratuita de minicursos e de palestras com convite a pesquisadores externos à instituição. As edições presenciais conseguiram angariar financiamento através das Chamadas de Apoio à Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – Fapespa, o que permite ampliar a colaboração de pesquisadores de diferentes regiões brasileiras. Além disso, todos os participantes são convidados a submeter, de forma inteiramente gratuita, seus projetos de ensino, pesquisa e extensão que são apresentados em sessões temáticas e publicados através de livro.
- **Congresso Araguaiense de Ciências Exata, Tecnológica e Social Aplicada (Conara).** No segundo semestre letivo, é realizado o Conara, que vem acontecendo desde o ano de 2019. Este projeto extensionista, com envolvimento

dos discentes em sua organização e aberto à toda sociedade, vem criando um espaço com a oferta de cursos e de discussões científicas através de sessões temáticas e de palestras, realizadas por profissionais oriundos de diversas regiões brasileiras. Isso é possível graças à contemplação de financiamento através das Chamadas de Apoio à Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação da Fapespa. Vale ressaltar ainda seu crescimento: em 2019, o financiamento foi aprovado como evento de abrangência local; em 2020 e 2021, as edições foram realizadas de forma virtual por conta do distanciamento social; em 2022, obteve financiamento de evento em abrangência regional; e, em 2023, abrangência nacional. Isso significa que o Conara alcançou uma programação de palestrantes, uma comissão organizadora, um comitê científico de diferentes regiões brasileiras. Além disso, é oferecida a oportunidade gratuita de submissão de artigos científicos e resumos expandidos que são publicados nos anais do evento, sendo que os melhores trabalhos são indicados para publicação na revista parceira *The Journal of Engineering and Exact Sciences* (ISSN 2446-9416; Classificação B2 no quadriênio 2017-2020).

Em relação ao item II do § 5º do Art. 6º da Resolução do CNE/CES n.° 2/2010, o Campus da Unifesspa de Santana do Araguaia dispõe do Bloco de Laboratórios que é apresentado detalhadamente na seção de Infraestrutura. Ali, é possível a produção e experimentação em Laboratórios de Informática, de Desenho Técnico, de Conforto Ambiental, de Ateliê de Projeto, de Estudos Urbanos e de Fabricação Digital e Prototipagem Rápida, de Eletricidade, Iluminância e Instalações Elétricas, de Física, de Segurança do Trabalho, Topografia e Geoprocessamento, de Estruturas e Materiais e de Geotecnia, Infraestrutura e Solos. Além disso, há disponibilidade de uso de computadores nos Laboratórios de Informática I e II e na Biblioteca e de consulta ao:

- Acervo físico da Biblioteca do IEA e das demais bibliotecas da Unifesspa, cuja consulta é facilitada através do site https://sigaa.unifesspa.edu.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf?aba=p-biblioteca
- Ao acervo virtual da Minha Biblioteca, através do site https://dliportal.zbra.com.br/Login.aspx?key=UNIFESSPA
- Repositório Institucional da Unifesspa, através do site https://repositorio.unifesspa.edu.br/

- Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com instruções no site https://cbiu.unifesspa.edu.br/periodicos.html

Em relação ao item III do § 5º do Art. 6º da Resolução do CNE/CES n.° 2/2010, as visitas ou viagens de campo proporcionam ao discente uma visão da prática profissional, servem de estímulo ao aprendizado em sala de aula e devem ser feitas em cidades com obras arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas relevantes, mediante programação previamente planejada semestralmente. Para tal, busca-se junto à Unifesspa uma previsão orçamentária para o custeio das atividades, visitas ou viagens de campo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA/Unifesspa – Campus de Santana do Araguaia. Na Tabela 1, é possível observar sugestões de locais para visitas e uma previsão de orçamento por viagem de campo.

Tabela 1 – Valores para custeio das atividades de campo do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Local	Despesas	Valor de Refer.	N. de Participantes	N. de Dias	Subtotal (R$)	Total (R$)
Belém - PA	Motoristas	209	2	7	2.926,00	65.506,00
	Servidores	320	3	7	6.720,00	
	Alunos	150	40	7	42.000,00	
	Ônibus (combustível)	6,3	-	-	13.860,00	
Brasília - DF	Motoristas	209	2	7	2.926,00	65.506,00
	Servidores	320	3	7	6.720,00	
	Alunos	150	40	7	42.000,00	
	Ônibus (combustível)	6,3	-	-	13.860,00	
Curitiba – PR	Motoristas	209	2	10	4.180,00	102.760,00
	Servidores	320	3	10	9.600,00	
	Alunos	150	40	10	60.000,00	
	Ônibus (combustível)	6,3	-	-	28.980,00	
Ouro Preto -	Motoristas	209	2	10	4.180,00	97.720,00
	Servidores	320	3	10	9.600,00	

MG	Alunos	150	40	10	60.000,00	
	Ônibus (combustível)	6,3	-	-	23.940,00	
Palmas - TO	Motoristas	209	2	7	2.926,00	57.946,00
	Servidores	320	3	7	6.720,00	
	Alunos	150	40	7	42.000,00	
	Ônibus (combustível)	6,3	-	-	6.300,00	
Recife - PE	Motoristas	209	2	10	4.180,00	102.760,00
	Servidores	320	3	10	9.600,00	
	Alunos	150	40	10	60.000,00	
	Ônibus (combustível)	6,3	-	-	28.980,00	
Rio de Janeiro - RJ	Motoristas	209	2	10	4.180,00	102.760,00
	Servidores	320	3	10	9.600,00	
	Alunos	150	40	10	60.000,00	
	Ônibus (combustível)	6,3	-	-	28.980,00	
São Luís - MA	Motoristas	209	2	7	2.926,00	69.286,00
	Servidores	320	3	7	6.720,00	
	Alunos	150	40	7	42.000,00	
	Ônibus (combustível)	6,3	-	-	17.640,00	
São Paulo - SP	Motoristas	209	2	10	4.180,00	102.760,00
	Servidores	320	3	10	9.600,00	
	Alunos	150	40	10	60.000,00	
	Ônibus (combustível)	6,3	-	-	28.980,00	

Observações: 1) Local: os locais poderão ser alterados em função das necessidades dos componentes curriculares envolvidos e do planejamento semestral do curso. O percurso refere-se ao trajeto de ida e volta tomando como ponto inicial a cidade de Santana do Araguaia, além do cálculo da distância percorrida durante os dias de trabalho de campo. 2) Despesas: o combustível foi calculado tomando como base o valor de R$ 6,30 o litro de diesel cotado no dia 01/09/2023. 3) Valor de Referência: valores das diárias e ajuda de custo, cotadas em 01/09/2023. 4) Número de Participantes: o cálculo de 40 estudantes foi considerado como de referência das vagas do ônibus e da média de alunos que tem disponibilidade de participar de viagem de campo. Fonte: Autores.

Essa atividade prática é uma oportunidade de vivência de obras arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas relevantes no cenário nacional e ainda permite a troca de

conhecimentos com profissionais atuantes durante as visitas.

Em relação ao item IV e V do § 5º do Art. 6º da Resolução do CNE/CES n.° 2/2010, são feitas atividades de integração às oportunidades de Santana do Araguaia, tais como obras de edificações, levantamento de campo, consulta à Biblioteca Municipal de Santana do Araguaia e integração com gestores e servidores públicos municipais. Ademais, todo o corpo docente desenvolve projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, com temáticas regionais, tecnológicas e socioambientais. Destacam-se:

- **Polo de Referência em Construção Civil.** Trata-se do Convênio 06/2021 celebrado com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica do Estado Pará – Sectet/PA com a Unifesspa para realização do Polo de Referência de Construção Civil. Seus objetivos são ofertar cursos de capacitação dentro do universo da construção civil, desde curso de pedreiro até de programas de computador avançados, e realizar investigações científicas, associado a iniciação científica com bolsa, para avançar em novos conhecimentos diante das constantes inovações tecnológicas e das lacunas do contexto particular da região do sudeste paraense. Assim, o corpo docente, técnico e discente trabalham em conjunto nesse programa de pesquisa e extensão onde se oferece a toda sociedade oportunidades de capacitação e novos conhecimentos relacionados à construção civil. Saiba mais em https://iea.unifesspa.edu.br/o-que-%C3%A9.html

- **Bolsas de Estágio**. As bolsas de estágio seguem regras de seus respectivos editais, no caso de estágios ofertados pela Unifesspa. Além disso, a coordenadoria de estágios do curso deve fomentar a disponibilização de vagas de estágio para alunos de graduação, não somente em programas institucionais, mas também nos setores público, privado e filantrópico da região.

- **Programa de Monitoria**. O programa de monitoria desenvolvido no curso é uma atividade institucionalizada da Unifesspa, que visa contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem e caracteriza-se por propiciar nivelamento de competências, estimular a criatividade, complementar a ação didático-pedagógica e estreitar a cooperação entre discentes e docentes. A monitoria é uma atividade que proporciona oportunidades de crescimento intelectual e profissional para os discentes que revelam interesse na carreira acadêmica ou que, de alguma forma, queiram ampliar seu referencial de qualificação. As regras para

participação no programa de monitoria constam em editais lançados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) antes do início de cada período letivo.

- **Empresa Júnior de Engenharia Civil e Arquitetura (PROJETEC-JR).** Trata-se de um projeto extensionista, sendo uma organização formada por estudantes de graduação que busca aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula a projetos e serviços reais para a comunidade interna e externa. Os alunos são orientados por docentes do curso, tendo como objetivo proporcionar experiências de prática de projeto aos alunos, preparando-os para o mercado de trabalho. A PROJETEC-JR oferece uma variedade de serviços, como consultoria, pesquisa de mercado, desenvolvimento de programas de computador, *design* gráfico, entre outros, atendendo clientes e empresas reais enquanto os estudantes ganham experiência valiosa em suas respectivas áreas de estudo. Além disso, promove o empreendedorismo, o trabalho em equipe e o desenvolvimento de habilidades de negócios entre os alunos envolvidos.

- **Programa de Educação Tutorial (PET)**: visa complementar a perspectiva convencional de educação escolar, que é centrada principalmente na memorização de fatos e informações e auxiliar os estudantes a se tornarem cada vez mais independentes em relação à administração de suas necessidades de aprendizagem. Dentre os seus objetivos busca-se o seguinte:

a) Oferecer uma formação acadêmica visando a visão de um profissional crítico e atuante, através de facilitação do domínio dos processos a métodos gerais e específicos de investigação, análise e atuação da área de conhecimento acadêmico-profissional;

b) Promover a interação da formação acadêmica com a futura atividade profissional, especialmente no caso da carreira universitária, através da interação constante entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da integração dos bolsistas do PET e os docentes;

c) Estimular a melhoria do ensino de graduação através do desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas no âmbito do curso e da atuação dos bolsistas como agentes multiplicadores, disseminando novas ideias e práticas entre os alunos.

- **Escritório Modelo de Engenharia Civil (EMEC)**: a organização e o engajamento dos acadêmicos podem promover ciclos de cursos, palestras e a semana acadêmica,

em parceria com o Centro Acadêmico de Engenharia Civil (CAEC). O EMEC permite a promoção de um contato precoce dos estudantes de Engenharia Civil com o mercado de trabalho, através das práticas do empreendedorismo e da aplicação dos conhecimentos teóricos, adquiridos durante o curso, essa vivência pode possibilitar a assimilação de técnicas de mercado e de gerenciamento, atuando em áreas específicas, ou diretorias. Esse dispositivo institucional procura fornecer noções básicas do funcionamento de um escritório que atue nas áreas da Engenharia Civil, assim como realizar ou participar de estudos sob a orientação de professores de diferentes especialidades. O EMEC pode atuar nas seguintes áreas:

a) Desenvolvendo estudos e consultorias com a orientação de professores;
b) Assessorando a implantação de soluções indicadas para os problemas diagnosticados;
c) Disseminando e otimizando o uso de técnicas de Engenharia Civil;
d) Vivenciando o cotidiano de um escritório com suas áreas funcionais;
e) Absolvendo a demanda futura parcial de estágio supervisionado obrigatório e não-obrigatório do curso de graduação de Engenharia Civil;
f) Integrando a Universidade com a Sociedade e o Empresariado;
g) Incentivando o espírito empreendedor e abrindo espaço para novas lideranças.

- **Intercâmbio de Conhecimentos: fundamentos de matemática, fundamentos AutoCAD e inglês básico:** a implantação deste projeto tem o propósito de promover o desenvolvimento de atividades de ensino e aprendizagem, por meio de cursos de matemática, de AutoCAD e de inglês básico. A integração de diferentes públicos no projeto busca a promoção de um espaço de reflexão e compartilhamento de experiências que permitam reforçar e estimular o papel e a função social da Universidade, como ambiente do conhecimento, possibilitando maior envolvimento entre a Universidade, a Comunidade e a Escola Pública de Santana do Araguaia. As aulas dos cursos são ministradas por docentes ou discentes do IEA, podendo esses últimos serem voluntários ou remunerados, sendo sempre orientados pelo coordenador e/ou colaboradores. O público-alvo dos cursos é composto pela Comunidade, pelos discentes de Escola Pública e pelos discentes dos cursos do IEA.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A organização curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA/Unifesspa segue o regulamentado pela Resolução n.º 2/2010/CNE/CES, em seus artigos 6.º, 7.°, 8.° e 9.º, os quais instituem como componentes curriculares as

disciplinas do Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e as do Núcleo de Conhecimentos Profissionais; o Trabalho de Curso (TCC I e II); o Estágio Curricular Supervisionado (ECS I e II); e as Atividades Complementares.

Também está na composição do currículo do curso o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), em consonância com o instituído na Lei n.º 10.861/2004. A periodicidade máxima de aplicação do Enade aos estudantes de graduação é trienal. Por ser componente curricular dos cursos de graduação, o Enade está inscrito no histórico escolar do estudante.

Na estrutura curricular do curso, a distribuição da carga horária por atividades considera o disposto na Resolução n.º 2/2007/CNE/CES, identificada nos componentes curriculares por quantidades numéricas, denominadas créditos. As disciplinas serão ofertadas semestralmente, conforme demanda**.**

O tempo padrão para a conclusão do curso é de 5 (cinco) anos e o tempo máximo de 7 (sete) anos e meio. Na sequência, a Tabela 2 mostra uma distribuição de carga horária das atividades curriculares e a Tabela 3 mostra uma estrutura curricular. A elaboração da primeira versão deste PCC, antes da própria criação deste Curso, teve por referência a matriz curricular do PPC de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR, 2017), devido à então recente data de elaboração do documento e à semelhança na quantidade de docentes. Nesta versão, o ementário das disciplinas obrigatórias foi atualizado pelo atual corpo docente com a inclusão de novas disciplinas optativas.

Tabela 1 - Distribuição da carga horária do curso por atividades.

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
Disciplinas Obrigatórias	3.230h
Disciplinas Optativas	153h
1º Total Parcial	3.383h
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	102h
Estágio Curricular Supervisionado – ECS	272h
Atividades Complementares – AC	119h
2º Total Parcial	493h
Total Geral	3.876h

Fonte: Equipes de elaboração (2019)

9.1 Estrutura curricular do curso

Na estrutura curricular que se apresenta, semestre a semestre, constam as disciplinas obrigatórias, num total de 52, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso

(TCC) I e II, o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) I e II e as Atividades Complementares. Além delas, também consta na estruturação 3 disciplinas optativas a serem cursadas pelo acadêmico. Essas atividades incluídas e também as optativas terão subtópicos específicos para detalhamento de sua organização.

A distribuição da carga horária das atividades, com base na proposta da UFRR, foi distribuída entre teoria e prática, utilizando-se o critério de números múltiplos de 17 (dezessete). No processo de revisão do PPC de Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA, uma das tarefas do grupo será a redistribuição dessa carga horária, considerando as atividades de extensão, para as disciplinas em que houver por bem a sua realização.

Conforme anunciado na seção de Fundamentos éticos, em Diretrizes Curriculares do Cursos, de forma objetivada, no desenvolvimento de disciplinas obrigatórias, serão abordados, de modo transversal, conhecimentos referentes à Educação Ambiental, à Educação em Direitos Humanos, e Educação das Relações Étnico-Raciais.

Ademais, tomando por base a Carta-Aberta às Faculdades de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, elaborada por arquitetas negras e arquitetos negros durante o Seminário *Salvador e Suas Cores 2018*, o qual teve como objetivo

> "promover a construção de um campo de debate, pesquisa, e ensino na esfera disciplinar da arquitetura e urbanismo sobre as questões étnico-raciais em suas relações com a Arquitetura, Cidade, e Urbanismo, notadamente, no que tange ao legado civilizatório dos Africanos no Brasil, ainda lacunar, na formação de arquitetos e urbanistas, na historiografia e teoria da arquitetura, no planejamento de cidades e projetos arquitetônicos"

Assim, em processo de revisão, estão sendo abordados os conteúdos relativos à história e cultura Africana, história e cultura Afro-brasileira e Relações Étnico-Raciais nas ementas das disciplinas existentes de planejamento urbano, projeto urbano, projeto de arquitetura, tecnologias, técnicas construtivas, história e teoria. Destaca-se que, na referida Carta, anexo deste PPC, é possível obter sugestões detalhadas de conteúdo.

Tabela 2 - Estrutura curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo FAU/UNIFESSPA

1.º SEMESTRE				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH[2]	T-P-Ext.	CR.[3]
AU	Desenho Técnico e Arquitetônico	68	17-51	1-3
AU	Teoria e História da AU I – Idade Antiga	68	68-00	4-0
AU	Geometria Descritiva e Perspectivas	68	17-51	1-3
AU	Expressão Manual Artística I	68	17-51	1-3

AU	Mecânica Geral	68	68-00	4-0
AU	Introdução à Arquitetura e Urbanismo	68	34-34	2-2
	Total	408h		24
	2.º SEMESTRE			
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Desenho Universal	68	34-34	2-2
AU	Teoria e História da AU II – Idade Antiga Clássica	68	68-00	4-0
AU	Geomática e Topografia	68	34-34	2-2
AU	Expressão Manual Artística II (Maquete)	68	17-51	1-3
AU	Sistemas Estruturais	68	68-00	4-0
AU	Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanístico	68	51-17	3-1
	Total	408h		24
	3.º SEMESTRE			
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Informática Aplicada à AU	68	17-51	1-3
AU	Teoria e História da AU III – Idade Média	68	68-00	4-0
AU	Materiais de Construção I	68	51-17	3-1
AU	Conforto Ambiental I	68	68-00	4-0
AU	Estruturas em Concreto Armado I	68	51-17	3-1
AU	Projeto de Arquitetura I – Residencial	102	34-68	2-4
	Total	442h		26
	4.º SEMESTRE			
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Estudos Sociais e Econômicos	51	51-00	3-0
AU	Teoria e História da AU IV – Idade Moderna	68	68-00	4-0
AU	Material de Construção II	68	51-17	3-1
AU	Conforto Ambiental II	68	68-00	4-0
AU	Estruturas em Concreto Armado II	68	51-17	3-1
AU	Projeto de Arquitetura II – Comercial e Serviço	102	34-68	2-4
		425h		25
	5.º SEMESTRE			
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Tecnologia das Construções I	68	51-17	3-1
AU	Teoria e História da AU V – Idade Contemporânea	68	68-00	4-0
AU	Estudos Ambientais	51	51-00	3-0
AU	Conforto Ambiental III	68	68-00	4-0
AU	Estruturas em Madeira e Aço	68	51-17	3-1

AU	Projeto de Arquitetura III – Educacional	102	34-68	2-4
	Total	425h		25
	6.º SEMESTRE			
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Tecnologia das Construções II	68	51-17	3-1
AU	Arquitetura Brasileira	68	68-00	4-0
AU	Estética e História das Artes	34	34-00	2-0
AU	Instalações Hidrossanitárias	68	34-34	2-2
AU	Planejamento Urbano e Regional I	34	17-17	1-1
AU	Projeto de Arquitetura IV – Edificação Vertical	102	34-68	2-4
	Total	374h		22
	7.º SEMESTRE			
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Paisagismo I	68	51-17	3-1
AU	Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro	68	51-17	3-1
AU	Projeto Urbanístico I	102	34-68	2-4
AU	Instalações Elétricas e de Comunicação	68	34-34	2-2
AU	Planejamento Urbano e Regional II	34	17-17	1-1
AU	Projeto de Arquitetura V – Hospitalar	68	34-34	2-2
	Total	408h		24
	8.º SEMESTRE			
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Paisagismo II	68	34-34	2-2
AU	Metodologia da Pesquisa	34	17-17	1-1
AU	Projeto Urbanístico II	102	34-68	2-4
AU	Arquitetura de Interiores	68	17-51	1-3
AU	Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação	68	34-34	2-2
	Disciplina Optativa[4]	51		
	Total	391h		
	9.º SEMESTRE			
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Trabalho de Conclusão de Curso I	51	17-34	1-2
AU	Estágio Curricular Supervisionado I	187	17-170	1-10
AU	Disciplina optativa	51		
	Total	289h		
	10.º SEMESTRE			
CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	T-P-Ext.	CR.
AU	Trabalho de Conclusão do Curso II	51	17-34	1-2
AU	Estágio Curricular Supervisionado II	85	0-85	0-5
AU	Atividades Complementares	119		0-7

AU	Disciplina optativa	51
	Total	306h

Fonte: Equipes de elaboração, a partir da Matriz Curricular do PPC AU da UFRR (2017)

9.2 Disciplinas Optativas

Definem-se como disciplinas optativas aquelas disponibilizadas pelo curso para livre escolha do acadêmico. Elas complementam a formação profissional numa determinada área ou subárea de conhecimento e estão na matriz curricular com uma carga horária de 153h, para serem cumpridas pelo estudante nos três últimos semestres do curso. Na Tabela 4, encontram-se listadas as disciplinas optativas a serem disponibilizadas aos acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA/Unifesspa.

Tabela 3 - Disciplinas optativas

CÓDIGO	ATIVIDADE	CH	T-P-Ext.	CR.
	Arquitetura e Segurança do Trabalho	51	51-00	3-0
	Introdução à Libras	51	51-00	3-0
	Laboratório de Fotografia	51	17-34	1-2
	Habitação de Interesse Social	51	51-00	3-0
	Tópicos de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	51	51-00	3-0
	Legislação, Ética e Prática Profissional	51	51-00	3-0
	Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo II	51	17-34	1-2
	Tópicos Especiais nas cidades contemporâneas	51	17-34	1-2
	Arquitetura, cidade e relações étnicas e de gênero	51	17-34	1-2
	Arquiteturas Indígenas	51	17-34	1-2
	Arquiteturas e Cidades na América Latina	51	17-34	1-2
	Patologia e Terapia das Construções	68	51-17	3-1

Fonte: Equipes de elaboração do PPC

Em reunião de planejamento, o Núcleo Docente Estruturante do curso define quais disciplinas optativas poderão ser disponibilizadas no semestre, bem como a quantidade de vagas para cada uma delas. Depois disso, as disciplinas optativas são disponibilizadas às turmas. São regras de funcionamento das disciplinas optativas:

a) É permitido ao estudante cursar disciplinas optativas de outros cursos do IEA,

observada a disponibilidade de vagas e horários;

b) As disciplinas optativas cursadas pelo estudante serão computadas no histórico escolar para comprovação de cumprimento de carga horária.

Já as disciplinas eletivas são aquelas que não integram a estrutura curricular, estão na matriz de outros cursos da Instituição, mas podem ser cursadas pelo estudante, desde que haja disponibilidade e interesse.

.

10. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

1º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="3">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:
Desenho Técnico e Arquitetônico</td><td>CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Obrigatória</td><td>Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td>1.º</td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>17h</td><td>51h</td><td></td><td>68h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">Utilização correta dos instrumentos de desenho para aplicação dos mesmos na representação do desenho técnico dentro das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Aplicações práticas. Convenções para desenhos arquitetônicos. Produção de desenhos necessários para a elaboração de projetos: plantas, cobertura, fachadas e cortes.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
CHING, F. D. K. Representação gráfica em arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2017.
FERREIRA, P. Desenho de arquitetura. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.
MONTENEGRO, G. A. Desenho Arquitetônico. São Paulo: Edgard Blucher, 2017.

COMPLEMENTAR:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6492: Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 8196: Emprego de escalas. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.
CHING, F. D. K. Desenho para Arquitetos. Porto Alegre. Bookman, 2012.
DAGOSTINO, F. R. Desenho arquitetônico contemporâneo. São Paulo: Hemus, 2004.
SPECK, H. J. Manual básico de desenho técnico. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2019.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td></td><td colspan="5">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:

Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo I – Idade Antiga</td><td colspan="2">CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Obrigatória</td><td colspan="2">Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td colspan="2">1.º</td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>68h</td><td>-</td><td></td><td>68h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">Introdução e contextualização do estudo da Arte, da Arquitetura e do Urbanismo e de suas concepções teóricas. A evolução dos hominídeos, a sua relação com a natureza e o espaço na Pré-história: do Paleolítico ao Neolítico. As construções megalíticas. A invenção da vida na cidade: urbanismo, as artes e a arquitetura na Mesopotâmia. Contextualização histórica e análise da produção artística, arquitetônica no Egito Antigo do período dinástico ao Egito greco-romano.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
BENEVOLO, L. História da Cidade. São Paulo: Perspectiva, 2019.
GOMBRICH, E. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
ZEVI, B. Saber ver a Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COMPLEMENTAR:
BALLANTYNE, A. As + importantes edificações da pré-história à atualidade: plantas, cortes e elevações. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2012.
CHING, F. D. K.; ECKLER, J. F. Introdução à arquitetura. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2014.
PEVSNER, N. Panorama da arquitetura ocidental. 2 ed. Tradução de José Teixeira Coelho Netto e de Silvana Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 2015.</td></tr>
</table>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Geometria Descritiva e Perspectivas	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	1.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
17h	51h		68h	

EMENTA

Vistas ortográficas, sistemas de projeção, o ponto, a reta e o plano, pertinência e posições relativas, métodos descritivos em geral. Geração de superfícies planas, problemas métricos, representação de poliedros e superfícies geométricas, seções e interseções em geral, aplicações práticas em arquitetura incluindo estudo de sólidos, escadas e rampas helicoidais e representação de telhados. Estudo da perspectiva, tipos de projeções, posição do observador, tipos de perspectivas utilizadas, sombras.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

LACOURT, H. *Noções e fundamentos de geometria descritiva*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

MONTENEGRO, G. A. *A perspectiva dos profissionais*: Sombras, insolação, axonometria. 2ºEd, São Paulo, Blucher, 2010.

MONTENEGRO, G. A. *Geometria descritiva* : desenho e imaginação na construção do espaço. São Paulo: Blucher Editora, 2015.

COMPLEMENTAR:

KOPKE, Regina Coeli Moraes. "Ensino De Geometria Descritiva: Inovando Na Metodologia." Rem: Revista Escola De Minas 54.1 (2001): 47-50. Web.

PRINCIPE JUNIOR, A. dos R. *Noções de geometria descritiva***.** São Paulo, SP: Nobel, 1983.

SILVA, A. C. R. *Desenho de vegetação em arquitetura e urbanismo***.** São Paulo, Ed. Blucher, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Expressão Manual Artística I	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	1.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
17h	51h		68h	

EMENTA

Desenvolver a habilidade para a produção manual de desenhos de representação, a partir da observação, a fim de garantir a capacidade de comunicação através do desenho. Procedimentos de apreensão e do processo de produção de imagens bidimensionais como repertório técnico e prático para a representação, a partir de meios de expressão visual. Sintaxe visual da produção, percepção e representação gráfica das formas bi e tridimensional dos objetos, a partir de exercícios práticos. Composições. Noções de perspectiva cônica. Compreensão dos elementos característicos dos desenhos monocromáticos e policromáticos, com o exercício de técnicas e materiais usualmente utilizados na produção de desenhos à mão livre. Uso da cor, no desenho manual.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CHING, Francis D. K ; JUROSZEK, Steven P. *Desenhos para arquitetos*. Porto Alegre: Bookman, 2012. 411 p. ISBN: 9788540701908.
DONDIS, Donis A ; CAMARGO, Jefferson Luiz. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, c1991. 236 p. (Coleção a) ISBN: 9788533623828, 9788580632477.
DOYLE, Michael E. *Desenho a cores:* técnicas de desenho de projetos para arquitetos, paisagistas e designers de interiores. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 362 p. ISBN: 9788573078503.
SANZI, Gianpietro; QUADROS, Eliane S. *Desenho de Perspectiva*. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536519692.
SILVA, Antonio Carlos Rodrigues. *Desenho de vegetação em arquitetura e urbanismo*. São Paulo: Blucher, 2009. 131 p. ISBN: 9788521204763.

COMPLEMENTAR:

ARNHEIM, Rudolf ; FARIA, Ivone Terezinha De. *Arte & percepção visual*: uma psicologia da visão criadora. Edição revista. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 509 p. ISBN: 9788522126002.
CHING, Francis D. K ; ECKLER, James F. *Introdução à arquitetura*. Porto Alegre: Bookman, 2014. 421 p. ISBN: 9788582601013.
CHING, Francis D. K ; SALVATERRA, Alexandre. *Representação gráfica e arquitetura*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2017. 264 p. ISBN: 9788582604366.

MONTENEGRO, Gildo. *A perspectiva dos profissionais*: sombras, insolação, axonometria. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2010. 155 p. ISBN: 9788521205425.

TILLEY, Alvin R.. *As Medidas do homem e da mulher*: fatores humanos em design. Porto Alegre: Bookman, 2005. 104 p. ISBN: 9788536305523.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Mecânica Geral	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	1.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
68h	-		68h	

EMENTA

Noções básicas de conteúdos matemáticos: noções básicas de geometria plana, área e volume das principais figuras planas, triângulo retângulo e suas relações métricas, trigonometria no triângulo retângulo, seno, cosseno, tangente. Noções de física: forças no plano e no espaço, vetores, massas, forças pontuais e forças distribuídas. Noções de mecânica das estruturas: conceito de viga, tipos de apoio, forças pontuais e forças distribuídas aplicadas a vigas, esforços cortantes e momentos fletores, propriedades mecânicas dos materiais. Noções de resistência dos materiais: Tensão e deformação, tensão admissível, Lei de Hooke, Módulo de elasticidade e coeficiente de Poisson.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

THOMAS, G. B.; WEIR, M. D.; HASS, J. *Cálculo: volume 1*. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2012. 656p.

HIBBELER, R.C. *Estática: mecânica para engenharia:* 14. ed. São Paulo: Pearson, 2017. 616p.

HIBBELER, R.C. *Resistência dos materiais*. 10ª edição. Editora: Pearson. 2019.

GERE, J.; GOODNO, B. Mecânica dos materiais. 3ª ed. Editora Cengage Learning, 2017.

BEER, F. P.; DEWOLF. J. T. *Mecânica dos Materiais*. 8ª ed. Editora: McGraw, 2021.

PHILPOT, T. A. *Mecânica dos Materiais - Um Sistema Integrado de Ensino*. 2ª ed. Editora LTC, 2013.

COMPLEMENTAR:

LEET, K.; UANG, C.; GILBERT; A. M. *Fundamentos da análise estrutural*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

SORIANO, H. L. *Estática das estruturas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.

MELCONIAN, Sarkis. *Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais* - 20ª Edição Revisada . Disponível em: Minha Biblioteca, (20ª edição). Editora Saraiva, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Introdução à Arquitetura e Urbanismo	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	1.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
68h	-		68h	

EMENTA

História da profissão do Arquiteto e Urbanista no Brasil. Atribuições e legislação específica. Ética profissional. Instituições do campo do Arquiteto e Urbanista. Associações profissionais. Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR e CAU/PA.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

COSTA, Lúcio. *Arquitetura*. Rio de Janeiro: Bloch FENAME, 1980.
CULLEN, G. *Paisagem Urbana*. Edições 70, 1989.
DEL RIO, Vicente. Desenho urbano contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: LCT, 2013.
ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

COMPLEMENTAR:

HERTZBERGER, H. *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
KOCH, W. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2019.

LEGGITT, J. *Desenho de arquitetura*: técnicas e atalho que usam tecnologia. Porto Alegre: Bookmam, 2004.
UNION, S. *Exercícios de Arquitetura*: aprendendo a pensar como um arquiteto. Porto Alegre: Bookman, 2013.

2º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Desenho Universal	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	2.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	34h		68h	

EMENTA

Discussão acerca das estratégias para prover uso coletivo de equipamentos, mobiliários, imóveis e produtos pela maior gama de pessoas nas suas variadas situações e condições de mobilidade. Conceitos de desenho universal, antropometria e ergonomia. Os princípios de desenho universal na concepção e implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos. A normatização de projetos arquitetônicos e urbanísticos no Brasil com vistas à mobilidade e acessibilidade. Aplicações dos fundamentos conceituais e metodológicos, possibilitando a criação para desenvolvimento de trabalhos de projeto, nos seus diferentes níveis de abordagem das áreas de conhecimento.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CAMBIAGHI, S. *Desenho Universal*: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. SENAC editora, 2007.

GOMES FILHO, J. *Ergonomia do objeto*: sistema técnico de leitura ergonômica. São Paulo: Escrituras editora, 2003.

PANERO, J. & ZELNIK, M. *Dimensionamento humano para espaços interiores*. Barcelona, Gustavo Gili, 2001.

COMPLEMENTAR:

GRANDJEAN, E. *Manual de ergonomia*: adaptando o trabalho ao homem. Tradução: João Pedro Stein. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

KOHLSDORF, G. *As Dimensões Morfológicas do processo de Urbanização*: aspectos funcionais. Brasília, 1993.

NEUFERT, E. *A Arte de projetar em arquitetura*. São Paulo. Gustavo Gili, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
História da Arquitetura e Urbanismo II – Idade Antiga Clássica	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	2.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
68h	-		68h	

EMENTA

Fundamentos teóricos, contextualização histórica e análise da produção de Arte, Arquitetura e Urbanismo na Antiguidade Clássica Ocidental. As artes, a arquitetura e o urbanismo de minóicos e micênicos. O urbanismo, a arquitetura e as artes na Grécia Antiga: período arcaico, clássico e helenístico. Princípios e fundamentos das artes e da arquitetura etrusca. O pensamento urbano, artístico e arquitetônico romano na monarquia, na república e no período imperial. As *urbes* romanas. Características fundamentais da arte paleocristã. Bizâncio e a sua cultura artística e arquitetônica.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

BENEVOLO, L. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
COULANGES, F. *A Cidade antiga:* estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Martin Claret, 2009.
GOMBRICH, E. *A história da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
KOCH, W. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. 4 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2019.

COMPLEMENTAR:

BALLANTYNE, A. *As + importantes edificações da pré-história à atualidade*: plantas, cortes e elevações. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2012.
BENEVOLO, L. *Introdução à Arquitectura.* Lisboa: Edições 70, 2018.
PEVSNER, N. *Panorama da arquitetura ocidental*. 2 ed. Tradução de José Teixeira Coelho Netto e de Silvana Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Geomática e Topografia	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	2.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	34h		68h	

EMENTA

Conceitos gerais de geomática. Conceitos básicos de Geomática. Referências geodésicas e topográficas. Direção e ângulo. Distâncias. Altimetria. Representação do relevo. Instrumentos topográficos. Sistemas de projeção. Cálculos topométricos. Apoio topográfico – poligonais. Sistema de Posicionamento Global – GNSS. Modelo numérico de terreno. Levantamento de detalhes e locação de obras. Áreas. Curvas horizontais e verticais. Cálculo de volumes.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

BORGES, A. C. *Topografia*: aplicada à engenharia civil. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2013. V. 1.

BORGES, A. C. *Topografia*: aplicada à engenharia civil. São Paulo: Edgard Blucher, 1992. V. 2.

SILVA, I.; SEGANTINE, P. C. L. *Topografia para engenharia*: teoria e prática de geomática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

TULER, M.; SARAIVA, S. *Fundamentos de topografia*. Porto Alegre: Bookman, 2014.

COMPLEMENTAR:

MCCORMAC, Jack C et al. Topografia. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 414 p. ISBN: 9788521627883

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo. Oficina de Textos, 2008

REIS, A. G. *Geometrias plana e sólida*: Introdução e aplicações em agrimensura. Porto Alegre: Bookman, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Expressão Manual Artística II (Maquete)	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	2.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
17h	51h		68h	

EMENTA

Estudo das relações da escala humana a partir da construção de maquetes com concepções arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas como meio de simulação destas e apreensão de suas técnicas construtivas. Associação de técnicas de modelagem em diversos materiais: madeira, papel, isopor, argila, metal, etc. Reciclagem de materiais. Entender a maquete como fator de enriquecimento e viabilização do projeto arquitetônico. Desenvolvimento das relações PLANO x ESPAÇO x REPRESENTAR x PROJETAR. Analisar escalas, materiais, objetos arquitetônicos e suas possíveis formas de representação em maquetes, contribuindo para o desenvolvimento da criatividade.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

DIAS, Luís Andrade De Mattos. *Aço e arquitetura*: estudo de edificações no Brasil. São Paulo: Zigurate, c2001. 171 p. ISBN: 8585570067.
DOYLE, Michael E. *Desenho a cores*: técnicas de desenho de projetos para arquitetos, paisagistas e designers de interiores. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 362 p. ISBN: 9788573078503.
FERREIRA, Patrícia. *Desenho de arquitetura.* 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Imperial novo milênio, 2011. 137 p. ISBN: 9788599868331.
MILLS, Criss B. *Projetando com Maquetes*. Porto Alegre: Grupo A, 2007. E-book. ISBN 9788577801589.
PAESE, Celma. *Maquetes*. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595026506.
REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. *A concepção estrutural e a arquitetura.* São Paulo: Zigurate, 2000. 271 p. ISBN: 9788585570033.

COMPLEMENTAR:

ARNHEIM, Rudolf; FARIA, Ivone Terezinha De. *Arte & percepção visual*: uma psicologia da visão criadora. Edição revista. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 509 p. ISBN: 9788522126002.
BALLANTYNE, Andrew ; SALVATERRA, Alexandre. *As + importantes edificações da pré-história à atualidade*: plantas, cortes e elevações. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012. 320 p. ISBN: 9788540701984.

CAMBIAGHI, Silvana ; YOUSSEF, André. *Desenho universal*: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 4. ed. rev. São Paulo: Senac, 2017. 281 p. ISBN: 9788539613045.
CAVASSANI, Glauber. *Técnicas de Maquetaria*. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536519562.
MARGARIDO, Aluízio Fontana. *Fundamentos de estruturas*: um programa para Arquitetos e Engenheiros que iniciam no estudo das estruturas. São Paulo: Zigurate, 2001. 335 p. ISBN: 8585570059.
MOLITERNO, Antonio. *Caderno de projetos de telhados em estruturas de madeira*. 4. ed. rev. São Paulo: Blucher, 2010. 268 p. ISBN: 9788521205548.
ROAF, Sue ; FUENTES, Manuel ; THOMAS-REES, Stephanie. *Ecohouse*: a casa ambientalmente sustentável. Porto Alegre Porto Alegre: Bookman Bookman, 2014. 456 p. ISBN: 9788582601761.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Sistemas Estruturais	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	2.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
68h	-		68h	

EMENTA

Noções básicas de Sistemas estruturais: definição, nomenclatura e simbologia das estruturas, estruturas de fundações, sistemas estruturais, ações solicitantes, critérios de projeto e estados limites. Propriedades geométricas das seções: centróide, momento estático, momento de inércia e raio de giração. Tensões normais e cisalhantes em vigas: tensões normais em vigas retangulares, seção T e seção I, fórmula da flexão, tensões cisalhantes em vigas, fórmula da tensão cisalhante. Flambagem em colunas/pilares: fenômeno da flambagem, condições de vinculação de apoio, carga crítica de flambagem. Noções básicas de estruturas treliçadas.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

HIBBELER, R. C. Resistência dos materiais. 10ª ed. Editora Pearson Universidades, 2019.

GERE, J.; GOODNO, B. Mecânica dos materiais. 3ª ed. Editora Cengage Learning, 2017.

BEER, F. P.; DEWOLF. J. T. Mecânica dos Materiais. 8ª ed. Editora: McGraw, 2021.

PHILPOT, T. A. Mecânica dos Materiais - Um Sistema Integrado de Ensino. 2ª ed. Editora LTC, 2013.

COMPLEMENTAR:

LEET, K.; UANG, C.; GILBERT; A. M. *Fundamentos da análise estrutural*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

SORIANO, H. L. *Estática das estruturas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanístico	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	2.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA

Introdução ao Projeto de Arquitetura e Urbanismo. Abordagem interdisciplinar. Percepção da construção histórica da cidade. Desenvolvimento da criatividade. Modelos interpretativos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos. Compreensão das diversas escalas. Leitura e representação do processo projetual da Arquitetura e do Urbanismo. Visita técnica de campo a cidades e obras arquitetônicas de referência no Brasil.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:
CHING, F. D. K. *Arquitetura: forma, espaço e ordem*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
CULLEN, G. *Paisagem urbana*. Edições 70, 2018.
GEHL, J. *Cidades para pessoas.* São. Paulo: Perspectiva, 2015.

COMPLEMENTAR:
BENEVOLO, L. *História da cidade.* São Paulo: Perspectiva, 2019.
HERTZBERGER, H. *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
KOCH, W. *Dicionário dos estilos arquitetônicos.* São Paulo: Martins Fontes, 2019.
LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
NEUFERT, E. *Arte de projetar em arquitetura*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

3º SEMESTRE

<table>
<tr><td></td><td colspan="6">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="5">DISCIPLINA:

Informática Aplicada à Arquitetura</td><td colspan="2">CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="5">Categoria: Obrigatória</td><td colspan="2">Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="5">Modalidade: Presencial</td><td colspan="2">3.º</td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="3">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="3" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>17h</td><td>51h</td><td></td><td>68h</td></tr>
<tr><td colspan="7">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="7">Introdução ao desenho assistido por computador. Representação de projeto digitalizado aplicado à arquitetura utilizando o software AutoCAD para representação 2D. Comandos de construção, visualização, edição de textos, bibliotecas de símbolos, escalas, cotagem, linhas e impressão em sistema CAD.</td></tr>
<tr><td colspan="7">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="7">BÁSICA:
LIMA, C. C. N. A. Estudo dirigido de AutoCAD 2019. São Paulo : Érica, 2019.
OMURA, G. Dominando o AutoCAD 2010 e o AutoCAD LT 2010. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.
RIBEIRO, A. C. Curso de desenho técnico e Autocad. São Paulo: Pearson, 2013.

COMPLEMENTAR:
GRABASCK, J. R. Projeto auxiliado por computador. Porto Alegre: SAGAH, 2019.
JUSTI, A. R. AutoCAD 2006 3D. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.
OLIVEIRA, A. AutoCad 2007 Modelagem 3D e renderização em alto nível. São Paulo: Érica, 2009.
TULER, M.; WHA, C. K. Exercícios para autocad: roteiro de atividades. Grupo A: 2013.
WAGNER, J.; VOLPATTO, C. P.; VOIGT, F. R.; SOUZA, D. A.; MENEGUZZI, C. R. Projetos bidimensionais auxiliados por computador. Porto Alegre: SAGAH, 2018.</td></tr>
</table>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo III – Idade Média	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	3.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
68h	-		68h	

EMENTA

Fundamentos teóricos em Arte, Arquitetura e Urbanismo da Idade Média Ocidental e do Oriente Próximo. Contextualização histórica e análise da produção artística, arquitetônica e urbanística da Baixa Idade Média à Alta Idade Média: arte e arquitetura medieval românica e gótica. Lógica conceitual da arte, da arquitetura e do urbanismo no mundo islâmico. Construções seculares, militares e religiosas românicas, islâmicas e góticas. O mundo medieval ibérico, francês, inglês, italiano e germânico.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

BENEVOLO, L. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
GOMBRICH, E. *A história da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
KOCH, W. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. 4 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2019.

COMPLEMENTAR:

BALLANTYNE, A. *As + importantes edificações da pré-história à atualidade*: plantas, cortes e elevações. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2012.
BENEVOLO, L. *Introdução à Arquitectura.* Lisboa: Edições 70, 2018.
PEVSNER, N. *Panorama da arquitetura ocidental*. 2 ed. Tradução de José Teixeira Coelho Netto e de Silvana Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Materiais de Construção I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				3.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA

Aglomerantes. Cimento Portland. Agregados. Agressividade das águas, dos solos e dos gases ao concreto. Uso de aditivos no concreto. Estudo de dosagem do concreto. Preparo, transporte, lançamento, adensamento e cura. Propriedades do concreto fresco. Propriedades do concreto endurecido. Controle tecnológico do concreto.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

William F. Smith; Javad Hashemi. Fundamentos de Engenharia e Ciência dos Materiais. 5 ed. AMGH Editora LTDA: 2012
BAUER, L. A. F. *Materiais de construção*. 6 ed. v.1. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
CALLISTER JUNIOR, William D. Fundamentos da ciência e engenharia de materiais. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

COMPLEMENTAR:

André Luís Abitante; Ederval de Souza Lisboa. Materiais de Construção. Porto Alegre: SAGAH, 2017
Bertolini, Luca. Materiais de construção: patologia, reabilitação, prevenção. Oficina de textos: São Paulo, 2010.
Lisboa, Ederval, S. et al. Materiais de construção: concreto e argamassa. 2 ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Conforto Ambiental I	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	3.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
68h	-		68h	

EMENTA

Noções de climatologia aplicada à Arquitetura e Urbanismo. Estudo do conforto térmico, abordando desde os climas naturais (elementos e fatores climáticos), exigências climáticas e tipologias arquitetônicas. Arquitetura Bioclimática e estratégias de adequação do projeto. Exigências humanas e fatores de conforto ambiental. Condicionamento térmico e ventilação natural: métodos de análise de desempenho térmico para dimensionamento de componentes. Desempenho térmico dos materiais de construção. Parâmetros de desempenho térmico de edificações. Normas 15220-2, 15220-3 e 15575-4. Geometria da insolação, determinação de dispositivos de proteção e mascaramento solar, visando à qualidade do ambiente, ao conforto do usuário e à eficiência energética como parâmetro de projeto de arquitetura.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CORBELLA, Oscar ; YANNAS, Simos. *Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos*: conforto ambiental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2009. 305 p. ISBN: 9788571063976.

COSTA, Ennio Cruz Da. *Física aplicada à construção*: conforto térmico. 4. ed. rev. São Paulo: Blucher, 1991. 264 p. ISBN: 9788521201007.

MÄHLMANN, Fabiana G.; SCOPEL, Vanessa G.; MARIANO, Gabriela F.; et al. *Conforto ambiental*. Porto Alegre: Grupo A, [Inserir ano de publicação]. E-book. ISBN 9788595027183.

MONTENEGRO, Gildo. *Ventilação e cobertas*: A Arquitetura tropical na prática: estudo teórico, histórico e descontraído. 2. ed. atual. São Paulo: Blucher, 2019. 143 p. ISBN: 9788521213048.

PINHEIRO, Antônio Carlos da Fonseca B.; CRIVELARO, Marcos. *Conforto Ambiental* - Iluminação, Cores, Ergonomia, Paisagismo e Critérios para Projetos. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536518596.

COMPLEMENTAR:

HERTZ, John B. *Ecotécnicas em Arquitetura*: como projetar nos trópicos úmidos do Brasil. São Paulo: Pioneira, 1998. 125 p. ISBN: 852211248.

KEELER, Marian ; VAIDYA, Prasad. *Fundamentos de projeto de edificações*

sustentáveis. Porto Alegre: Bookaman, 2018. xx, 368 p. ISBN: 9788582604700.
KWOK, Alison G ; GRONDZIK, Walter T. *Manual de arquitetura ecológica*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2013. x, 422 p. ISBN: 9788577808052.
ROAF, Sue ; CRICHTON, David ; NICOL, Fergus. *A Adaptação de Edificações e cidades às mudanças climáticas*: um guia de sobrevivência para o século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2009. 384 p. ISBN: 9788577804436.
ROAF, Sue ; FUENTES, Manuel ; THOMAS-REES, Stephanie. *Ecohouse*: a casa ambientalmente sustentável. Porto Alegre Porto Alegre: Bookman Bookman, 2014. 456 p. ISBN: 9788582601761.
VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe. *Qualidade ambiental*: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de textos, 2013. 387 p. ISBN: 9788579750762.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Estruturas em Concreto Armado I	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	3.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA

A origem do concreto, a associação entre o concreto e a armadura, o concreto armado e protendido, aplicações do concreto como material de construção, vantagens e desvantagens. Normas Técnicas. Fundamentos do projeto de estruturas de concreto: qualidade e critérios de projeto visando à durabilidade. Propriedades e comportamento conjunto dos materiais. Ações e segurança nas estruturas. Princípios gerais de dimensionamento e verificação: Estado Limite Último (ELU) e Estado Limite de Serviço (ELS). Limites para dimensões, deslocamentos e abertura de fissuras. Elementos lineares sujeitos à flexão e força cortante: dimensionamento, verificação e detalhamento. Prescrições normativas.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CLÍMACO, J. *Estruturas de concreto armado: fundamentos de projeto, dimensionamento e verificação*. 3. ed. Brasília: UNB, 2016.

Carvalho, Roberto Chust. *Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado: segundo a NBR: 2014*. 4ª edição. Editora: EdUFSCar, 2021.

Porto, Thiago Bomjardim. *Curso Básico de Concreto Armado: Conforme NBR 6118/2014*. 1ª edição. Editora Oficina de Textos. 2015.

COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 6118: projeto de estruturas de concreto – procedimento. Rio de Janeiro, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 6120 – Ações para o cálculo de estruturas de edificações. Rio de Janeiro, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8681 – Ações e segurança nas estruturas - Procedimento. Rio de Janeiro, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto de Arquitetura I – Residencial				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				3.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	68h		102h	

EMENTA

Desenvolvimento de repertório compositivo e conceitual. Metodologia de projeto. Tipologias de organização espacial. Partido arquitetônico e construtivo. Implantação e análise do sítio. Relação com o meio ambiente e a paisagem: eixos, acessos, fluxos e circulação, pré-existências edificadas, vegetação. Estudos ambientais de implantação, técnicas de projetação e de configurações volumétricas, dimensionamentos estruturais preliminares, fluxos e adequação das várias funções da moradia de modo a orientar o aluno a conceber o espaço urbanístico e/ou arquitetônico residencial em todas as suas abrangências e dimensões. Estudo das condicionantes sociais, ambientais, técnicas, econômicas, materiais e a avaliação crítica dos conteúdos, rendimentos e procedimentos, de modo que todos possam entender o significado da intervenção na cidade enquanto produção cultural e política. Desenvolvimento incluindo estudo volumétrico, projeto básico, perspectivas e maquetes como processo projetual.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CHING, F. D. K. *Representação gráfica em arquitetura***.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
FERREIRA, P. *Desenho de arquitetura*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008.
PANERO, J. & ZELNIK, M. *Dimensionamento humano para espaços interiores*: um livro de consulta e referência para projetos. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

COMPLEMENTAR:

CAMBIAGHI, S. *Desenho Universal Métodos e técnicas para Arquitetos e Urbanistas***.** SENAC editora, 2012.
CHING, F. D. K. *Diccionario visual de arquitectura*. México: Gustavo Gili, 1997.
GOMES FILHO, J. *Ergonomia do objeto*: Sistema técnico de leitura ergonômica. São Paulo: Escrituras editora, 2004.
JENKS, C. *Movimentos modernos em arquitetura*. Lisboa: Edições 70, 1992.

4º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Estudos Sociais e Econômicos	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	4.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	-		51h	

EMENTA

Fundamentos teóricos para uma análise sócio-histórica dos fenômenos urbanos: sociedade, estrutura social e processos de socialização. Globalização e seus impactos nas cidades. Sociedade de consumo e transformações urbanas. As instituições econômicas. Tipos de sistemas econômicos. Espaços públicos e privados. Assentamentos humanos e desigualdades socioambientais nas várias escalas territoriais. Arquitetura, urbanismo e relações de poder. Cidade contemporânea e cidadania. O papel social do arquiteto e urbanista.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

ACSELRAD, Henri et al. O que é justiça ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
ALIER, Joan. Ecologismo dos Pobres. São Paulo: Contexto, 2007.
ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. 8ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 192 p.
FRÚGOLI JR., H. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007 (Ciências sociais passo-a-passo).
LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
SINGER, P. *Urbanização e desenvolvimento.* Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2017.

COMPLEMENTAR:

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
MARICATO, E. *Brasil, cidades:* alternativas para a crise urbana. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
TAUK-TORNISIELO, S.M.; GOBBI, N.; FOELER, H.G. (orgs.). Análise ambiental: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

<table>
<tr><td></td><td colspan="5">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:

Teoria e História da AU IV – Idade Moderna</td><td colspan="2">CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Obrigatória</td><td colspan="2">Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td colspan="2">4.º</td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>68h</td><td>-</td><td></td><td>68h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">Fundamentos teóricos em arquitetura, arte e urbanismo no Renascimento e no Maneirismo. Os tratados renascentistas. O surgimento do Barroco e a sua expansão pela Europa e pelas Américas. Desenvolvimento do Rococó como estilo na Europa ocidental e nas Américas. Arte e arquitetura neoclássica e romântica no Ocidente europeu, na América Latina e nos Estados Unidos. Revolução Industrial e a arquitetura. Grandes reformas urbanísticas no século XIX.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
BENEVOLO, L. História da arquitetura moderna. São Paulo : Perspectiva, 2014.
_____. História da cidade. São Paulo: Perspectiva, 2019.
CHOAY, F. O Urbanismo: utopias e realidades – Uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2007.
GOMBRICH, E. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

COMPLEMENTAR:
ADDIS, B. Edificação: 3000 anos de projeto, engenharia e arquitetura. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2009.
BALLANTYNE, A. As + importantes edificações da pré-história à atualidade: plantas, cortes e elevações. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2012.
BENEVOLO, L. Introdução à arquitectura. Lisboa: Edições 70, 2009 (Arte e Comunicação).
PEREIRA, J. R. Introdução à história da arquitetura. Porto Alegre : Bookman, 2010.</td></tr>
</table>

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Materiais de Construção II	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	4.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA

Madeira como material de construção. Materiais cerâmicos. Asfaltos e alcatrões. Metais em geral. Produtos siderúrgicos. Tintas, vernizes e esmaltes. Plástico na construção civil. Vidro na construção civil. Patologia e terapia das construções.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:
BAUER, L. A. F. *Materiais de construção.* 6 ed. v.2. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
BAUER, L. A. F. Materiais de construção. 6 ed. v.1. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
Bertolini, Luca. Materiais de construção: patologia, reabilitação, prevenção. Oficina de textos: Sâo Paulo, 2010.

COMPLEMENTAR:
BERNUCCI, L. B.; MOTTA, L. M.; CERATTI, J. A. P.; SOARES, J. B. *Pavimentação Asfáltica: Formação Básica para Engenheiros*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ. 2006.
Lisboa, Ederval, S. et al. Materiais de construção: concreto e argamassa. 2 ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017
RIBEIRO, D. V. Corrosão em estruturas de concreto armado: teoria, controle e técnicas de análise e prevenção. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Conforto Ambiental II	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	4.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
68h	-		68h	

EMENTA

Abordagem sobre aspectos qualitativos e quantitativos da iluminação natural e artificial na prática do projeto de espaços construídos arquitetônicos e urbanos. Conceitos e fundamentos da Iluminação Natural e Artificial em Arquitetura. Disponibilidade da luz natural e recursos de disponibilização da luz artificial. Exigências humanas para conforto luminoso-visual. Iluminação natural e artificial: sistemas, medição, métodos de cálculo, análise e dimensionamento de componentes. Integração entre sistemas naturais e artificiais de iluminação. Normas técnicas e regulamentos. Estudo da luz, suas propriedades e comportamento, considerando materiais, formas dos espaços e controle luminoso dos edifícios e do espaço urbano, visando à qualidade do ambiente, ao conforto dos usuários e à eficiência energética.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

FAVARETO, Arilson; MORALEZ, Rafael. *Energia, desenvolvimento e sustentabilidade*. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2014. 396 p. ISBN: 9788580490299.

GUERRINI, Délio P. *Iluminação* - Teoria e Projeto. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788536520476.

NERY, Norberto. *Instalações elétricas*: princípios e aplicações. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Érica, 2019. 400 p. ISBN: 9788536529806.

SERWAY, Raymond A; JOHN W. JEWETT, Jr. *Física para cientistas e engenheiros*: volume 4: luz, óptica e física moderna. São Paulo: Cengage, c2020. 480 p. ISBN: 97885221271224.

TREGENZA, Peter; LOE, David. *Projeto de iluminação*. Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788582603352.

COMPLEMENTAR:

BARTHEM, Ricardo Borges. *A luz*. 1. ed. São Paulo: Liv. da Física SBF, 2005. x, 114 p. (Temas atuais de física, 2) ISBN: 8588325306, 9788588325302.

CORBELLA, Oscar ; YANNAS, Simos. *Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos*: conforto ambiental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2009. 305 p. ISBN: 9788571063976.

PEDROSA, Israel. *Da cor à cor inexistente*. 10. ed. Rio de Janeiro: SENAC Editoras, 2009. 254 p. ISBN: 9788574582672.

PINHEIRO, Antônio Carlos da Fonseca B.; CRIVELARO, Marcos. *Conforto Ambiental* - Iluminação, Cores, Ergonomia, Paisagismo e Critérios para Projetos.

São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536518596.
VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe. *Qualidade ambiental*: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de textos, 2013. 387 p. ISBN: 9788579750762.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Estruturas em Concreto Armado II	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	4.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA

Lajes de concreto armado: tipos de laje, conceitos e aplicações. Classificação das lajes retangulares. Determinação das ações e cálculo dos esforços. Comportamentos estruturais básicos. Dimensionamento e detalhamento das armaduras de lajes. Força cortante em lajes. Estados Limites de Utilização: verificação das flechas e fissuração. Prescrições Normativas. Pilares: Função estrutural. Classificação dos pilares. Esbeltez limite. Excentricidades de primeira e segunda ordens. Momento mínimo. Métodos de cálculo. Detalhamento: disposições construtivas e prescrições normativas. Escadas de concreto armado: tipos, conceitos, aplicações e métodos de dimensionamento.
Concepção estrutural. Pré-dimensionamento de elementos estruturais de concreto armado. Elementos de fundações.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CLÍMACO, J. *Estruturas de concreto armado: fundamentos de projeto, dimensionamento e verificação.* 3. ed. Brasília: UNB, 2016.

Carvalho, Roberto Chust. *Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado: segundo a NBR: 2014*. 4ª edição. Editora: EdUFSCar, 2021.

Porto, Thiago Bomjardim. *Curso Básico de Concreto Armado: Conforme NBR 6118/2014*. 1ª edição. Editora Oficina de Textos. 2015.

ABNT NBR 6118:2014 Comentários e exemplos de aplicação. Comitê conjunto IBRACON/ABECE (CT 301). 1ª ed. 480p. 2020.

COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6118: projeto de estruturas de concreto – procedimento. Rio de Janeiro, 20014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6120 – Ações para o cálculo de estruturas de edificações. Rio de Janeiro, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8681 – Ações e segurança nas estruturas - Procedimento. Rio de Janeiro, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Projeto em Arquitetura II – Comercial e Serviço	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	4.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	68h		102h	

EMENTA

Planejamento de composições arquitetônicas de média complexidade em terrenos reais, buscando trabalhar a concepção de partidos arquitetônicos sobre a tipologia de edificações comerciais e de serviço (mercado público, centro cultural, galeria de artes, restaurantes), estimulando e valorizando aspectos criativos, formais, acessibilidade, espaços e estruturas arquitetônicas, além de suas relações com o espaço urbano. Deverão ser trabalhadas as fases pré-projetuais (projetos de referência, programa de necessidades, prédimensionamento, organograma, fluxograma, partido arquitetônico e zoneamento) e a partir disto trabalhar a volumetria do partido arquitetônico (relacionar áreas e volumes).

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

ARNHEIM, Rudolf; FARIA, Ivone Terezinha De. *Arte & percepção visual*: uma psicologia da visão criadora. Edição revista. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 509 p. ISBN: 9788522126002.

CHING, Francis D. K.. *Arquitetura*: forma, espaço e ordem. São Paulo: Martins Fontes, 2016. 451 p. ISBN: 9788580632620.

VOORDT, Theo J. M. Van Der; WEGEN, Herman B. R. Van ; MEDINA, Maria Beatriz De. *Arquitetura sob o olhar do usuário*: programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 237 p. ISBN: 9788579750748.

ZEVI, Bruno; GASPAR, Maria Isabel; OLIVEIRA, Gaëten Martins De. *Saber ver a arquitetura*. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 286 p. (Mundo da Arte) ISBN: 9788578270841.

COMPLEMENTAR:

CASTELLS, Eduardo. *Traços e palavras*: sobre o processo projetual em arquitetura. Florianópolis: Editora ufsc, 2012. 180 p. (Urbanismo e arquitetura da cidade) ISBN: 9788532806246.

CHING, Francis D. K ; SALVATERRA, Alexandre. *Representação gráfica em arquitetura*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2017. 264 p. ISBN: 9788582604366.

DOYLE, Michael E. *Desenho a cores*: técnicas de desenho de projetos para arquitetos, paisagistas e designers de interiores. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 362 p. ISBN: 9788573078503.

LEGGITT, James. *Desenho de arquitetura*. Porto Alegre: Grupo A, 2004. E-book. ISBN 9788577803880.
SUMMERSON, Sir John; FICHER, Sylvia; STAHEL, Monica. *A linguagem clássica da arquitetura*. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 148 p. (Mundo da Arte) ISBN: 9788578271794.

5º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Tecnologia das Construções I	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	5.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA

Projetos, segurança do trabalho e taxas. Serviços preliminares. Movimento de terra. Infraestrutura. Superestrutura. Cobertura. Alvenarias e vedações. Esquadrias. Revestimentos. Pavimentação. Pintura.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:
YAZIGI, W. *A técnica de edificar*. 18. ed. São Paulo: Ed. Blucher, 2021.
AZEREDO, H. A. *O edifício até sua cobertura*. 18 ed. São Paulo: Blucher, 2021.
BORGES, A. C. *Prática das pequenas construções (Volume 1)*. 9 ed. São Paulo: Blucher, 2009.
BORGES, A. C. *Prática das pequenas construções (Volume 2)*. 6 ed. São Paulo: Blucher, 2010.

COMPLEMENTAR:
BOTELHO, M. H. C. Manual de primeiros socorros do engenheiro e do arquiteto. Vol. 2. São Paulo: Blucher, 2015
Fragata, Fernando de Loureiro. Pintura anticorrosiva: falhas e alterações nos revestimentos. Rio de Janeiro: Interciência, 2016.
Lucélia Oliveira de Almeida... [et al.]. Tendências em materiais e revestimentos de interiores. Porto Alegre : SAGAH, 2019.

<table>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="3">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:

Teoria e História da AU V – Idade Contemporânea</td><td>CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Obrigatória</td><td>Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td>5.º</td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>68h</td><td>-</td><td></td><td>68h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">História e teoria da Arquitetura, das Artes e do Urbanismo no século XX na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina: as transformações políticas, econômicas e sociais. O moderno: do Art Nouveau ao Art Déco. O resgate da memória: Arquitetura Neocolonial. O legado de Frank Lloyd Wright e Le Corbusier. O concurso do Edifício Gustavo Capanema e os arquitetos pioneiros. A escola paulista. A escola carioca. A descentralização: Luís Nunes e a arquitetura moderna no Recife; Severiano Porto e a arquitetura moderna na Amazônia. Brasília: Urbanismo e Arquitetura. A arquitetura contemporânea: os “arquitetos Pritzers”.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 2016.
BRUAND, Y. Arquitetura contemporânea no Brasil. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
CHOAY, F. O Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2018.
SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

COMPLEMENTAR:
GOMBRICH, E. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
PEVSNER, N. Origens da arquitetura moderna e do design. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
ROSSI, A. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
ZEVI, B. Saber ver a Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2009.</td></tr>
</table>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Estudos Ambientais				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				5.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	-		51h	

EMENTA

Conceito e desenvolvimento do Meio Ambiente. Noções de Ecossistema. Degradação ambiental e desenvolvimento sustentável. Políticas e leis ambientais brasileiras, federal, estadual e municipal, com foco no espaço urbano. Ferramentas do planejamento e controle ambiental. Qualidade ambiental nas cidades. Meio ambiente e desenho urbano. Noções sobre estudos, avaliações e relatórios impactos ambientais (EIA e RIMA) e a interface com arquitetura e urbanismo.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

ACSELRAD, H. *A duração das Cidades*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
GRANDJEAN, E. *Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem*. Tradução João Pedro Stein. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
MILLER JR., G. T. *Ciência Ambiental*. Tradução de All Tasks; revisão de Weligton Braz Carvalho Delitti. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério das Cidades. *Lei nº 10.257*: Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria, Edições Técnicas, 2001.
BRASIL. Senado Federal. *Agenda 21*: Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e desenvolvimento. Brasília, 2000.
SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2009.
TAUK-TORNISIELO, S.M.; GOBBI, N.; FOELER, H.G. (orgs.). *Análise ambiental*: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Conforto Ambiental III	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	5.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
68h			68h	

EMENTA

Estudo da relação entre o ambiente natural e construído, considerando a qualidade do som e as fontes de ruído em espaços arquitetônicos e urbanos. Legislação ambiental, normas técnicas e regulamentos. Poluição sonora urbana. Isolamento sonoro. Reverberação. Estudo do som e do ruído, seus fundamentos, propriedades e desempenho, considerando materiais, formas dos espaços e controle acústico dos edifícios e do espaço urbano, visando à qualidade do ambiente, ao conforto dos usuários e à eficiência energética.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

BISTAFA, Sylvio Reynaldo. *Acústica aplicada ao controle do ruído*. 3. ed. São Paulo: Blücher, 2011. 380 p. ISBN: 9788521212836.
BRANDÃO, Érico. *Acústica de salas*. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. ISBN 9788521210078.
COSTA, Ennio Cruz Da. *Acústica técnica*. São Paulo: Blucher, 2003. 127 p. ISBN: 9788521203346.
REMORINI, Silvana L. *Acústica arquitetônica*. São Paulo: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595027169.
SOUZA, Léa Cristina Lucas De ; ALMEIDA, Manuela Guedes De ; BRAGANÇA, Luís. *Bê-á-bá da acústica arquitetônica*: ouvindo a arquitetura. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2016. 149 p. ISBN: 9788576000730.

COMPLEMENTAR:

ALCAIM, Abraham; OLIVEIRA, Carlos Alexandre Dos Santos. *Fundamentos do processamento de sinais de voz e imagem*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio Interciência, 2011. xv, 296p. ISBN: 9788580060386.
LAIER, José Elias. *Fundamentos matemáticos da acústica ambiental*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022. 182 p. (Acadêmica, 114) ISBN: 9786557850558.
RANDALL, Robert H. An introduction to acoustics. Mineola, N.Y: Dover Publications, 2005. xii, 340 p. ISBN: 9780486442518.
RESNICK, Robert; HALLIDAY, David; KRANE, Kenneth S. *Física*: 2. Rio de Janeiro: LTC, c2003. xiv, 339 p. ISBN: 9788521613688

VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe. *Qualidade ambiental*: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de textos, 2013. 387 p. ISBN: 9788579750762

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Estruturas em Madeira e Aço				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				5.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA

Tipos de estruturas e aplicações em projetos arquitetônicos. Ações em estruturas. Carregamentos comuns. Estruturas metálicas: Aços estruturais e produtos de aço. Concepção de estruturas metálicas. Pré-dimensionamento de estruturas metálicas. Noções de dimensionamento de estruturas metálicas segundo a norma brasileira. Ligações soldadas. Ligações parafusadas. Cálculo de estruturas treliçadas. Detalhamento de estruturas metálicas. Estruturas em madeira, madeiras empregadas em estruturas: tipos, perfis e derivados. Propriedades físicas e mecânicas da madeira. Concepção de estruturas de madeira. Pré-dimensionamento de estruturas de madeira. Noções de dimensionamento de estruturas de madeira segundo a norma brasileira. Detalhamento de estruturas de madeira.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

PFEIL, W.; PFEIL, M. *Estruturas de aço: Dimensionamento prático de acordo com a NBR 8800:2008*. 9. ed. São Paulo: LTC, 2021.

PFEIL, W.; PFEIL, M. *Estruturas de madeira*. 6. ed. São Paulo: LTC, 2003.

Moliterno, Antonio. Caderno de projetos de telhados em estruturas de madeira. 4ª ed. São Paulo: Blucher, 2010.

COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8800:2008, Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7190-1:2022, Projeto de estruturas de madeira - Parte 1: Critérios de dimensionamento. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Projeto de Arquitetura III – Educacional	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	5.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	68h		102h	

EMENTA

Projeto de edificação educacional. Criação e desenvolvimento de projetos a partir de um problema arquitetônico proposto desde seus aspectos conceituais, funcionais, espaciais, plástico-formais e técnico-construtivos, até as relações ergométricas, antropométricas do espaço edificado e o contexto urbano, abrangendo questões relativas à estética e aos princípios básicos de arquitetura sustentável. Processo de projeto: análise do local, programa de necessidades, análise de projetos locais e estrutura-arquitetura. Elementos condicionantes. Visita técnica de campo a cidades com projetos educacionais de referência no Brasil.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:
CORBELLA, O. *Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos: conforto ambiental*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
ENGEL, H. *Sistemas estruturais*. Barcelona: Gustavo Gili. 2018.
KOWALTOWSKI, D. K. *Arquitetura Escolar*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

COMPLEMENTAR:
BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
CHING, F. D. K.; ONOUYE, B. S.; ZUBERBUHLER, D. *Sistemas estruturais ilustrados*: *padrões, sistemas e projeto*. Porto Alegre: Bookman, 2015.
KEELER, M. *Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis*. Porto Alegre: Bookman, 2018.
REBELLO, Y. C. P. *A concepção estrutural e a arquitetura*. São Paulo: Zigurate, 2000.
ROAF, S. *A Adaptação de Edificações e cidades às mudanças climáticas: um guia de sobrevivência para o século XXI*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

6º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Tecnologia das Construções II	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	6.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA
Instalações elétricas. Instalações hidráulicas. Instalações sanitárias. Louças e metais. Instalações de captação de águas pluviais. Instalações de prevenção e combate à incêndios. Equipamentos e acessórios. Impermeabilização. Serviços complementares. Patologias. Orçamento.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

YAZIGI, W. *A técnica de edificar*. 18. ed. São Paulo: Ed. Blucher, 2021.

AZEREDO, H. A. *O edifício até sua cobertura*. 18 ed. São Paulo: Blucher, 2021.

BORGES, A. C. *Prática das pequenas construções (Volume 1)*. 9 ed. São Paulo: Blucher, 2009.

BORGES, A. C. *Prática das pequenas construções (Volume 2)*. 6 ed. São Paulo: Blucher, 2010.

COMPLEMENTAR:

BOTELHO, M. H. C. Manual de primeiros socorros do engenheiro e do arquiteto. Vol. 2. São Paulo: Blucher, 2015

Fragata, Fernando de Loureiro. Pintura anticorrosiva: falhas e alterações nos revestimentos. Rio de Janeiro: Interciência, 2016.

Lucélia Oliveira de Almeida... [et al.]. Tendências em materiais e revestimentos de interiores. Porto Alegre : SAGAH, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Arquitetura Brasileira				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				6.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
68h	-		68h	

EMENTA

Características do processo de ocupação do território brasileiro por meio da arquitetura e urbanismo diante das contribuições e protagonismos de estrangeiros, afrobrasileiros e indígenas. A arquitetura e o urbanismo no período colonial. Panorama da arquitetura, urbanismo e paisagismo no Brasil do século XIX e primeiras décadas do século XX. Manifestações arquitetônicas ecléticas e pré-modernistas em espaços não convencionais. O modernismo à brasileira. Projetos de novas cidades e o desenvolvimento urbano do século XIX ao XX. Construção das identidades arquitetônicas regionais. Características da produção arquitetônica e de cidades na Amazônia legal.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

BUENO, A. *et al*. *O patrimônio construído*: as 100 mais belas edificações do Brasil. 2 ed. São Paulo: Capivara, 2016.

BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LEMOS, C. *Casa paulista*: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999.

REIS FILHO, N. G. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

COMPLEMENTAR:

FREYRE, G. *Casa grande & senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52ª ed. São Paulo: Global, 2013.

HOLANDA, S. *Raízes do Brasil.* 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil:* 1900-1990. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ARAGÃO, Solange D. Ensaio sobre a Casa Brasileira do Século XIX. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Blucher, 2017.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Estética e História das Artes	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	6.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	-		34h	

EMENTA

Panorama da História da História da Arte. Introdução à Estética e à Filosofia da Arte. Arte e natureza: criação e mimesis. Os marcos teóricos e históricos dos estilos. Noção de tema e ideologia na produção artística. Agentes envolvidos na experiência estética: o artista, os mediadores e o público. A invenção do belo para as artes. A reprodutibilidade nas artes. Modernidades e arte.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

COLI, J. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CAUQUELIN, A. Teorias da Arte. São Paulo: Brasiliense, 1995.

WÖLFFLIN, H. *Conceitos fundamentais da História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

COMPLEMENTAR:

FABRIS, A. (Org). *Arte & Política*: algumas possibilidades de leitura. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

FARTHING, S. *Tudo sobre arte: os movimentos e as obras mais importantes de todos os tempos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

GULLAR, F. *Argumentações contra a morte da arte*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

OSTROWER, F. *Universos da Arte*. Campinas: Unicamp, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Instalações Hidrossanitárias	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	6.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	34h		68h	

EMENTA

Instalações prediais de água fria e água quente. Instalações prediais de esgotos sanitários. Instalações prediais de águas pluviais. Instalações para portadores de necessidades especiais. Tecnologia dos materiais de instalações prediais. Lista de materiais e orçamento. Apresentação de projetos. Especificação de Desempenho.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CARVALHO JÚNIOR, R. *Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura*. 12 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2019.

CREDER, H. *Instalações hidráulicas e sanitárias*. 6 ed. Rio de janeiro: LTC, 2006.

MACINTYRE, A. J. Instalações hidráulicas prediais e industriais. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

CARVALHO JÚNIOR, R. Patologias em sistemas prediais hidráulico-sanitário. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2013.

COMPLEMENTAR:

ABNT NBR 5626. *Sistemas prediais de água fria e água quente - Projeto, execução, operação e manutenção*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2020.

BORGES, A. C. *Prática das pequenas construções*. 9 ed. v.1. São Paulo: Blucher, 2009.

SALGADO, J. *Instalação hidráulica residencial: a prática do dia a dia*. São Paulo: Érica, 2010.

YAZIGI, W. *A técnica de edificar*. 18 edição. São Paulo: Ed. Pini, 2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Planejamento Urbano e Regional I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				6.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
17h	17h		34h	

EMENTA

Princípios teóricos e práticos do Planejamento Urbano e Regional. Os modelos de planejamento urbano no Brasil; legislação urbano-ambiental; ferramentas legais para o planejamento urbano-ambiental: Estatuto das Metrópoles e Estatuto das Cidades, Planos diretores e setoriais, convênios intermunicipais. Estudo de casos. Metodologia do planejamento do desenvolvimento sustentável urbano e territorial. Estudo sobre a região envolvendo conceitos, classificação, desníveis regionais, problemas e potencialidades. Diagnóstico de políticas sociais municipais. Políticas urbanas de saneamento e habitação. Análise dos mecanismos de participação popular. Exercício de aplicação de conhecimentos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
FIRKOWSKI, Olga (Org.). *Transformações Territoriais*. Experiências e Desafios. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
FREITAG, B. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2006.
VILLAÇA, F. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. Studio Nobel, São Paulo, 2001.

COMPLEMENTAR:

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: FUPAM; EDUSP, 1999.
LE CORBUSIER (1984 [1946]). *Planejamento urbano.* São Paulo: Perspectiva, 2010.
MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2011.
MUKAI, Toshio. *O estatuto da cidade:* anotações à lei n. 10.257, de 10-7-2001. São Paulo: Saraiva; EDUSP, 2013.
SOUZA, M. L. *Mudar a cidade*: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
VEIGA, José. *Cidades imaginárias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.
VILLAÇA, F. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Projeto de Arquitetura IV – Edificação Vertical	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	6.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	68h		102h	

EMENTA

Edifícios Verticais. Projeto de edifício residencial multifamiliar, comercial e/ou de serviços. Metodologia de Projeto: Criação e desenvolvimento de projetos a partir de um problema arquitetônico proposto desde seus aspectos conceituais, funcionais, espaciais, plástico-formais e técnico-construtivos, até as relações ergonômicas e antropométricas entre o espaço edificado e o contexto urbano e paisagístico. Aplicação dos princípios estéticos e de arquitetura sustentável. Processo de projeto: análise do local, programa de necessidades, análise de projetos locais, sistemas de infraestrutura e parâmetros urbanos, sistemas estruturais, prediais (estudos das instalações elétricas, hidráulico-sanitárias, gás, ar condicionado e proteção contra incêndio) e métodos construtivos. Clima e ambiente construído. Verticalidade conforme Legislação do município. Visita técnica de campo a cidades com obras arquitetônicas de referência no Brasil.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:
ARNHEIM, R. *Arte e percepção visual*. São Paulo: Pioneira, 2017.
CARVALHO JUNIOR, R. *Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura*. São Paulo: Blucher, 2019.
CARVALHO JUNIOR, R. *Instalações elétricas e o projeto de arquitetura*. São Paulo: Blucher, 2017.

COMPLEMENTAR:
CAMBIAGHI, S. *Desenho Universal*: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. SENAC editora, 2017.
CASTELLS, E. *Traços e palavras: sobre o processo projetual em arquitetura*. Florianópolis: Editora UFSC, 2012.
MACINTYRE, A. J. *Instalações hidráulicas: prediais e industriais*. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
MONTENEGRO, G. *Ventilação e cobertas. A Arquitetura tropical na prática: estudo teórico, histórico e descontraído.* São Paulo: Blucher, 2019.
PANERO, J. Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos. São Paulo, GG, 2015.

7º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Paisagismo I	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	7.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA

Tópicos conceituais de Paisagem, Paisagismo e Jardim. História da arte dos jardins. Evolução dos jardins. Jardins da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Pérsia, Grego e Romano. Jardim Medieval. Jardins do Renascimento: Humanista, Clássico, Italiano, Francês, Barroco, Inglês. Jardins Orientais. Jardim Holandês, Jardim Árabe e Jardim Castelhano. História do Paisagismo: Brasil e outros países. Paisagismo Contemporâneo. Atividades do paisagista, contexto do mercado de trabalho. Botânica aplicada ao Paisagismo: morfologia vegetal, unidades sistemáticas, sistemas de classificação e nomenclatura botânica. Noções de preparo da terra e cultivo. Plantas ornamentais utilizadas em paisagismo. Uso das plantas ornamentais. Arborização urbana. Princípios básicos do projeto paisagístico: cores no contexto da arte e no meio ambiente, caracterização e classificação dos jardins. Representação gráfica de espécies. Criação da Paisagem. Visita técnica de campo a cidades com obras de paisagismo de referência no Brasil.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CAVALCANTI, L. C. de S. *Cartografia de paisagens*: fundamentos. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

GALINATTI, A. C. M.; SOUZA, D. A.; BARBOSA, L. J. L.; *et al*. *Teoria da Arquitetura e da Paisagem*. s.l.: Grupo A, 2022.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço***.** São Paulo: Edusp, 2002.

COMPLEMENTAR:

AB'SÁBER, A. N. *Amazônia:* do discurso à práxis. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

MATOS, E. N. de. *Árvores para cidades*. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia - Solisluna, 2009.

RUSIN, C.; OLIVEIRA, L. M. de; SCOPEL, V. G.; et al. *Floricultura e Paisagismo.* s.l.: Grupo A, 2021.

SCHLEE, A. R.; SIQUEIRA, V. B. *Sítio Roberto Burle Marx.* Rio de Janeiro: s.e., 2020.

SCHULZ, S. H. *Estéticas urbanas:*da pólis grega à metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: LCT, 2019.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	7.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA

Reflexões sobre questões teórico-metodológicas e visitas de campo relativas às estratégias de salvaguarda de bens culturais. As mudanças do conceito e as distintas dimensões do patrimônio cultural. Os organismos e as políticas de salvaguarda do patrimônio em suas várias instâncias. O papel da UNESCO: Conselhos Internacionais, cartas e normas sobre intervenção e restauro. Patrimônio da Humanidade: uma problematização. Os instrumentos de preservação da paisagem natural e edificada no Brasil. A utilização sustentável e o uso social do patrimônio. A imaterialidade do patrimônio cultural. Patrimônio Cultural no Norte brasileiro. Novos patrimônios e debates contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

BRANDI, C. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da UNESP/Estação Liberdade, 2017.

LIMA, M. (Org.). *O Norte do Brasil:* Identificação e Reconhecimento do Patrimônio Cultural. Brasília: REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, v. 37, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio37.pdf ; Acesso em 28 de nov. de 2021.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

COMPLEMENTAR:

BOSI, E. *Memória e sociedade:* lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

BUENO, A. et al. *O patrimônio construído:* as 100 mais belas edificações do Brasil. 2 ed. São Paulo: Capivara, 2016.

COSTA, C. T. da. *O Sonho e a Técnica*: A Arquitetura de Ferro no Brasil. EDUSP, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto Urbanístico I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				7.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	68h		102h	

EMENTA

Conceitos básicos sobre o espaço urbano e a cidade como processos. Noção de escala no ambiente construído. Exercício de projeto de intervenção de uma área urbana (fração), a partir do dimensionamento de um programa de necessidades, com aplicação de técnicas e procedimentos urbanísticos, levando em consideração aspectos funcionais, ambientais, imagéticos, econômicos, sociais, jurídico-legais e comportamentos. Compreensão do campo multidisciplinar, que trata das dimensões físico-espaciais da cidade e de seu processo de produção e apropriação. Escala de intervenção pontual em quadra da cidade. Visita técnica de campo a cidades de referência no Brasil.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

BRASIL. Estatuto da Cidade – Lei n. 10257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal,estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 13 dez. 2014.

CASTELLS, M. *A sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GEHL, J. *Cidades para as pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

COMPLEMENTAR:

ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

FREITAG, B. *Teorias da cidade.* Campinas: Papirus, 2012.

LE CORBUSIER. *Planejamento urbano.* São Paulo: Perspectiva, 2010.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SANTOS, Milton. A *natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 2008.

SECCHI, B. *A cidade do século vinte*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea.* São Paulo: Contexto, 2007.

SCHULZ, S. H. *Estéticas urbanas: da polis grega a metrópole contemporânea*. São Paulo: LTC, 2019.

SOUZA, M. L. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Instalações Elétricas e de Comunicação	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	7.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	34h		68h	

EMENTA

Introdução às instalações elétricas de luz e força de baixa tensão. Conceitos básicos necessários aos projetos e a execução das instalações elétricas. Projeto de instalações elétricas. Dispositivos de seccionamento, proteção e aterramento. Luminotécnica. Transmissão de dados, circuitos de comando e sinalização. Projeto e dimensionamento da entrada elétrica. Instalações de para-raios prediais. Correção do fator de potência e instalação de capacitores. Técnicas de execução das instalações elétricas e telefônicas. Edifícios inteligentes, sistemas de segurança e centrais de controle. Especificação de Desempenho.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CARVALHO JÚNIOR, R. *Instalações elétricas e o projeto de arquitetura*. 9 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2019.

CAVALIN, G.; CERVELIN, S. *Instalações elétricas prediais*. 2 ed. São Paulo: Érica, 2017.

CREDER, H. Instalações elétricas. 17 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

COMPLEMENTAR:

COTRIM, A. A. M. B. *Instalações elétricas*. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

CREDER, H. *Manual do instalador eletricista*. 2 ed. Rio de janeiro: LTC, 2004.

LIMA FILHO, D. L. *Projeto de instalações elétricas prediais*. 12 ed. São Paulo: Érica, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Planejamento Urbano e Regional II				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				7.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
17h	17h		34h	

EMENTA

Processo histórico, ocupação e Planejamento a partir das políticas regionais na Amazônia. Potencialidades e preservação. Redes urbanas e regionais: funções, hierarquia, relações político-administrativas, interação cidade-campo. Análise integrada do meio ambiente regional. Impactos ambientais e sociais das atividades econômicas no meio regional. Técnicas de análise cartográfica e interpretação de imagens por satélites. Exercício de Planejamento de municípios de pequeno e médio porte: uso e ocupação do solo; instrumentos de política urbana. Planejamento sustentável e Participativo. Infraestrutura e equipamentos urbanos. Metodologia de coleta e tratamento de dados para análise, diagnóstico, prognóstico e diretrizes de planejamento. Processos para a viabilização de propostas e desenvolvimento de políticas públicas. Estudos de Caso.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

AFFONSO, R.; SILVA, P. B. Descentralização e políticas sociais. São Paulo: Fundap/Iesp, 1996.

BECKER, B. *Amazônia:* geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SILVA, J. B. *O panorama da geografia brasileira*. São Paulo: FFLCH-USP/ ANNABLUME, 2006.

COMPLEMENTAR:

ACSELRAD, H. (org.). *A duração das cidades***:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. RJ: DP&A, 2001.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Boaventura. *Um Discurso sobre as Ciências.* São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Marcelo. *A prisão e a ágora*: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Projeto de Arquitetura V – Hospitalar	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	7.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	34h		68h	

EMENTA

Metodologia de Projeto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de edificação no campo de Arquitetura Hospitalar. Desenvolvimento de projetos segundo as RDCs 50 e 189 da Diretoria Colegiada da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, e respectivas normas regulamentadoras. Projetos elaborados a partir do estudo das inter- relações dos problemas funcionais, formais, conceituais e metodológicos na organização e construção do espaço arquitetônico voltado para a saúde e análise do contexto urbano. Abrangendo questões relativas à estética e aos princípios básicos de arquitetura sustentável. Processo de projeto: análise do local, programa de necessidades, análise de projetos locais e estrutura-arquitetura. Parâmetros de Conforto, Especificações Técnicas e Planilha orçamentária básica. Visita técnica de campo a obras arquitetônicas na área hospitalar de referência no Brasil.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002*.
MASCARÓ, J. L. *O custo das decisões arquitetônicas*. 4. ed. Porto Alegre: Masquatro editora, 2010.
ZIONI, E. C.; WAKSMAN, R. D.; FARAH, O. G. D. *Conhecendo a arquitetura hospitalar*. v. 23. (Série Manuais de especialização Einstein). s.l.: Editora Manole, 2022.

COMPLEMENTAR:

BUXTON, P. *Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto*. Tradução de Alexandre Salvaterra. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
GRABASCK, Jaqueline R.; CARVALHO, Agatha M. *Arquitetura sustentável*. s.l.: Grupo A, 2019.
KEELER, M.; VAIDYA, P. *Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis*. Porto Alegre: Bookaman, 2018.
NEUFERT, E. Arte de projetar em arquitetura. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
SUMMERSON, J. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

8º SEMESTRE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Paisagismo II	CÓDIGO
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	8.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	34h		68h	

EMENTA

Macropaisagismo: Definições. Paisagismo urbano: Parques urbanos metropolitanos; Temáticos; Praças; Orlas Pluviais; Planejamento e outras áreas verdes urbanas. Legislação de proteção ao meio ambiente. Parques: parques nacionais, áreas de proteção ambiental, monumento natural, floresta nacional. Paisagismo rural: A paisagem rural, paisagismo na propriedade rural. Paisagismo em rodovias: objetivos e benefícios do paisagismo rodoviário, funções do paisagismo rodoviário, sinalização, barreiras naturais, áreas de descanso, escolha das espécies. Paisagismo de grandes áreas.Visita técnica de campo a cidades com obras de paisagismo de referência no Brasil.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

ALEX, S. *Projeto da praça***:** convívio e exclusão no espaço público**.** São Paulo: Senac, 2008.
CAUQUELIN, A. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
FIGUEIREDO, A. C. C. *Projetos de paisagismo e jardinagem*. s.l.: Editora Saraiva, 2021.

COMPLEMENTAR:

CULLEN, G. *Paisagem Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
GALINATTI, A. C M.; GIAMBASTIANI, G. L.; SCOPELL, V. G.; et al. *Projetos de Paisagismo e de Construções Rurais*. s.l.: Grupo A, 2021.
LORENZI, H. *Árvores brasileiras*: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil - volume 1. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2016.
Lorenzi, H. *Árvores brasileiras*: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil - volume 2. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2016.
Lorenzi, H. *Árvores brasileiras*: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil - volume 3. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum de Estudos da

Flora, 2016.
RUSIN, C.; OLIVEIRA, L. M. de; SCOPEL, V. G.; et al. *Floricultura e Paisagismo*. s.l.: Grupo A, 2021.

<table>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="3">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:
Metodologia de Pesquisa</td><td>CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Obrigatória</td><td>Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td>8.º</td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>17h</td><td>17h</td><td></td><td>34h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">Conhecimento. Tipos e níveis de Conhecimento. Métodos científicos. Dedutivo, dialético. A questão da neutralidade científica. As modalidades de texto acadêmicos Regras Gerais da ABNT. Elaboração de projetos de pesquisa.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
ANDRADE, M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
CARVALHO, M. C. M. (Org.). Construindo o saber: técnicas de metodologia científica. Campinas: Papirus, 2012.
GIL A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2019

Complementar:
KÖCHE, J. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petropólis, RJ: Vozes, 2002.
MARCONI, M; LAKATOS, E. Fundamentos da metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
SEVERINO, A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2017</td></tr>
</table>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto Urbanístico II				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				8.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	68h		102h	

EMENTA

Teoria e prática de projeto para área urbana (Escala cidade) desde a definição do programa até as metodologias de desenvolvimento do projeto urbanístico. Instrumentos e técnicas de manejo dos parâmetros de uso e ocupação do solo: zoneamento, parcelamento e condomínio. Densidade e volumetria, relação com o entorno e a cidade, impacto ambiental, espaços públicos e privados. Escalas de abordagem e Introdução ao desenho urbano. Elementos de composição urbana. Morfologia, Paisagem, Sistemas de Infraestrutura, equipamentos comunitários, formas de gestão do projeto urbano como política pública. Exercício de projeto de uma Zona urbana (Escala Bairro) a partir da concepção de um Plano. Estatuto da Cidade. Noções e Plano Diretor.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2018. FREITAG, B. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2012.
LE CORBUSIER (1984 [1946]) *Planejamento urbano*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
SOUZA, M. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2006.
VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel, 2001.

COMPLEMENTAR:

ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades*: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.
SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
SILVA, J. B. *O Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: FFLCH-USP/ ANNABLUME, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Arquitetura de Interiores	
Categoria: Obrigatória	Semestre
Modalidade: Presencial	8.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
17h	51h		68h	

EMENTA

Concepção e elaboração de projeto de arquitetura de ambientes internos residenciais e comerciais, com ênfase na organização, intervenção, reabilitação, reestruturação de espaços, equipamentos, objetos e mobiliário. Interface com projetos complementares. Definição de programas de diferentes complexidades, em usos multidisciplinares, compatível com ambientes já existentes ou novos. Sistemas, métodos, escolha de materiais, processos e tecnologias construtivas aplicadas à arquitetura de interiores. Luminotécnica, acústica, estudo de cores, estudo de estilos, história do mobiliário, ergonomia, planejamento de mobiliário, sistemas de condicionamento, segurança, lógica, mídias e outros. Desenvolvimento de propostas com detalhamento compatível ao grau de complexidade do projeto e seus projetos complementares.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

ARNHEIM, Rudolf; FARIA, Ivone Terezinha De. *Arte & percepção visual*: uma psicologia da visão criadora. Edição revista. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 509 p. ISBN: 9788522126002.

CHING, Francis D K.; BINGGELI, Corky. *Arquitetura de interiores ilustrada.* Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788582605165.

DOYLE, Michael E. *Desenho a cores*: técnicas de desenho de projetos para arquitetos, paisagistas e designers de interiores. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 362 p. ISBN: 9788573078503.

GURGEL, Miriam. *Projetando espaços*: guia de arquitetura de interiores para áreas comerciais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005. 214 p. ISBN: 8573594500.

MANCUSO, Clarice. *Arquitetura de interiores e decoração*: a arte de viver bem. 6. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2007. 247 p. ISBN: 9788520502129.

PANERO, Julius ; ZELNIK, Martin ; DI MARCO, Anita Regina. *Dimensionamento humano para espaços interiores*: um livro de consulta e referência para projetos. São Paulo: GG, 2015. 320 p. ISBN: 9788584520114.

COMPLEMENTAR:

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2010. 398 p. ISBN: 9788527301145.

GALINATTI, Anna C M.; BARBOSA, Marilia P. de A.; GRABASCK, Jaqueline R.; et al. *Projeto de arquitetura de interiores residenciais*. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786581492588.

GIAMBASTINI, Gabriel L.; GALINATTI, Anna C M.; GRABASCK, Jaqueline R.; *et al. Projeto de arquitetura de interiores comerciais*. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786581492373.

MANCUSO, Clarice. *Guia prático do design de interiores*. Porto Alegre, RS: Ed. Sulina, 2005. 173 p. ISBN: 9788520504116.

NEUFERT, Ernst. *Arte de projetar em arquitetura*: princípios, normas, regulamentos sobre projeto, construção, forma, necessidades e relações espaciais, dimensões de edifícios, ambientes,mobiliário, objetos tendo o homem como unidade de medida e seu objetivo. Manual para arquitetos, engenheiros, estudantes, professores, construtores e proprietários. 18. ed. totalmente renovada e atualizada. São Paulo: Gustavo Gili, 2013. xi, 567 p. ISBN: 9788565985086.

QUARTINO, Daniela Santos. *El Gran Libro de los Lofts*. Espanha: Huaitan publications, 2010. 607 p. ISBN: 9788492463442.

REMORINI, Silvana L. *Projetos de interiores especiais*. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029095.

PEDROSA, Israel. *Da cor à cor inexistente*. 10. ed. Rio de Janeiro: SENAC Editoras, 2009. 254 p. ISBN: 9788574582672.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				8.º
CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	34h		68h	

EMENTA

Desenvolvimento de projetos arquitetônicos de intervenção em edifícios e conjuntos edificados de interesse histórico e cultural, considerando, além dos condicionantes da arquitetura anteriormente introduzidos, as técnicas e recomendações específicas de restauro e conservação de bens culturais edificados. Estudo crítico, analítico e propositivo sobre a intervenção em edificação em sítios históricos e inserção de arquitetura contemporânea, considerando sua contextualização, bem como sua inserção no contexto da cidade, enquanto organismo multifuncional.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.) *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.
BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê Editoria, 2004.
CANCELA, C.D. S., ABREU, F. L. (org.) *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Recife: Ed. da UFPA, 2002.

COMPLEMENTAR:

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da UNESP/Estação Liberdade, 2017.
COIMBRA, EUGÉNIO, and LUIS ROMÃO. "O Processo De Projeto Na Reabilitação: A Casa Burguesa Do Porto." Pesquisa Em Arquitetura E Construção : PARC 2.7 (2011): 23. Web.
GIAMBASTIANI, Gabriel, L. et al. *Teoria do Restauro e do Patrimônio*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2022.
IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.
PHIBEL, Evelyne Béatrice. "A Intervenção Nas Cidades Históricas." Herança (Funchal) 1.1 (2018): 43-72. Web.

9º SEMESTRE

<table>
<tr><td></td><td colspan="5">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:
Trabalho de Conclusão de Curso I - TCC I</td><td colspan="2">CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Obrigatória</td><td colspan="2">Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td colspan="2">9.º</td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>17h</td><td>34h</td><td></td><td>51h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">Desenvolvimento do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de natureza projetual ou de pesquisa, com a definição do tema e orientação, dos aspectos introdutórios, da fundamentação teórica e da metodologia a ser desenvolvida em TCC II.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BUXTON, P. Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. Tradução de Alexandre Salvaterra. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. Colaboração de Maria Helena de Andrade Magalhães; Stella Maris Borges. 10. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

COMPLEMENTAR:
CARVALHO, M. C. M. de (org.). Construindo o saber: Metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. rev. atual. Campinas, SP: Papirus, 2012.
KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petropólis, RJ: Vozes, 2015.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. Metodologia de pesquisa. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.</td></tr>
</table>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:				CÓDIGO
Estágio Supervisionado I				
Categoria: Obrigatória				Semestre
Modalidade: Presencial				9.º

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
17h	170h		187h	

EMENTA

O mercado de trabalho de Arquitetura e Urbanismo. O relatório de estágio. Observação e desenvolvimento de atividades de Arquitetura e Urbanismo em órgãos e empresas locais.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

ANTUNES, R. L. C. *Os Sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2019*, vol. 3, n.º 1. Brasília, DF: CAU, 2019.
SAAD, E. G. *Consolidação das leis do trabalho*: comentada. 47. ed., atual., rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2019.

COMPLEMENTAR:

BUXTON, P. *Manual do arquiteto*: planejamento, dimensionamento e projeto. Tradução de Alexandre Salvaterra. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
DELGADO, M. G. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2020.
OLIVEIRA, J. de. *Acidentes do trabalho*: teoria, prática, jurisprudência. 3. ed. atual., aum. São Paulo: Saraiva, 1997.
SANTOS, T. dos. *Forças produtivas e relações de produção*: ensaio introdutório. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.
VALLE, R.; OLIVEIRA, S. B. *Análise e modelagem de processos de negócio*: foco na notação BPMN Business Process Modeling Notation. São Paulo: Atlas, 2013

10º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="3">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:
Trabalho de Conclusão de Curso II - TCC II</td><td>CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Obrigatória</td><td>Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td>10.º</td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>17h</td><td>34h</td><td></td><td>51h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de natureza projetual ou de pesquisa, com elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Normalização para produções acadêmico-científicas.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BUXTON, P. Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. Tradução de Alexandre Salvaterra. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. Colaboração de Maria Helena de Andrade Magalhães; Stella Maris Borges. 10. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

COMPLEMENTAR:
CARVALHO, M. C. M. de (org.). Construindo o saber: Metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. rev. atual. Campinas, SP: Papirus, 2012.
KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petropólis, RJ: Vozes, 2015.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. Metodologia de pesquisa. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="3">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:
Estágio Supervisionado II</td><td>CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Obrigatória</td><td>Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td>10.º</td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td></td><td>85h</td><td></td><td>85h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">Desenvolvimento de atividades de Arquitetura e Urbanismo em órgãos e empresas locais. O relatório de estágio.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
ANTUNES, R. L. C. Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2019, vol. 3, n.º 1. Brasília, DF: CAU, 2019.
SAAD, E. G. Consolidação das leis do trabalho: comentada. 47. ed., atual., rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2019.

COMPLEMENTAR:
BUXTON, P. Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. Tradução de Alexandre Salvaterra. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
DELGADO, M. G. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2020.
OLIVEIRA, J. de. Acidentes do trabalho: teoria, prática, jurisprudência. 3. ed. atual., aum. São Paulo: Saraiva, 1997.
SANTOS, T. dos. Forças produtivas e relações de produção: ensaio introdutório. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.
VALLE, R.; OLIVEIRA, S. B. Análise e modelagem de processos de negócio: foco na notação BPMN Business Process Modeling Notation. São Paulo: Atlas, 2013</td></tr>
</table>

11. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

<table>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="3">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:

Arquitetura e Segurança no Trabalho</td><td>CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Optativa</td><td>Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>34h</td><td>17h</td><td></td><td>51h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">Ambiente de trabalho; Segurança no trabalho; Acidentes de trabalho: conceitos, tipos e causas; Riscos de acidentes: identificação, avaliação e controle; Aplicações no campo da Arquitetura. Implicações das decisões arquitetônicas na segurança no trabalho, tanto na prevenção quanto na geração de riscos de acidentes. A importância do projeto de arquitetura para a segurança no trabalho. Técnicas de segurança no desenvolvimento de projeto.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
BARBOSA FILHO, A. N. Segurança do trabalho & gestão ambiental. 5ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019.
GARCIA, G. F. B. Meio ambiente do trabalho: direito, segurança e medicina do trabalho. 10ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2023.
SZABÓ JÚNIOR, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho. 12. ed. São Paulo: Rideel, 2018.

COMPLEMENTAR:
VAN LENGEN, J. Manual do arquiteto descalço. Porto Alegre: Livraria do arquiteto; Rio de Janeiro: TIBÁ, 2008.
NUNES, Flávio de Oliveira. Segurança e saúde no trabalho esquematizada - NRS, Normas Regulamentadoras 1 a 36 e comentários à OHSA 18.001 (Gestão de SST) e à NBR 14.280 (Acidente de trabalho). 3ª ed. São Paulo: Método, 2016.
CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.</td></tr>
</table>

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Introdução à Língua Brasileira de Sinais	CÓDIGO
Categoria: Optativa	Semestre
Modalidade: Presencial	

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	17h		51h	

EMENTA

Aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais da surdez. Concepções de linguagem, língua e fala e suas implicações no campo da surdez. Alfabeto Manual e Datilologia. Legislação: Acessibilidade, Reconhecimento da LIBRAS, Inclusão e os Direitos da Pessoa Surda. Educação do Surdo no Brasil e no Mundo. Cultura e Comunidades Surdas. Linguística da LIBRAS. Transcrição para a LIBRAS. Produção Textual do Surdo. Vocabulário Básico. Sinalização. Desenho Universal na gestão de recursos humanos e comunicação.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

CAPOVILLA, F. C. *Dicionário da língua de sinais do Brasil: a Libras em suas mãos*. EdUSP, 3 v. São Paulo, 2017.

SKLIAR, C. *Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos*. Porto Alegre. 5ª ed. Mediação, 2017.

SOUZA, R.M.; SILVESTRE, N.; ARANTES, V. A. *Educação de surdos: pontos e contrapontos.* São Paulo: Summus. 5ª ed. 2016.

COMPLEMENTAR:

CORRÊA, Y., CRUZ, C. R. *Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais.* Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.

GOLDFELD, M. *A criança surda*: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Laboratório de Fotografia	CÓDIGO
Categoria: Optativa	Semestre
Modalidade: Presencial	

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	17h		51h	

EMENTA

Processo fotográfico: ótica e química; utilização dos equipamentos fotográficos; luz e sombra; linguagem fotográfica; composição; angulação; iluminação e seus efeitos; técnica de laboratório fotográfico. Processo fotográfico: Câmeras objetivas, filtros, filmes e suas aplicações: processamento em preto e branco e a cores. Recursos de linguagem e técnica fotográfica, objetivando a fotografia arquitetônica. Linguagem e a técnica fotográfica como suporte projetual para análise apreciativa do espaço urbano, edificações isoladas e interiores. Produção de ensaios fotográficos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

KOSSOY, B. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. São Paulo: Papirus, 2003.
KOSSOY, B. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia/São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

COMPLEMENTAR:

AGOSTINI, D. Fotografia: um guia para ser fotógrafo em um mundo onde todos fotografam. São Paulo. SENAC, 2019.
COTTON, Charlote. A fotografia como arte contemporânea. São Paulo. Martins Fontes, 2103.
KRAUSS, R. *O fotográfico*. Barcelona: Gustavo Gili. 2002.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Habitação de Interesse Social	CÓDIGO
Categoria: Optativa	Semestre
Modalidade: Presencial	

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	17h		51h	

EMENTA

Habitação e Entorno - levantamentos dos equipamentos e serviços existentes no entorno, tais como: Creche, Posto de Saúde, Escola de Ensino Infantil, Escola de Ensino Fundamental, Escola de Ensino Médio, Sistema Viário e Transporte, Áreas Verdes, Centro Comunitário. Projetos Emblemáticos - leitura e análise de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Exemplos de projetos - visitas de Campo, realizadas por meio de visita técnica para locais de referência em Habitação de Interesse Social (nas modalidades de conjunto habitacional ou intervenções em favela para urbanização e/ou reurbanização). Projeto de Habitação de Interesse Social. Desenvolvimento de projeto de um conjunto habitacional

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

ABREU, M. G. *Habitação de interesse social no Brasil*: caracterização da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação de 2006 a 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, UFMT, Cuiabá, 2012.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. "HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL." Mercator (Fortaleza) 17 (2018): Mercator (Fortaleza), 2018, Vol.17. Web.

LIMA, Andreia da S.; DORETO, Daniella T.; NOVAES, Patricia R.; et al. Seminários de Políticas Urbanas, Rurais e de Habitação e Movimentos Sociais. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. *E-book.* ISBN 9786556901923. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901923/. Acesso em: 26 out. 2023.

RODRIGUES, A. M.. *Moradia nas cidades brasileiras* :habitação e especulação, o direito à moradia, os movimentos populares. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

COMPLEMENTAR:

BOTELHO, Adriano. O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. *Minha casa minha vida*. (Cartilha). Brasília, 2009. GRANJA, A. D. *et al*. *A natureza do valor desejado na habitação social*. Ambiente Construído (Online), v. 9, p. 87-103, 2009.

SHIMBO, L. Z. *Habitação social, habitação de mercado*: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e

Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Carlos, 2010.
VILLA, Simone; POLISELLI, Victória Funari. "METODOLOGIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL." Revista Projetar 7.2 (2022): 99-115. Web.

<table>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="3">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:
Tópicos de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena</td><td>CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Optativa</td><td>Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td>PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>34h</td><td>17h</td><td></td><td>51h</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="5">Introdução às artes dos povos africanos subsaarianos. Panorama da arte indígena pré-colonial no Brasil. O índigena e o negro no processo de conquista colonial português e no século XIX. As artes afrobrasileiras e indígenas no território nacional no século XX e XXI.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="5">BÁSICA:
KI-ZERBO, J. et al. História Geral da África. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.
LIMA, M. (Org.). O Norte do Brasil: Identificação e Reconhecimento do Patrimônio Cultural. Brasília: REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, v. 37, 2018.
FARTHING, S. Tudo sobre arte: os movimentos e as obras mais importantes de todos os tempos. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

COMPLEMENTAR:
FREYRE, G. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52ª ed. São Paulo: Global, 2013.
HOLANDA, S. Raízes do Brasil. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
GOMBRICH, E. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 2016.</td></tr>
</table>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Legislação, Ética e Prática Profissional	
Categoria: Optativa	Semestre
Modalidade: Presencial	

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
34h	17h		51h	

EMENTA

Aspectos gerais do exercício da profissão. Origens do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Consolidação da formação profissional do arquiteto e urbanista. Campos de atuação profissional. Legislação e ética profissional: Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país (Criação do CAU BR). Os órgãos de representação: Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA). União Internacional de Arquitetos (UIA), órgão consultivo da UNESCO para assuntos relativos ao habitat e à qualidade do espaço construído, a Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos (FPAA) e o Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP).

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

SÁ, A. L. de. *Ética Profissional*. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2000.

NALINI, José Renato. Ética: geral e profissional. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

CAU/BR. Código de ética e disciplina para arquitetos e urbanistas. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 2015. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Etica_CAUBR_06_2015_WEB.pdf.

COMPLEMENTAR:

MELLO Filho, João Honorio de. Ética em arquitetura e urbanismo: Comentários ao código de ética e disciplina do conselho de arquitetura e urbanismo do brasil. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 2018.

BRASIL. Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm.

BARSANO, Paulo R. Ética Profissional. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

<table>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="3">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:

Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo II</td><td>CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Optativa</td><td>Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>17h</td><td>34h</td><td></td><td>51h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">Introdução ao Building Information Modeling (BIM) ou Modelagem da Informação da Construção. Representação de projeto digitalizado aplicado à arquitetura utilizando software da plataforma BIM. Técnicas avançadas de modelagem tridimensional. Computação gráfica e suas aplicações na produção e representação bidimensional/tridimensional de projetos arquitetônicos, urbanos e paisagísticos. Programação visual de projetos em arquitetura e urbanismo; estudo de plástica e modelagem 3D como suporte à elaboração de projetos. Técnicas de tratamento e produção de imagens no âmbito da arquitetura e do urbanismo.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
MOTA, F. S.; GIAMBASTIANI, G. L.; SILVA, A. S.; et al. Modelagem digital. s.l.: Grupo A, 2020.
NETTO, C. C. Autodesk Revit Architecture 2020: conceitos e aplicações. s.l: Editora Saraiva, 2020.
SACKS, R.; EASTMAN, C.; LEE, G.; TEICHOLZ, P. Manual de BIM: um guia de modelagem da informação da construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2021.

COMPLEMENTAR:
CARDOSO, M. C. Autodesk: Civil 3D 2020: aplicações BIM para Projetos de Infraestrutura. São Paulo: Ed. Érica, 2020.
CHING, F. D. K. Representação gráfica em arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2011.
JUST, A. R. Revit architecture 2010. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2010.
LIMA, C. C. N. A. de. Autodesk Revit Architecture 2013: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2012.SANTOS, J. C. C.; OGAVA, C. C. D.; OLIVEIRA, P. D. Representação bidimensional. s.l.: Grupo A, 2019.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="3">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA</td></tr>
<tr><td colspan="4">DISCIPLINA:

Tópicos Especiais nas cidades contemporâneas</td><td>CÓDIGO</td></tr>
<tr><td colspan="4">Categoria: Optativa</td><td>Semestre</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade: Presencial</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="4">CARGA HORÁRIA</td><td colspan="2">PRÉ-REQUISITO</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>Prática</td><td>Extensão</td><td>Total</td><td colspan="2" rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>17h</td><td>34h</td><td></td><td>51h</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA</td></tr>
<tr><td colspan="6">Questões concernentes às cidades contemporâneas. Desenvolvimento de perspectiva crítica sobre o papel do arquiteto-cidadão e novos espaços de esperança frente às problemáticas das cidades. Reflexões voltadas à participação social e a produção da cidade.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA</td></tr>
<tr><td colspan="6">BÁSICA:
HARVEY, David. Espaços de esperança. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
MONTANER, Josep Maria. Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação. São Paulo : Gustavo Gili, 2017.
SENNETT, Richard. 1943 2ed. Juntos. Rio de Janeiro: Record, 2013.

COMPLEMENTAR:
HANNAH, Arendt. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
FERREIRA, Claudio (org). Debate Social e Construção do Território. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 91. Coimbra: CES, 2010.
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: RECORD, 2001.</td></tr>
</table>

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Arquitetura, cidade e relações étnicas e de gênero	CÓDIGO
Categoria: Optativa	Semestre
Modalidade: Presencial	

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
17h	34h		51h	

EMENTA

A segregação sócioespacial e sua relação com a segregação étnica e de gênero. O espaço público para os homens; o espaço doméstico para as mulheres; os bairros periféricos para os negros. A casa, a família e as distinções de gênero no espaço doméstico e urbano.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

BENEDET, Veronica. "ZAIDA MUXÍ MARTÍNEZ (coord.) - Antología De Pensamientos Feministas Para Arquitectura." ZARCH : Journal of Interdisciplinary Studies in Architecture and Urbanism 18 (2022): 238. Web.

MENGIST, Nat. "Witches, Witch-Hunting, and Women by Silvia Federici (review)." Magic, Ritual, and Witchcraft 15.1 (2020): 152-55. Web.

MOASSAB, Andréia. "DE QUE LADO A ARQUITETURA ESTÁ?" Revista Projetar 5.1 (2020): 08-19. Web.

SOUZA, Jesus Tiago:JUNIOR CUNHA, Henrique Antunes. "Bairros Negros: Patrimônio Cultural Negro Em Fortaleza-CE / Black Neighborhoods: Black Cultural Heritage in Fortaleza-CE." ID on Line. Revista De Psicologia 14.51 (2020): 1045-059. Web.

MISKOLCI. Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Claudio (org). *Debate Social e Construção do Território. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 91*. Coimbra: CES, 2010.

MUXÍ, Zaida. “Mujeres y arquitectura: teoría y práctica de la vivienda”. *Revista Arquitectura COAM*, 340, Madrid, 2T 2005.

REIS Diego Dos Santos. "A COLONIALIDADE DO SABER: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS PARA REPENSAR A UNIVERS(AL)IDADE." Educação & Sociedade 43 (2022): Educação & Sociedade, 2022, Vol.43. Web.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Arquiteturas Indígenas	
Categoria: Optativa	Semestre
Modalidade: Presencial	

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
17h	34h		51h	

EMENTA

Estudar a diversidade da disposição territorial das comunidades indígenas. A distribuição espacial dos espaços de morar. Os espaços comuns. Materiais e técnicas construtivas. Tecnologia indígena.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

BARBIERI, Samia Roges J. *Os Direitos dos Povos Indígenas.* [Digite o Local da Editora]: Grupo Almedina (Portugal), 2021. *E-book.* ISBN 9786556273594. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556273594/. Acesso em: 26 out. 2023.

CASTELLO Branco, Bernardo. Arquitetura Indígena Brasileira. *Revista De Arqueologia* (Rio De Janeiro, Brazil) 7.1 (1993): 69-85. Web.

FAUSTO, Carlos. *Os Índios Antes do Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

TORRES-LONDOÑO, Fernando, and Maurício G. Righi. Arquitetura Do Rito: Território E Identidade Indígenas Na Selva De Pedra. *Revista De Estudos Da Religião* 19.1 (2019): 61-77. Web.

COMPLEMENTAR:

ALIER, Joan. *O Ecologismo dos Pobres: Conflitos Ambientais e Linguagens de Valoração.* São Paulo: Contexto, 2007.

AUGE, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade.* Campinas: Papirus, 1994.

SANTOS, Boaventura e MENESES, Paula (org). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2012.

VAN LENGEN, Johan. *O Manual do Arquiteto Descalço.* São Paulo: Empório do Livro, 2008.GALLOIS, C, *Wajãpi rena: roças, pátios e casas.* Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

SANTOS, Boaventura e MENESES, Paula (org). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2012.

VAN LENGEN, Johan. *O Manual do Arquiteto Descalço.* São Paulo: Empório do Livro, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA:	CÓDIGO
Patologia e Terapia das Construções	
Categoria: Optativa	Semestre
Modalidade: Presencial	

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
51h	17h		68h	

EMENTA

Conceitos. Agentes causadores de patologias. Mecanismos, sintomatologia, prevenção, manutenção e recuperação das manifestações patológicas de estruturas de concreto, alvenarias e revestimentos. Patologia do concreto: fissuração, ninhos de concretagem, lixiviação, carbonatação, reação álcali-agregado, sulfatos e corrosão das armaduras. Patologia das estruturas metálicas e de madeira. Patologia das alvenarias: fissuração, eflorescências, bolor e mofo. Patologia dos revestimentos: descolamento, fissuração, pulverulência e eflorescências. Patologia em pinturas: desagregação, saponificação, enrugamento e bolhas. Patologia das fundações. Patologia das instalações elétrica e hidrossanitária. Problemas em impermeabilizações. Análise, diagnóstico e prevenção.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

MILITITSKY, Jarbas; CONSOLI, Nilo Cesar; SCHNAID, Fernando. Patologia das fundações. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

BERTOLINI, Luca. Materiais de Construção: patologia, reabilitação e prevenção. Oficina de Textos, 2010.

CARVALHO JUNIOR, Roberto de. Patologias em sistemas prediais hidráulico sanitários. 3ª ed. São Paulo: Blucher, 2018.

COMPLEMENTAR:

ABNT NBR 15575-1:2021 – Edificações habitacionais — Desempenho Parte 1: Requisitos gerais. 2021.

ABNT NBR 5674:2012 – Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção. 2021.

QUALHARINI, Eduardo L. Coleção construção civil na prática - Reabilitação predial - VOL. 2. Grupo GEN, 2020.

RIBEIRO, Daniel. Corrosão e Degradação em Estruturas de Concreto. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2018.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA

DISCIPLINA: Arquiteturas e Cidades na América Latina	CÓDIGO
Categoria: Optativa	Semestre
Modalidade: Presencial	

CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITO
Teórica	Prática	Extensão	Total	
17h	34h		51h	

EMENTA

Introdução e conceitos fundamentais de arquitetura e urbanismo; panorama do repertório construtivo latino-americano, com foco em técnicas construtivas autóctones (próprias de povos ou lugares específicos e não dominantes no mercado da construção civil). A diversidade e especificidades dos modos de morar; a relação entre habitação e o conceito de família, múltiplo e diverso. Uso de repertório interdisciplinar como fonte de conhecimento complementar à arquitetura e urbanismo (literatura, artes, cinema, música, ciências sociais, antropologia, etc.).

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BÁSICA:

GALEANO, Eduardo H. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2000.

GONZÁLEZ, Gloria Salazar. Las Estructuras Ambientales De América Latina. Roberto Segre. Problemas Del Desarrollo 9.35 (2013): Problemas Del Desarrollo, 2013, Vol.9 (35). Web.

SEGRE, Roberto. Geografía Y Geometría En América Latina: Naturaleza, Arquitectura Y Sociedad. *Cuaderno Urbano: Espacio, Cultura*, Sociedad 3.3 (2002): 1-13. Web.

COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Ática, 1998.

BROWNE, Enrique. *Otra arquitetura en America Latina.* Naucalpan: Gustavo Gilli, 1988.

LOZANO, Luz María Suárez. "TRANSMODERNIDAD: MÉTODO PARA UN PROYECTO POLÍTICO DECOLONIAL. DE ENRIQUE DUSSEL A SANTIAGO CASTRO-GÓMEZ." Eidos (Barranquilla, Colombia) 34.Spe34 (2020): 322-50. Web.

JESUS, Carolina. *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada.* São Paulo: Ática, 2007.

MIGNOLO, Walter D. "Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom." Theory, Culture & Society 26.7-8 (2009): 159-81. Web.

SANTOS, Boaventura e MENESES, Paula (org). *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2012.

VAN LENGEN, Johan. *O Manual do Arquiteto Descalço.* São Paulo: Empório do Livro, 2008.

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Arquitetura e Urbanismo segue o Regulamento de TCC de Arquitetura e Urbanismo e as diretrizes da Resolução n.º 008/2014/CONSEPE/Unifesspa, a qual aprova o Regulamento de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Em seu art. 79, é definido como "uma Atividade Curricular Obrigatória", cuja finalidade é "sistematizar o conhecimento de natureza científica, artística ou tecnológica.".

Na estrutura curricular do curso, o TCC é desenvolvido no 9.º e no 10.º semestres, com carga horária de 51h em cada um deles, totalizando 102h. No 9.º semestre, o acadêmico deve elaborar, em concordância com o orientador, um projeto com tema relacionado a um dos campos de conhecimento do curso. No 10.º semestre, o projeto deve ser transformado num trabalho monográfico de natureza de pesquisa científica ou de projeto de arquitetura, urbanismo e/ou paisagismo.

Acerca dos procedimentos para o desenvolvimento do TCC, a Resolução n.º 008/2014, nos artigos 80 e 82, regulamenta que a elaboração do Trabalho é individual e que será orientado por docente da FAU/IEA/Unifesspa. Quando houver solicitação do discente para ser orientado por docente externo, deve haver anuência do Colegiado de Arquitetura e Urbanismo, com coorientação de docente vinculado ao curso.

Em relação à apresentação do TCC, na versão monografia, os artigos 81 e 83 da Resolução n.º 008/2014 prescrevem que é defendido em sessão pública, durante o período letivo, perante Banca Examinadora conforme definido Regulamento de TCC de Arquitetura e Urbanismo.

Entre as atribuições da Banca está a definição do conceito de aprovação ao acadêmico, em conformidade com os critérios normatizados pelo Regulamento do Ensino de Graduação da Unifesspa. São eles: Insuficiente – até 4,9; Regular – 5,0 a 6,9; Bom – 7,0 a 8,9; Excelente – de 9,0 a 10,0. O tempo delimitado para a apresentação do trabalho monográfico é definido no Regulamento de TCC de Arquitetura e Urbanismo

Os artigos científicos elaborados em decorrência da pesquisa e dos resultados do TCC deverão, obrigatoriamente, citar orientador e coorientador, este quando houver, bem como a Unifesspa como instituição de vínculo profissional do orientador ou do coorientador e da formação do acadêmico. De igual modo, deve ser compartilhado com

os docentes e a Instituição ligados à pesquisa o TCC que resultar patentes, resguardando-se às questões sigilosas.

Os casos de plágios em TCC sofrerão as penalidades legais pertinentes e, academicamente, ocasionarão a reprovação do discente nessa atividade curricular. Nesse caso, o Colegiado define se o estudante mantém o tema de pesquisa ao cursar novamente a atividade ou realiza a pesquisa com outro tema.

Casos em que o acadêmico necessite realizar ensaios e experimentos para a elaboração do TCC para os quais a Unifesspa não dispõe de meios, podem ser feitos em outras instituições, desde que custeados pelo discente e/ou convênios, não se obrigando o curso e/ou a Unifesspa a firmar tais convênios. Analogamente, custos com viagens de campo para realização de TCC poderão contar com apoio financeiro da Unifesspa, sem que seja esse um procedimento obrigatório. Ao final do processo, o TCC deverá ser entregue em mídia digital a fim de compor o Repositório Institucional da Unifesspa.

13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é atividade obrigatória e oficialmente regulamentada, possuindo Resolução específica no âmbito do IEA. Ao mesmo tempo, a Lei n.º 11.788/2008 define o ECS como “ato educativo [...] desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]”.

De maneira mais específica, a definição encontrada na Resolução n.º 2/2010 para a expressão, em sua forma plural, é de que “são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.”.

A Resolução n.º 008/2014, em seu art. 76, especifica que, para fins de registro, o Estágio será considerado Obrigatório ou Não Obrigatório. O primeiro é componente indispensável para a integralização curricular, e o segundo pode ser admitido como atividade curricular, não devendo interferir no período estabelecido para conclusão do curso.

Como apresentado na estrutura curricular, o ECS deverá ser desenvolvido nos dois últimos semestres do curso, com carga horária de 187h no 9.º semestre e 85h no 10.º semestre, totalizando 272h. Em linhas gerais, a Resolução n.º 008/2014, nos incisos do art. 74, estabelece o ECS terá por objetivo:

> I – Possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho;
> II – Proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades e o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico, por intermédio de atividades relacionadas com sua área de formação;
> III – Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento socioprofissional.

A delimitação de objetivos específicos a atividades a serem desenvolvidas pelo acadêmico de Arquitetura e Urbanismo durante a realização do ECS estão definidas no Regulamento de Estágio do Curso de Arquitetura e Urbanismo. O ECS será desenvolvido nas áreas de concentração inerentes às práticas do Arquiteto e Urbanista, em conformidade com o art. 5.º das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

O acompanhamento do ECS é feito, a nível de Unifesspa, pela Coordenação Geral dos Estágios dos Cursos de Graduação, ligada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), por meio do Comitê Permanente de Estágio. Em nível de IEA, deve ser acompanhado pela Coordenação de Estágio e por docente orientador. A culminância do ECS ocorre com apresentação de Relatório pelo discente, o qual deve seguir as prescrições da NBR 10.719/2015.

Nenhum Estágio (seja obrigatório ou não obrigatório) será admitido em entidade, empresa, instituição, governamental ou não, sem que essa esteja conveniada com a Unifesspa. Portanto, o convênio com a universidade é condição vital para a celebração do estágio.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

No art. 8.º da Resolução n.º 2/2010, as atividades complementares são definidas como “componentes curriculares enriquecedores” em ensino, pesquisa e extensão que devem “possibilitar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno [...]”. De acordo com esse documento, as atividades

complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e disciplinas oferecidas por outras instituições de educação.

Na estrutura curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo, essas atividades devem contabilizar 119h, a serem consideradas para efeito de integralização no último semestre do curso. Elas estão relacionadas às práticas de ensino, pesquisa e extensão e seguem apresentadas na Tabela 5, com limite de carga horária respectiva a cada uma delas.

Tabela 4 - Atividades complementares

Modalidade	Atividade	Limite de CH
Ensino	Disciplinas complementares não previstas no currículo do curso e cursadas na Unifesspa ou outras IES	90h
	Atividades de monitoria (por semestre)	60h
	Organizar e ministrar minicursos (por minicurso)	75h
	Participação como ouvinte em minicursos (por minicurso)	60h
	Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso)	60h
Pesquisa	Livro publicado	90h
	Capítulo de livro	90h
	Projetos de Iniciação Científica	90h
	Projetos de Pesquisa Institucionais	90h
	Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial)	90h
	Artigo publicado como coautor (periódico com conselho editorial)	90h
	Artigo completo publicado em anais como autor	90h
	Artigo completo publicado em anais como coautor	90h
	Resumo em anais	30h
	Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos	30h
Extensão	Autoria e execução de projetos	30h
	Participação na organização de eventos (congressos, seminários, *workshop* etc.)	90h
	Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas etc.)	90h
	Participação com ouvinte em eventos (congressos, seminários, *workshop* etc.)	30h
	Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, *workshop* etc.)	75h
	Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, *workshop* etc.)	45h
	Participação em oficinas	45h
	Visitas técnicas	45h
	Estágios extracurriculares (cada 80h de estágio = 15h de atividade complementar)	60h
	Representação discente em órgãos colegiados (Consun, Consepe etc.)	30h
	Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc.)	30h

Fonte: PPC de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Tocantins (UFT, 2013).

Para a integralização da carga horária de atividades complementares é obrigatória a participação do estudante em, no mínimo, duas formas de atividades, observados os limites da carga horária de cada atividade, conforme a distribuição abaixo:

a) Aproveitamento de disciplinas não previstas no currículo, que podem ser cursadas em outros cursos superiores da Unifesspa ou não, desde que as outras instituições mantenham cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 90h;

b) Realização de cursos de curta duração em idiomas estrangeiros e/ou outros cursos diversos, nessa categoria, independentemente da área do conhecimento, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 60h;

c) Desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa, preferencialmente na área de concentração do curso. Essa atividade compreende trabalho de pesquisa acompanhado por docente orientador e deve resultar em produção científica publicada, ou não, a exemplo de relatórios, artigos e livros, resumos em anais e correlatos, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 90h;

d) Desenvolvimento, organização e assistência a programas de extensão da Unifesspa, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 90h;

e) Participação em eventos como ouvinte, mesmo os relacionados a outras áreas do conhecimento, devidamente reconhecidos como atividades educacionais ou culturais, como palestras, seminários, reuniões, mesas-redondas, debates e outros, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 90h;

f) Realização de atividades práticas como: participação em reuniões plenárias como representantes de conselhos de classe, sindicatos, representação estudantil e associações. Elaboração de trabalhos técnicos, projetos sociais e pareceres. Atuação como instrutor em treinamentos e qualificações, palestrante, monitoria

acadêmica e coordenação de projetos. Realização de trabalho voluntário na forma prevista na Lei n.º 9.608/98. Essas atividades ficam limitadas ao aproveitamento de até 30h, exceto a monitoria que será limitada em até 60h;

g) Participação devidamente comprovada como ouvinte em defesa de monografias de graduação e pós-graduação, dissertações e teses, ficando estabelecida como limite para o aproveitamento a carga horária em até 20h;

h) Publicações de livros, capítulos de livros e artigos completos (em periódicos com Conselho Editorial ou em anais de congressos e afins) – até 90h; resumos em anais – até 30h; outras publicações – até 30h.

i) Realização de estágio supervisionado não obrigatório, previsto na Lei n.º 11.788/2008, cujas horas serão computadas como atividades complementares, desde que autorizadas pelo curso, mediante termo assinado pelo coordenador, com limite para aproveitamento de até 60h.

Serão consideradas para integralização de horas, somente as atividades realizadas após a efetivação da matrícula do acadêmico no curso. Assim, ficam excluídas quaisquer atividades anteriores a essa data, salvo em situações especiais de transferências de estudantes. Nesses casos, será considerada a matrícula feita na instituição de origem, em atendimento à lei vigente. É de responsabilidade do discente a integralização da carga horária das atividades complementares, de modo a evidenciar o protagonismo sobre a sua formação.

15. POLÍTICA DE PESQUISA

Na Unifesspa, a coordenação geral das atividades de pesquisa está a cargo da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Propit), que possui em sua composição a Diretoria de Pós-Graduação e a Diretoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica. De acordo com o PDI Unifesspa (2020/2024), essas atividades contemplam todas as áreas de conhecimentos existentes na Instituição e são desencadeadas, principalmente, por grupos de pesquisa, em nível de graduação e de pós-graduação.

Nesse sentido, o PDI vigente da Instituição estabeleceu como política de

pesquisa o fortalecimento de ações desenvolvidas pelos grupos de pesquisa. Para o curso de Arquitetura e Urbanismo, os docentes desenvolvem a atividade de pesquisa em grupos, projetos e/ou integradas às atividades de ensino e de extensão, com vistas à consolidação de suas atividades, respaldadas pela coordenação geral das atividades de pesquisa da Unifesspa.

As atividades de pesquisa desenvolvidas por grupos, assim como os procedimentos para o desenvolvimento do Trabalho de Curso do acadêmico fundamentam-se na concepção encontrada em Lakatos e Marconi (2001) de que a pesquisa é

> [...] um procedimento metodológico formal do pensamento reflexivo que exige um tratamento científico que se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para as questões propostas, utilizando métodos científicos (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 43).

Além dessa concepção, que se evidencia nessas práticas do curso de Arquitetura e Urbanismo, a pesquisa também é entendida como processo inerente à ação pedagógica, ancorada em fundamentos. São eles: o científico, para consolidar a produção de conhecimento em conformidade com o rigor do método; o educativo, por situar a pesquisa como postulado de formação, o qual questiona a realidade e intervém na sociedade; o articulador, porque visa fortalecer a indissociabilidade da pesquisa com as práticas de ensino e extensão; o ético, por se reger pelo respeito à dignidade humana.

A fim de consolidar atividades de pesquisa, o Curso de Arquitetura e Urbanismo desenvolve as seguintes ações:

a) A compreensão e o desenvolvimento da pesquisa como princípio educativo do curso, que objetiva promover a formação do profissional reflexivo, com capacidade de apropriação e aplicação do conhecimento para o seu crescimento pessoal e para o desenvolvimento social;

b) O desenvolvimento de pesquisas a partir de levantamento de demandas sociais locais, de modo a sintonizar as necessidades, as práticas sociais e as potencialidades de pesquisa do IEA;

c) Criação de grupos e/ou projetos de pesquisa abertos à participação de docentes,

técnicos e estudantes, incluindo a aprovação de projetos em editais para angariar bolsas de iniciação científica;

d) Adotar uma política de implantação, manutenção e modernização dos Laboratórios;

e) Realização de dois eventos anuais, o Encontro de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (Epepe) no primeiro semestre e o Congresso Araguaiense de Ciências Exata, Tecnológica e Social Aplicada (Conara) no segundo semestre, para compartilhar e divulgar pesquisa do corpo docente e fomentar formação sobre procedimentos de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, assim como receber pesquisadores renomados com proferimento de palestras e minicursos.

f) Incentivar e apoiar participação dos professores e discentes em outros eventos científicos, como ainda, em vivências com as populações tradicionais em busca de documentar, registrar, salvaguardar e valorizar seus saberes tradicionais.

16. POLÍTICA DE EXTENSÃO

A coordenação geral das atividades de extensão na Unifesspa é realizada pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proex). A ela estão ligadas a Diretoria de Ação Intercultural e a Diretoria de Assistência e Integração Estudantil. O PDI Unifesspa 2020/2024 define a extensão universitária como:

> as práticas acadêmicas comprometidas com a pluralidade e a diversidade regional e cultural, a promoção da justiça socioambiental e espacial e a defesa da educação e dos direitos humanos, a partir de uma relação dialógica entre a universidade e outros setores da sociedade, por meio de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços (PDI UNIFESSPA 2020/2024, p. 157).

Com essa compreensão do que significam as atividades de extensão, a Unifesspa as concebe no âmbito de uma política cultural ampla, que envolve a construção democrática da universidade e a expansão do ensino superior em diálogo com a região de abrangência. Essas atividades são entendidas como práticas acadêmicas e públicas socialmente referenciadas na sociobiodiversidade da Amazônia Oriental brasileira e relacionadas com os movimentos sociais populares e com as políticas

públicas.

Para isso, tais atividades devem ser desenvolvidas por meio de procedimentos metodológicos contextualizados, com objetivos condizentes com o sentido de responsabilidade social, sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produção, publicações entre outros produtos acadêmicos, que são desenvolvidos pelo corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo de forma integrada com os discentes do curso. Na próxima revisão do PPC, será formalizada a delimitação de carga horária de extensão em algumas disciplinas da matriz curricular do curso em acordo ao mínimo de 10% da carga horária total do curso, conforme Resolução n.º 7/2018/CNE/CES, a qual regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024).

Ao planejar e desenvolver as atividades de extensão, a proposição é de que sejam considerados como princípios a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa; a interdisciplinaridade; a interação com os grupos sociais; o respeito aos saberes produzidos em diferentes contextos culturais; a justaposição dos conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos às demandas sociais; a formação de sujeitos autônomos e de direitos sociais.

No intuito de consolidar atividades de extensão, o Curso de Arquitetura e Urbanismo desenvolve as seguintes ações:

a) Levantamento de demanda da sociedade local que possam transformar-se em atividade de extensão;

b) A partir do levantamento, priorizar o planejamento e o desenvolvimento de atividades de extensão que contribuam para superar situações de exclusão social;

c) Realização de dois eventos anuais, o Encontro de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (Epepe) no primeiro semestre e o Congresso Araguaiense de Ciências Exata, Tecnológica e Social Aplicada (Conara) no segundo semestre, para socializar as atividades de extensão e para troca de experiências.

d) Programas e projetos de extensão coordenados pelos docentes como, por exemplo, o Polo de Referência em Construção Civil - Convênio 06/2021 da Unifesspa com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior Profissional e Tecnológica do Pará - Sectet/PA que, em conjunto com

os discentes, tem promovido cursos de capacitação abertos à comunidade e prestação de serviços integrados à pesquisa científica.

17. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Remete-se mais uma vez, neste PPC, à visão estabelecida no PDI Unifesspa (2020/2024, p. 10) de que a Instituição seja "uma universidade inclusiva", a fim de destacar medidas efetivamente tomadas para a sua realização.

No que se refere ao acesso ao ensino superior a alunos da região, a Unifesspa publicou a Resolução n.º 259/2018, na qual se regulamenta a atribuição de 20% sobre a nota final do Enem para estudantes que tenham cursado pelo menos um ano do ensino médio em escolas de localidades e adjacências dos *campi* Unifesspa e que também residam na região.

Além disso, as ações afirmativas para os estudantes de escola pública, para os autodeclarados pretos ou pardos e para os indígenas são consideradas pela Unifesspa, em consonância com a legislação vigente. Para a Instituição, elas servem como "mecanismo de promoção de grupos e populações sub-representadas nas instituições de ensino superior" (PDI UNIFESSPA 2020/2024, p. 128).

Como medida para impulsionar a permanência desses estudantes no meio acadêmico, a Unifesspa possui o Comitê de Inclusão Social, ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proex). Seu objetivo é investigar, orientar, apoiar e propor ações para a adequada inclusão de estudantes no ensino superior.

Há ainda outras políticas de assistência e integração estudantil, desencadeadas por meio de programas, tais como:

- ✔ Programa de Apoio à Permanência – que concede auxílio financeiro, prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade social;
- ✔ Programa de Apoio ao Discente Ingressante – apoiar ações de projetos de ensino que visem contribuir para a redução dos índices de reprovação, retenção e evasão na Unifesspa;
- ✔ Programa de Integração e Vivência Estudantil – cujo objetivo é integrar o

estudante à vida universitária, por meio de ações acadêmico-científica, socioculturais, esportivas. Para isso, há apoio financeiro que viabilize a sua participação;

- ✔ Programa de Acolhimento Estudantil – consiste em desenvolver ações para apoiar o fortalecimento da trajetória acadêmica de estudantes indígenas, negros, do campo, quilombolas, de grupos tradicionais e com necessidades educativas especiais;

- ✔ Programa de Bolsa-Estágio não obrigatório – consiste no recebimento de estudantes matriculados na instituição como estagiários, para os quais há pagamento e auxílio transporte;

- ✔ Programa de Monitoria – é atividade acadêmica desempenhada pelo graduando, com orientação docente, a fim de aprimorar a qualificação técnico-científica do acadêmico;

- ✔ Programa de Monitoria de Apoio aos Discentes com Deficiência – objetiva oferecer condições de acessibilidade e inclusão acadêmica, para apoiar discentes com deficiência.

- ✔ Programa de Monitoria para Disciplinas com Práticas de Laboratório – tem como objetivo melhorar os indicadores de ensino-aprendizagem e reduzir os índices de evasão e retenção nos cursos de graduação e assim contribuir para permanência e sucesso dos discentes no processo ensino-aprendizagem;

- ✔ Programa de Apoio ao Estudante Indígena – tem como objetivo contribuir para o sucesso da Política de Ações Afirmativas da Unifesspa, assegurando melhores condições de permanência e desenvolvimento acadêmico aos(às) estudantes indígenas da Universidade, por meio de atividades de ensino articuladas à pesquisa e à extensão e inserir os(as) estudantes indígenas à realidade universitária, visando minimizar as barreiras sociais, culturais e acadêmicas existentes;

- ✔ Programa de Apoio ao Estudante Quilombola – tem como objetivo contribuir para o sucesso da Política de Ações Afirmativas da Unifesspa, assegurando melhores condições de permanência e desenvolvimento acadêmico aos(às)

estudantes quilombolas da Universidade, por meio de atividades de ensino articuladas à pesquisa e à extensão;

- ✔ Programa de Acompanhamento Psicológico Estudantil – o objetivo do programa é atender à demanda de atendimentos psicológicos de discentes da Unifesspa e oferecer supervisão clínica para os discentes (bolsistas e voluntários) selecionados no programa;

- ✔ Programa de Educação Tutorial – Contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica e ampla dos estudantes de graduação, por meio do desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas pela atuação como bolsista.

A fim de atender a demanda da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a Unifesspa possui o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (Naia). É uma unidade comprometida com os princípios de inclusão acadêmica de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, os quais, atualmente, são público-alvo da educação especial. O Naia também visa orientar a Unifesspa quanto à acessibilidade física, técnica e pedagógica.

De acordo com sua página virtual, são objetivos do Naia:

Geral:

- ✔ Coordenar a política de acessibilidade e inclusão acadêmica educacional na Unifesspa, contribuindo para a seguridade dos direitos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação da comunidade universitária.

Específicos:

- ✔ Implementar serviços de atendimento educacional especializado e inclusão acadêmica;
- ✔ Orientar e acompanhar a construção dos pré-requisitos da Unifesspa considerando a normatização de desenho universal e acessibilidade;
- ✔ Desenvolver o trabalho de inclusão acadêmica e acessibilidade articulando ações de ensino, pesquisa e extensão dos institutos;
- ✔ Orientar para a organização de espaços físicos acessíveis;

- ✔ Adquirir e disponibilizar equipamentos, instrumentos, materiais pedagógicos e recursos didáticos para apoiar a inclusão acadêmica e acessibilidade aos discentes público-alvo da educação especial;
- ✔ Ofertar cursos de capacitação na área de Educação Especial para docentes, técnicos, alunos universitários e comunidade externa como ações de extensão;
- ✔ Desenvolver projetos de extensão e pesquisa que apoiem a qualificação do ensino superior na perspectiva da educação inclusiva e apoio a políticas locais das realidades educacionais do entorno da Unifesspa.

Uma vez que pode contar com a estrutura do Naia na Instituição, este PPC propõe Libras como componente em sua matriz curricular, tendo em vista que uma das ações desse Núcleo é "prestar assessoria, orientações e colaborações nas questões de acessibilidade aos diversos setores da Unifesspa e comunidade universitária."[81]. Para isso, o IEA estabeleceu parceria com o Núcleo, de modo que as aulas dessa disciplina sejam ministradas aos acadêmicos por um de seus profissionais.

A essas ações da Unifesspa, este PPC propõe a articulação entre NDE do curso e equipe técnico-pedagógica do IEA para o levantamento de desempenho dos estudantes nas disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo, a fim de planejar e desenvolver ações que promovam aprendizagem, quando houver conceito insatisfatório. São ações que, agregadas às demais, visam à permanência do estudante no meio acadêmico, de modo a oportunizar o seu acesso aos conhecimentos já produzidos, bem como às suas elaborações de natureza científica, artística, cultural e tecnológica.

.

18. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A gestão administrativa e pedagógica do curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Engenharia do Araguaia/Unifesspa é composta por:

a) Prof. Dr. Carlos Maviael de Carvalho – Diretor-Geral do IEA
b) Prof. Dr. Tarciso Binoti Simas – Diretor-Adjunto do IEA

[1] Página virtual. Disponível em: https://naia.unifesspa.edu.br/en/. Acesso em: 28 mar. 2019

c) Profa. Ma. Renata Durans Pessoa de Souza – Coordenadora do curso
d) Membros do Colegiado
e) Membros do Núcleo Docente Estruturante

As instâncias responsáveis pela organização didático-pedagógica do curso em nível de IEA são:

Núcleo Docente Estruturante: é a primeira instância deliberativa sobre as questões relacionadas ao curso. Tem sua composição e atribuições regulamentadas pela Resolução n.º 070/2015/Consepe/Unifesspa. Conta com a equipe de técnicos responsáveis pela parte administrativa, laboratorial e pedagógica do IEA para respaldar as suas atividades. De acordo com o art. 3.º da Resolução supracitada, são atribuições do NDE, entre outras:

I. Contribuir para a consolidação do perfil do egresso do Curso;
II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da Graduação, de exigência do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
V. Propor a formulação e reformulação do Projeto Pedagógico do Curso para apreciação e aprovação [...] [pela Congregação do IEA].

Coordenação de curso: é função desempenhada por um docente eleito por seus pares, com mandato instituído por meio de publicação em portaria. Conforme Regimento Interno do IEA, são atribuições da coordenação de curso:

I. coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso;
II. supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso;
III. fomentar e promover ações para permanência e êxito do estudante;
IV. propor à Direção Geral do Campus a abertura e extinção de oferta de vagas do curso;

V. favorecer o relacionamento entre grupos de estudante e alargar a convivência com os diferentes segmentos da sociedade, além de estimular a tomada de iniciativa dos acadêmicos;

VI. acompanhar as atividades complementares do curso junto aos discentes;

VII. acompanhar o preenchimento dos Planos Individuais de Trabalho (PIT) dos (as) docentes, propondo à Direção as medidas que se fizerem necessárias;

VIII. solicitar, receber e conferir os planos de ensino das disciplinas de cada docente do curso, em cada semestre, encaminhando-o posteriormente para arquivo;

IX. manter atualizadas as bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares no PPC e na Biblioteca Central;

X. propor, acompanhar e avaliar a execução do PPC, em conjunto com o NDE do Curso e o Conselho do Curso, visando à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão;

XI. coordenar a matrícula e a inscrição dos estudantes nos componentes curriculares do curso, em conjunto com a Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos (COAAP);

XII. inteirar-se sobre a realização do Estágio Curricular Obrigatório dos acadêmicos do curso;

XIII. atentar-se para o período de publicação do Edital de Monitoria para, assim, encontrar professores (as) interessados (as) em orientar monitores e, ainda, fomentar a divulgação do programa;

XIV. coordenar, com apoio da Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos (COAAP) e da Direção do IEA, a semana de recepção dos calouros do curso, incentivando a participação da comunidade acadêmica;acompanhar a frequência dos (as) acadêmicos (as) nas atividades curriculares, organizando mecanismos para o seu acompanhamento;

XV. exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições, que lhe forem designadas pela Direção e pela Congregação do Instituto.

Congregação IEA: é a instância deliberativa superior ao Colegiado e ao NDE. Tem caráter consultivo, deliberativo, normativo e recursal. Conforme Regimento Interno do IEA, é composta por:

I. Diretor-Geral do Instituto, como seu Presidente;

II. Diretor-Adjunto, na qualidade de Coordenador Acadêmico;

III. Coordenadores de cursos da graduação e pós-graduação;

IV. o (s) representante(s) dos servidores docentes, eleitos pelos seus pares em Assembleia, [...];

V. o (s) representante(s) dos servidores técnico-administrativos, eleitos pela respectiva Assembleia, representando 15% da congregação.;

VI. o (s) representante(s) dos discentes, eleitos pela respectiva Assembleia, compondo 15% da congregação, sendo que 25% das vagas dos discentes no conselho devem ser destinadas a estudantes de pós-graduação;

VII. o representante docente do Instituto no CONSEPE.

São atribuições da Congregação do IEA:

I. apreciar o Regimento Interno da Unidade e submetê-lo à aprovação do CONSUN, assim como propor a sua reforma, pelo voto de, no mínimo, dois terços (2/3) dos seus membros;

II. propor a criação, o desmembramento, a fusão, a extinção e a alteração de qualquer órgão vinculado à respectiva Unidade Acadêmica;

III. apreciar sobre o funcionamento acadêmico e administrativo da Unidade, em consonância com as normas da UNIFESSPA;

IV. Supervisionar as atividades das Subunidades Acadêmicas e das funções administrativas da Unidade;

V. deliberar sobre a criação de novos cursos, a alteração de cursos já existentes e sobre a oferta de cursos demandados através de contratos e convênios;

VI. deliberar sobre solicitação de concursos públicos para provimento de vagas às carreiras docente e técnico-administrativa e abertura de processo seletivo para contratação de temporários, ouvidas as coordenações de curso interessadas;

VII. compor comissões examinadoras de concursos para provimento de cargos ou empregos de professor;

VIII. manifestar-se sobre pedidos de remoção ou movimentação de servidores e sobre afastamento de servidores para fins de aperfeiçoamento ou prestação de cooperação técnica;

IX. avaliar o desempenho e a progressão de servidores, respeitadas as normas e as políticas estabelecidas pela UNIFESSPA;

X. aprovar relatórios de desempenho de servidores para fins de acompanhamento, estágios probatórios e progressões na carreira;

XI. praticar os atos de sua alçada relativos ao regime disciplinar;

XII. julgar os recursos que lhe forem interpostos;

XIII. instituir comissões, especificando expressamente suas competências;

XIV. deliberar sobre o processo eleitoral para nomeação do Diretor-Geral e do Diretor- Adjunto do Instituto de Engenharia do Araguaia, respeitado o disposto no Estatuto *pro tempore*;

XV. propor, motivadamente, pelo voto de, no mínimo, dois terços (2/3) de seus membros, a destituição do Diretor-Geral e do Diretor-Adjunto;

XVI. apreciar as contas da gestão do Diretor-Geral da Unidade;

XVII. apreciar o veto do Diretor-Geral às decisões da Congregação.

Em nível de Unifesspa, são instâncias diretamente relacionadas à organização didático-pedagógica do curso o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e o Conselho Universitário (Consun). As regulamentações acerca de composição, atribuições e organização periódica das atividades seguem o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe): é constituído pelos seguintes membros:

I. o Reitor, como presidente;

II. o Vice-reitor;

III. os Pró-reitores;

IV. o Prefeito;

V. os representantes docentes das Unidades Acadêmicas, da Escola de Aplicação e dos *Campi* do interior;

VI. os representantes dos servidores técnico-administrativos;

VII. os representantes discentes da graduação e da pós-graduação;

VIII. os representantes do Diretório Central dos Estudantes;

IX. os representantes sindicais.

São atribuições do Consepe:

I. aprovar as diretrizes, planos, programas e projetos de caráter didático-pedagógico, culturais e científicos, de assistência estudantil e seus desdobramentos técnicos e administrativos;

II. aprovar normas complementares às do Estatuto sobre processos seletivos para ingresso nos cursos da Instituição, currículos e programas, validação e revalidação de diplomas estrangeiros, além de outros relacionados com os cursos regulares da Universidade que se incluam no seu âmbito de competência;

III. aprovar normas e diretrizes para a realização de processos seletivos para provimento de cargos docentes do quadro de pessoal e de admissão de professor temporário, na forma da legislação vigente;

IV. fixar normas complementares às do Estatuto e deste Regimento Geral em matéria de sua competência;

V. decidir sobre a criação e a extinção de cursos;

VI. avaliar e aprovar a participação da [...] [Unifesspa] em programas de iniciativa

própria ou de terceiros que importem em cooperação didática, cultural e científica com entidades locais, nacionais e internacionais;

VII. deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência, inclusive as não previstas expressamente no Estatuto ou neste Regimento Geral;

VIII. definir a composição e o funcionamento de suas Câmaras e Comissões;

IX. aprovar programas e projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão;

X. definir a política de extensão, priorizando programas e ações que tenham como objetivos a promoção humana, a difusão dos direitos humanos, da ética e da democracia, dentre outros;

XI. estabelecer diretrizes de pesquisa em setores e áreas estratégicos para o desenvolvimento regional;

XII. aprovar planos e projetos de cursos de pós-graduação, de extensão e outros;

XIII. apreciar o veto do Reitor às decisões do Conselho;

XIV. exercer outras atribuições definidas em lei, no Estatuto e neste Regimento Geral.

Conselho Universitário (Consun): Consun é o órgão máximo de consulta e deliberação da [...] [Unifesspa] e sua última instância recursal, sendo constituído:

I. pelo Reitor, como Presidente;

II. pelo Vice-reitor;

III. pelos membros do CONSEPE;

IV. pelos membros do CONSAD[211].

São atribuições do CONSUN:

I. aprovar ou modificar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade, bem como, nos termos destes, resoluções e regimentos específicos;

[2] CONSAD (Conselho Superior de Administração)

II. aprovar o Regimento Interno das Unidades Acadêmicas e dos *Campi*;

III. criar, desmembrar, fundir e extinguir Órgãos e Unidades da [...] [Unifesspa];

IV. aprovar e supervisionar a política de desenvolvimento e expansão universitária expressa em seu Plano de Desenvolvimento Institucional;

V. estabelecer a política geral da [...] [Unifesspa] em matéria de administração e gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos;

VI. autorizar o credenciamento e o recredenciamento de fundação de apoio e aprovar o relatório anual de suas atividades;

VII. organizar o processo eleitoral para os cargos de Reitor e Vice-reitor, nos termos da legislação em vigor e das normas previstas no Regimento Eleitoral;

VIII. propor, motivadamente, pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, a destituição do Reitor e do Vice-reitor;

IX. assistir aos atos de transmissão de cargos da Administração Superior, bem como à aula magna de inauguração do período letivo;

X. estabelecer normas para a eleição aos cargos de dirigentes universitários, em conformidade com a legislação vigente e este Regimento Geral;

XI. julgar proposta de destituição de dirigentes de qualquer Unidade ou órgão da instituição, exceto da Reitoria e da Vice-reitoria, oriunda do órgão colegiado competente e de acordo com a legislação pertinente;

XII. julgar os recursos interpostos contra decisões do CONSEPE e do CONSAD;

XIII. apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Conselho Universitário;

XIV. homologar e conceder o título de doutor *honoris causa* e demais títulos acadêmicos, a partir de Parecer circunstanciado pelo CONSEPE;

XV. definir a composição e o funcionamento de suas Câmaras e Comissões;

XVI. decidir sobre matéria omissa no Estatuto e no Regimento Geral.

19. PARTICIPAÇÃO DISCENTE

A participação discente é fundamental nas decisões relacionadas ao curso. Em vista disso, eles possuem representatividade no Colegiado do Curso e na Congregação do IEA com atribuições que refletem na organização didático-pedagógica do curso. De outro modo, os estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo também devem mobilizar-se pela organização de seu Centro Acadêmico, em conformidade com o disposto na Lei n.º 7.395/85 e acréscimos no Projeto de Lei do Senado Federal n.º 321/2015.

20. PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES DO CURSO

O planejamento de atividades do curso de Arquitetura e Urbanismo será feito semestralmente. Sua organização é de responsabilidade da coordenação do curso, com respaldo da equipe técnico-pedagógica do IEA, composta pela coordenadora de assuntos acadêmicos e pedagógicos, pela pedagoga e pela técnica em assuntos educacionais.

No planejamento, são abordadas as ações relacionadas às práticas de ensino, pesquisa e extensão, com vistas a alinhar a organização de seu desenvolvimento, a fim de alcançar os objetivos propostos, em consonância com as proposições deste PPC.

21. PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

No planejamento do docente que atua na educação de nível superior, é vital a clareza quanto a pressupostos que mobilizam e compõem a sua elaboração e o seu desenvolvimento. Um primeiro pressuposto relaciona-se à abrangência das atividades acadêmicas voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, com vistas à indissociabilidade entre as práticas dessas dimensões. Outro pressuposto está relacionado às concepções de alcance epistemológico, ético e didático-pedagógico das Diretrizes Curriculares de cada curso.

Quanto ao primeiro pressuposto, o curso de Arquitetura e Urbanismo possui, em sua estrutura curricular, atividades que evidenciam, em seu desenvolvimento, a predominância de uma ou outra dimensão. Ademais, quando a matriz curricular do

curso e o ementário das disciplinas estabelece carga horária para aulas teóricas, aulas práticas e atividades de extensão, já mobiliza o docente a pôr em evidência o desenvolvimento de ações dessas dimensões em seu plano de ensino.

Em relação ao segundo pressuposto, concepções instituídas nas Diretrizes Curriculares do curso como competências e habilidades, interdisciplinaridade, teoria e prática articuladas, encaminham o docente à compreensão dos processos de ensino e aprendizagem que mobiliza ao planejamento e desenvolvimento de práticas numa perspectiva de maior coletivização.

Com base nesse pressuposto, a Resolução n.º 008/2014/Consepe/Unifesspa regulamenta no parágrafo segundo do art. 89 que "O conjunto de Atividades Curriculares ofertadas em um período letivo terá o seu programa e plano de ensino elaborados, de forma coletiva, pelo grupo de docentes [...]". No parágrafo primeiro desse mesmo artigo, regulamenta-se que as reuniões de planejamento coletivo estejam previstas no calendário acadêmico.

A organização das reuniões de planejamento é atribuição da coordenação do curso, em parceria com a equipe técnico-pedagógica do IEA. Num processo contínuo, busca-se avaliar o trabalho realizado em período anterior, a fim de destacar fragilidades, propor estratégias de minimizá-las ou combatê-las e fortalecer as potencialidades. A reunião de grupo é articulada por docentes, sempre que virem a possibilidade de planejar práticas com objetivos comuns ao desenvolvimento de determinadas habilidades, como ações interdisciplinares várias, projetos integradores de extensão ou de pesquisa correlata. Esses são exemplos de situações de trabalho coletivo que precisam ser estimuladas e valorizadas.

Para além do legalmente instituído, o planejamento coletivo no ambiente acadêmico pressupõe o desenvolvimento de uma cultura de colaboração. Seu propósito é compreendido quando há o convencimento dos docentes de que as necessidades, os interesses, as complexidades e as finalidades da tarefa educativa requerem a cooperação, muito mais que o simples trabalho coletivo normatizado.

Para que haja essa articulação em prol do desenvolvimento do trabalho docente de modo coletivo e colaborativo, Libâneo (2011) enfatiza a necessidade de que exista o bom relacionamento entre os colegas, a disposição para a colaboração, o saber expressar-se e argumentar com propriedade [e de modo respeitoso], o saber ouvir, o

compartilhar interesses e motivações. São habilidades que, mobilizadas nas interações educativas e pedagógicas, contribuem para promover a reflexão conjunta sobre as experiências docentes e qualificar ainda mais o trabalho a ser desenvolvido.

Outro aspecto a ser observado no que diz respeito ao planejamento do trabalho docente, consoante regulamentação do parágrafo terceiro do já referido artigo da Resolução supracitada, relaciona-se à apresentação e à discussão do plano de ensino que o professor deve fazer com os discentes no primeiro dia de aula. Nessa circunstância, tem-se a oportunidade de submeter o planejado a outro sujeito envolvido nos processos, com saberes que podem complementar a organização da prática docente.

Essa ação engloba a colaboração do discente na composição do plano de ensino. Caso esse instrumento de planejamento preveja o desenvolvimento de ações colaborativas que envolvam os estudantes, possibilita que, desde a apresentação e discussão do plano, eles participem do processo que se inicia com a identificação da tarefa a ser realizada em agrupamentos e culmina com a sua avaliação. Essa é uma estratégia de organização do trabalho docente muito utilizada na educação de nível superior, cujos procedimentos necessitam estar bem alinhados, a fim de que se observe e se avalie as aprendizagens que ela desencadeia.

22. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A proposta avaliativa do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA/Unifesspa respalda-se em abordagens dos processos de ensino e aprendizagem às quais se encontram relacionadas concepções teórico-metodológicas presentes nas Diretrizes Curriculares. São conceitos que pendem ao Cognitivismo e ao Socioculturalismo. Ela também se organiza com base em prescrições da Resolução n.º 008/2014/Consepe/Unifesspa.

Em termos de concepções, a avaliação como elemento estruturante que introduz e conclui o planejamento das atividades acadêmicas não se desvincula das influências dessas duas abordagens dos processos de ensino e aprendizagem, nas dimensões indissolúveis em que ocorre na educação superior.

De maneira ampla, essas influências podem ser percebidas naquilo que está

instituído como política de avaliação da educação em nível superior, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Nos domínios de sua atuação, estão englobados três processos. São eles: a Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies), a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e a Avaliação de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Seus procedimentos envolvem ação externa às Instituições de Educação e ação interna a elas. Essas ações se inter-relacionam, de modo que os princípios, os objetivos, as finalidades, as concepções, os critérios e os conceitos desvelados em seus instrumentos e nos usos que são feitos de seus resultados refletem na elaboração e reelaboração das políticas para a educação superior e dos planos institucionais (PDI, PPC, Planos de ensino e de aulas).

Desse modo, todas as ações que envolvem esse processo avaliativo estão voltadas ao alcance do objetivo central de promover a excelência no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, considerando os diferentes fatores condicionantes. É nessa perspectiva que o PPC de Arquitetura e Urbanismo apresenta esta proposta avaliativa para as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas.

22.1 Concepção e princípios de avaliação

A concepção de avaliação para os processos de ensino e aprendizagem das atividades acadêmicas do curso ancora-se em Fernandes (2005), que a entende como:

> todo e qualquer processo deliberado e sistemático de recolha de informação, mais ou menos participado e interactivo, mais ou menos negociado, mais ou menos contextualizado, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer numa diversidade de situações (FERNANDES, 2005, p.16).

Sustentadas nessa concepção de coleta objetivada de informações, são três as funções propostas de avaliação, cada qual com seus princípios característicos. Na sequência, discorrer-se-á sucintamente sobre elas, na perspectiva de que o objetivo de uso de seus resultados, em cada uma das funções, seja o de promover aprendizagens.

<u>A função diagnóstica</u> – nessa função, avalia-se para levantar informações quanto ao conhecimento dos estudantes, relativo a habilidades consolidadas ou não. Ela está na base do planejamento, e a sistematização de suas informações possibilita a

elaboração de diagnóstico de aprendizagens. Esse diagnóstico é ponto de partida para a elaboração da proposta de ensino do docente e pode constituir-se em elemento estruturante do Plano de Ensino.

A avaliação em larga escala também fornece informações que podem ser utilizadas para construção de diagnóstico. Desse modo, os resultados do Enade, de alunos que estejam cursando o 1.º semestre, podem ser observados nessa perspectiva pelo docente. Analogamente, os resultados alcançados pelos concluintes do curso neste exame podem ser utilizados para análise da formação profissional desenvolvida na instituição, identificando os pontos fortes e os pontos fracos, as prováveis causas de desempenhos insatisfatórios para que, naquilo que for passível de intervenção, sejam tomadas providências estratégicas para os graduandos em curso.

A função formativa – essa função considera a aprendizagem como processo dinâmico no qual o estudante vai estruturando e reestruturando o conhecimento, de forma consciente acerca de seu processo de construção, a partir das atividades que desenvolve. Seu propósito é formar para desenvolver as competências e as habilidades propostas, com os conhecimentos adequados para esse fim.

Para Ballester (2003) e Haydt (2007), embasados em Piaget, os erros explicitados no desenvolvimento das atividades são objetos de estudo do docente para apontar dificuldades dos estudantes e propor outras estratégias. Em razão disso, nessa função, há uma variação de instrumentos avaliativos empregados porque há a compreensão de diferentes modos de aprender.

Quanto ao momento de utilização da função formativa da avaliação, Oliveira e Chadwick (2007) escrevem que pode ser diariamente, por meio de revisão de conteúdos ou conceitos, na qual se observa como o estudante elabora o que foi discutido; ocasionalmente, por meio de provas ou outros instrumentos mais ou menos formais; periodicamente, com testes e/ou provas no encerramento de unidades, com projetos, entre outros.

Para os que enfatizam dificuldade em estabelecer média de aprendizagem no uso dessa função, para avaliar habilidades utilizadas pelos estudantes no desenvolvimento de determinada atividade, Romanowski e Wachowicz (2006) orientam que se atentem à correta apropriação do conceito e à qualidade argumentativa dos discentes.

A função somativa – sobre essa função, autores como Hadji (1994), Cardinet (1986), Sacristán (1998) e Cortesão (2002) têm definido que ela representa um sumário de resultados obtidos numa situação pedagógica e ocupa momentos específicos, ao fim de uma fase, de um ciclo, de um ano, de um período letivo ou de uma unidade de ensino. Seus resultados mostram um balanço das aprendizagens depois de uma ou várias unidades de ensino.

Nessa função, mensuram-se os resultados de modo quantitativo ou qualitativo, por meio de atribuição de notas, ou ainda por expressões como “Excelente”, “Bom”, “Regular” e “Insuficiente”, que remetem a conceitos, nos registros de aproveitamento dos estudantes.

Embora, culturalmente, atribua-se a essa função avaliativa o sentido classificatório, somente, é preciso reconhecê-la como parte do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, Vickery (2016) defende a necessidade de que seu objetivo esteja atrelado à reflexão sobre o desenvolvimento do planejamento, tendo em vista identificar as dificuldades de aprendizagem, bem como as mediações pedagógicas com alcance mais eficazes.

Com essa perspectiva lançada sobre a função somativa da avaliação, observa-se que ela também desempenha ação formativa. Os conhecimentos conceituais, procedimentais e declarativos acessados no desenvolvimento de competências e habilidades programadas para determinado período, continuamente observados por meio do uso da função formativa, não são desprezados nos registros que consolidam o uso da função somativa.

22.2 Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem dos estudantes dos cursos de graduação da Unifesspa tem seus procedimentos regulamentados no *Capítulo XI* da Resolução n.º 008/2014/Consepe/Unifesspa. Com base em tais prescrições, expõe-se como ela será feita no curso de Arquitetura e Urbanismo.

O conceito final e a frequência em cada Atividade Curricular são as informações de registro do desempenho acadêmico no Histórico Escolar. Para a

aprovação, o aluno deverá atingir um conceito maior ou igual a 5,0 (Regular), e ter frequência igual ou superior a 75% na atividade curricular.

As atividades avaliativas serão propostas pelo docente, no Plano de Ensino, elaborado em reunião semestral de planejamento. Esse Plano deve ser apresentado e discutido com os discentes em sala de aula, no primeiro dia de aula. Não será disponibilizada a versão impressa do Plano de Ensino ao estudante, mas ele poderá acessá-lo no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas). O controle da frequência à aula é atribuição do docente responsável pela Atividade Curricular.

Ainda, referentes à avaliação da aprendizagem, estão regulamentadas como atribuições do docente:

I. Apresentar à sua turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino;

II. Discutir com a turma os resultados de cada avaliação parcial, garantindo que esse procedimento se dê antes da próxima verificação da aprendizagem;

III. Fazer registro eletrônico do conceito final, de acordo com as orientações do Centro de Registro e Controle Acadêmico (CRCA), no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do encerramento do período letivo.

São alguns instrumentos avaliativos de que o docente pode se utilizar, a fim de avaliar nas funções diagnóstica, formativa e somativa:

a) **Provas Escritas**: esse instrumento tem o objetivo de incentivar o desenvolvimento da capacidade de interpretação de textos e expressão escrita, capacidade de síntese, concentração e raciocínio lógico para a verificação da aprendizagem de conhecimentos necessários para a solução de problemas técnicos e científicos. A forma de aplicação dessas provas pode ser por meio de provas demonstrativas. Nesse modo de aplicação, o professor recomenda os tópicos do programa que serão avaliados em prova escrita. No dia da verificação da aprendizagem é sorteado apenas um tópico. Os discentes deverão dissertar ou demonstrar (no tempo da prova) o conhecimento adquirido sobre o assunto sorteado;

b) **Trabalhos Individuais e em grupo**: são muito utilizados em algumas atividades

curriculares do curso e permitem que se desenvolvam as habilidades de trabalho coletivo e colaborativo;

c) **Seminários**: a apresentação de seminários sobre temas abordados em uma atividade curricular permitirá tanto o desenvolvimento da capacidade de expressão oral e corporal quanto o aprendizado de utilização de *softwares* e equipamentos que se utilizam nessas apresentações;

d) **Relatórios Técnicos**: são utilizados para o desenvolvimento da capacidade de expressão escrita, do poder de síntese, clareza e objetividade nas atividades que envolvam ensaios de campo e laboratório, visitas técnicas, etc., redigidos de acordo com a ABNT;

e) **Portfólio**: a composição de portfólio é útil ao acompanhamento do desenvolvimento do estudante. Por meio dele, o docente verifica a trajetória da aprendizagem do estudante e suas formas de expressão. É possível ainda observar por meio desse instrumento a evolução da produção discente, em seus aspectos estruturais, discursivos e gramaticais, concernente aos diferentes gêneros textuais produzidos;

f) **Autoavaliação**: esse é um instrumento que possibilita ao estudante expressar-se explicitando o conhecimento de que se apropriou e a finalidade dessa apropriação, revelando o quão significativo ou não foi essa aprendizagem para o seu processo formativo. A discussão do plano de ensino com o discente facilita a ele tomar consciência das competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo de aquisição de determinado conhecimento, de modo que a sua exposição em autoavaliação evidencia esse aspecto para si e para o docente.

É imprescindível destacar que cada um desses instrumentos possui critérios específicos a serem utilizados no processo avaliativo. Ao se lançar mão deles para avaliar, é importante apresentar e discutir esses critérios com os estudantes, pois isso possibilita que fiquem mais atentos à construção do que vão apresentar ao docente.

Os conceitos a serem registrados pelo docente no SIGAA para demonstrar o aproveitamento discente na disciplina estão na Tabela 6:

Tabela 5 - Conceitos e notas

Conceito	Significado	**Equivalência**
E	Excelente	**De 9,0 – 10,0**
B	Bom	**De 7,0 – 8,9**
R	Regular	**De 5,0 – 6,9**
I*	**Insuficiente**	**Menor que 5,0**

Fonte: Resolução n.º 008/2014/Consepe/Unifesspa

* O discente que obtiver o conceito "Insuficiente" estará automaticamente reprovado.

A Resolução n.º 008/2014/CONSEPE/Unifesspa regulamenta ainda procedimentos relativos a provas de segunda chamada e substitutiva e à revisão de conceito, a serem observados pelo corpo docente e outras esferas envolvidas, sempre que houver necessidade.

22.3 Avaliação do ensino

A intrínseca relação entre os processos de ensino e de aprendizagem faz com que muitos de seus estudiosos os concebam como único. Embora muitas concepções das Diretrizes Curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo inclinem-se às abordagens Cognitivista e Sociocultural do processo de ensino, em relação à avaliação institucionalizada, procedimentos como formalização de notas e reprovação vão de encontro ao modo como tais abordagens concebem o processo avaliativo.

Contudo, mesmo diante de tais procedimentos, não se pode negar que os resultados alcançados pelo discente em avaliação, em certa medida, são fruto de sua interação com o professor, portanto competências e habilidades docentes também estão em avaliação, quando se avalia o estudante.

A considerar que a organização pedagógica das atividades curriculares é prerrogativa do docente, uma proposta de avaliação do ensino deveria se utilizar de diferentes instrumentos, os quais teriam critérios que analisassem a diversos aspectos da prática pedagógica. Os propósitos da aplicação desses instrumentos avaliativos estariam relacionados a pelo menos dois, dos seis que são descritos por Fernandes (2012, p. 1). São eles: "apoiar tomada de decisões" e "melhorar práticas e procedimentos", quando necessário.

Em nível de avaliação externo à Unifesspa, a Dimensão 2, do Instrumento de

Avaliação de Cursos de Graduação (2017), da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES/Sinaes), contém indicadores para avaliar o corpo docente dos cursos que estão relacionados ao regime de trabalho; à formação; à disponibilidade docente para as atividades do curso; à experiência profissional do docente e no exercício da docência; à produção científica, cultural, artística ou tecnológica.

Em nível de avaliação interno à Unifesspa, a Comissão Própria de Avaliação desencadeia processo avaliativo da Instituição, utilizando-se de questionários aplicados aos docentes, discentes e técnicos-administrativos, no qual são abordadas as 10 Dimensões do Sinaes em 5 Eixos, a saber: Planejamento Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física.

22.4 Avaliação Interna do Curso

O curso é avaliado semestralmente por meio de reuniões com os discentes e/ou aplicação de formulário eletrônico. Este formulário é aprovado no NDE e/ou no órgão colegiado do curso e é amplamente divulgado nos meios de comunicação oficial do curso e nas redes sociais, para atingir o máximo de discentes possível. No formulário devem constar obrigatoriamente perguntas que sirvam para avaliar o PPC, o corpo docente, as disciplinas cursadas no período anterior à avaliação, a gestão do curso, o órgão colegiado, o NDE, os técnicos, os discentes, as políticas institucionais e a infraestrutura.

O Regulamento Geral de Graduação da Unifesspa prevê a obrigatoriedade da avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, devendo o NDE agendar uma reunião para tratar da avaliação do PPC, com o objetivo de analisar os resultados obtidos no formulário de avaliação interna, o que deverá servir de base para discussões que levem a atualizações e melhorias do PPC do curso. Os demais dados da avaliação interna do curso também devem ser discutidos em reuniões do NDE e do conselho da faculdade, devendo sempre conduzir a melhorias no curso. Assim, o corpo docente/membros do NDE do curso está desenvolvendo a avaliação e a revisão deste PPC. São utilizados como referência os indicadores das dimensões avaliativas do Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação. São dimensões relacionadas à Organização Didático-Pedagógica, ao Corpo Docente e à Infraestrutura. Todas elas estão na composição estrutural do PPC.

22.5 Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional do ensino é uma política implementada pela Unifesspa, para os seus diferentes cursos periodicamente de modo anual, por meio de preenchimento de formulário eletrônico.

A Avaliação Institucional é instrumento norteador das ações e transformações necessárias ao pleno desenvolvimento da Instituição, conforme preceitua a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esta avaliação é desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unifesspa e fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior na Instituição.

23. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/IEA/Unifesspa é projetada e mantida com o objetivo de garantir a completa realização das atividades propostas em cada um dos ambientes, garantindo o conforto e a segurança de seus usuários. É composto por corpo docente qualificado, tem apoio das atividades-meio por servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) e por profissionais terceirizados e dispõe de infraestrutura física no Campus da Unifesspa de Santana do Araguaia, localizado Av. Brilhante, Gleba 68, Lote 1A no Bairro Seringal, e em edifício alugado no Centro da Cidade, situado na Rua Geraldo Ramalho, n° 33, bairro Centro.

Neste tópico, estão descritos o corpo docente, o corpo técnico-administrativo em educação e as instalações do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

23.1 Docentes

O corpo docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/Unifesspa conta com 7 profissionais efetivos, os quais desenvolvem atribuições de ensino, pesquisa e extensão. O quadro docente é composto por:

Quadro 2 - Docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo do IEA/UNIFESSPA

Nome	Cargo/Função	Formação
Prof. Hamilton Damasceno Costa	Docente	Mestre em Engenharia Civil
Profª. Karliane Massari Fonseca	Docente	Mestra em Ambiente Construído
Prof. Leandro Gracioso de Almeida e Silva	Docente	Doutor em História Social
Profª. Marcela Marçal Maciel Monteiro	Docente	Mestra em Engenharia Civil
Profª. Raísse Layane de Paula Saraiva	Docente	Doutora em Engenharia Civil
Profª. Renata Durans Pessoa de Souza	Coordenadora e docente	Mestra em Arquitetura e Urbanismo
Prof. Tarciso Binoti Simas	Docente	Doutor em Urbanismo

23.2 Técnicos-administrativos

O curso de Arquitetura e Urbanismo dispõe de apoio de diversos servidores atuantes nas atividades-meio da Unifesspa estruturados na Pró-reitoria de Ensino de Graduação (Proeg), Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Propit), Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proex), Pró-reitoria de Administração (Proad), Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal (Progep), Núcleo de ações afirmativas (Nuade), Centro de Biblioteca Universitário (Cbiu), Centro de Registro e Controle Acadêmico (CRCA), Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (Arni), Assessoria de Comunicação (Ascom), Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (Naia), Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), Centro de Tecnologia da Informação e da Comunicação (Ctic) etc.

Além disso, o campus da Unifesspa de Santana do Araguaia conta especificamente com dez cargos de servidores Técnico-Administrativos em Educação. São uma Pedagoga, uma Técnica em Assuntos Educacionais, uma Bibliotecária, dois Técnicos de Laboratório (um em saneamento e uma em Edificações), um Técnico em Tecnologia da Informação e quatro Assistentes em Administração. Os serviços de limpeza e de vigilância são realizados de forma adequada e em número suficiente de profissionais terceirizados.

23.4 Instalações

As instalações físicas do curso de Arquitetura e Urbanismo são acessíveis, climatizadas, seguras e dispõem de limpeza frequente, iluminação adequada e internet

sem fio. A seguir, adentra-se sobre as salas de aula, os laboratórios, a biblioteca, a sala de professores, sala para trabalho dos docentes em tempo integral e demais instalações do curso.

23.4.1 Salas de aula

As salas de aula atendem às necessidades institucionais, a distintos leiautes de ensino-aprendizado e a este PPC. São ambientes acessíveis, flexíveis, climatizados, confortáveis, seguros, dispondo de quadros magnéticos grandes, limpeza frequente, iluminação adequada, diversas tomadas de energia para uso dos discentes e internet sem fio. É composta por carteiras universitárias (cadeira de braço escolar) para destros e canhotos que permitem diferentes leiautes, desde a organização de sala de aula tradicional até a formação de rodas de conversa com a sala toda ou em grupos menores. Além da boa qualidade, a quantidade de projetor multimídia é suficiente para atender todas as salas. Caso necessário, a/o docente pode solicitar o uso de equipamentos de laptops, microfones com e sem fio, microfone lapela, gravador de áudio, fone de ouvido com microfone, câmera fotográfica, caixas de som amplificadas e conjunto de transmissores e receptores para videoconferência. Esse conjunto de equipamentos permite desenvolver atividades presenciais dentro do ambiente de ensino de forma conectada e integrada com outros profissionais e pesquisadores mundo afora. Há manutenção periódica e, se apresentar qualquer problema, a Secretaria de Infraestrutura (Sinfra) da Unifesspa é acionada para sua resolução.

23.4.2 Laboratórios

Os laboratórios estão de acordo com este PPC e o funcionamento de cada um segue o Regulamento Geral de Utilização dos Laboratórios do IEA/Unifesspa, conforme a resolução nº 42 de 29 de setembro 2022.

Todos os laboratórios possuem amplas portas, mesas grandes, internet sem fio, equipamentos modernos, de última geração e de fácil utilização didática, materiais e insumos que atendem de maneira satisfatória toda demanda dos discentes e servidores. Na área comum do Bloco de Laboratórios, há quadro de avisos e televisão para a transmissão de informações. Os coordenadores de laboratórios realizam inspeções e avaliações periódicas com o objetivo de avaliar sua infraestrutura e de levantamento de novos equipamentos e insumos para a demanda local. As manutenções são realizadas

periodicamente pela Secretaria de Infraestrutura (Sinfra) da Unifesspa através de vistorias de rotina ou quando solicitadas.

As instalações e equipamentos do curso de Arquitetura e Urbanismo são projetados para atender às necessidades específicas do programa, com o objetivo de garantir a qualidade do ensino e formar profissionais preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

O IEA está sempre atento às demandas da área acadêmica e fornece vagas dedicadas aos laboratórios que atendem integralmente às exigências do curso, melhorando a experiência tanto dos professores quanto dos alunos.

Além disso, a expansão dos espaços físicos, bem como a aquisição de equipamentos, mobiliário e pessoal técnico especializado, é considerada uma prioridade fundamental para manter o crescimento do curso com uma qualidade adequada.

A política para os laboratórios no IEA baseia-se nas seguintes diretrizes:

- Implementar e atualizar os laboratórios para atender às necessidades dos programas de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão;
- Garantir a manutenção e conservação dos equipamentos, bem como o fornecimento regular de materiais de consumo específicos essenciais para as atividades nos laboratórios;
- Capacitar os alunos e a equipe técnica de apoio na assimilação de técnicas de execução para as disciplinas básicas e profissionalizantes;
- Desempenhar um papel estratégico no suporte ao desenvolvimento das práticas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa/iniciação científica e extensão;
- Incentivar os estudantes a observar, interpretar e analisar experimentos com objetividade, precisão, confiança, perseverança, satisfação e responsabilidade.
- Encorajar os estudantes a compreender e aplicar a teoria na prática, dominando ferramentas e técnicas que podem ser úteis inclusive em pesquisas científicas.

O IEA possui laboratórios em diversas áreas de conhecimento de Arquitetura e Urbanismo, localizados em suas instalações no Campus, que são essenciais para uma

abordagem inovadora do ensino-aprendizagem do curso. Todos eles possuem equipamentos permanentes e materiais de consumo em quantidade suficiente para realização das atividades práticas, havendo um controle interno, a fim de manter sempre um estoque de reserva. Os laboratórios são disponíveis:

- O **Laboratório de Desenho Técnico** é composto pelas pranchetas de desenho técnico com régua paralela que permitem tanto a organização de sala de aula tradicional até o leiaute com junção das mesas formando bancadas maiores para reunião que permitem, por sua vez, abrir pranchas em formato A0, por exemplo. É um ambiente projetado para a realização de atividades que abrangem desde o desenho manual tradicional até a criação de projetos mais complexos.
- Os **Laboratórios de informática I e II** são composto por computadores de qualidade com softwares gerais e mais específicos dentro do universo da Arquitetura e Urbanismo, tais como pacote Office 2019 (Word, Excel, Powerpoint), Adobe Acrobat, AutoCad, Revit, ArchiCad, SOL-AR etc. A manutenção dos hardwares e atualização dos softwares é gerida pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) da Unifesspa que, além do suporte presencial, tem canais de atendimento aos servidores por e-mail, telefone e pelo o sistema e aos servidores e discentes pelo whatsapp. Em relação às disciplinas, caso haja qualquer necessidade, os docentes podem solicitar algum ajuste ou adequação nos equipamentos e seus sistemas.
- O **Laboratório de Conforto Ambiental** é composto pelos equipamentos Heliodon, onde estuda-se a trajetória solar através de maquetes físicas, e demais instrumentos para medições de conforto ambiental, tais como termohigrômetro-anemômetro, luxímetro, medidor térmico, data logger etc.
- Os **Laboratórios de Ateliê de Projeto, de Estudos Urbanos e de Fabricação Digital e Prototipagem Rápida** são compostos por mesa grande para aulas, reuniões, apresentação de maquetes e pranchas de desenho até no formato A0, por bancadas que para desenvolvimento das maquetes, projetos e desenhos e pelos equipamentos de máquina de corte e gravação a laser, impressora 3D, trena eletrônica digital, drone e câmera fotográfica.
- O **Laboratório de Eletricidade, Iluminância e Instalações Elétricas, Laboratório de Física e o Laboratório de Segurança do Trabalho, Topografia e Geoprocessamento** são compostos por mesa grande para aulas, reuniões, apresentação de maquetes e pranchas de desenho até no formato A0,

por bancadas que para desenvolvimento das maquetes, desenhos e projetos e pelos equipamentos de Bancada de Instalações elétricas prediais, conjunto de instrução para eletrodinâmica, kit didático série e paralelo, alicate amperímetro, conjunto instrução termodinâmica, decibelímetro digital, gerador de forma de onda, gerador de van der graaf, mesa projetável gerador de van e graf, multímetro, painel de forças, paquímetro digital, conjunto de física, empuxômetro, bússola de topografia, estação total, trena de roda, tripé para topografia etc.

- O **Laboratório de Estruturas e Materiais e o Laboratório de Geotecnia, Infraestrutura e Solos** são compostos por bancadas fixas com pia e móveis e pelos equipamentos de estufa de laboratório, prensa hidráulica, misturador planetário de massa asfáltica, agitador magnético de peneiras, liquidificador industrial, aparelho de medição (Vicat), betoneira, esclerômetro digital, lixadeira e politriz de bancada, lixadeira portátil, plaina elétrica portátil, refrigerador de laboratório, formas prismáticas para concreto simples e argamassa tripla, ultrassom portátil, trena eletrônica digital, extratora rotativa elétrica portátil, vibrador de imersão com mangote, aparelho casagrande elétrico, serra circular, paleteira hidráulica, forma para concreto, concha para slump teste, cronômetro, slump teste, destilador de água pilsen, balança, soprador térmico, misturador tipo planetário de massa asfáltica, kit de plasticidade, agitador magnético de peneiras granulométricas, agitador de provetas, treliça de alumínio, prensa marshall elétrica, máquina de ensaio de abrasão Los Angeles etc.

23.4.3 Biblioteca

O Curso de Arquitetura e Urbanismo conta com a Biblioteca do Instituto de Engenharia do Araguaia (BIBIEA) e as demais unidades em outros campi que juntos compõem uma rede do Centro de Biblioteca Universitária (CBIU) da Unifesspa que permite amplo acesso a acervos físico e virtual. O acervo é integralmente tombado e informatizado no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (Sipac) e no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da Unifesspa. São normativas o Regulamento das Bibliotecas (CBIU) da Unifesspa, o Plano de aquisição, expansão e atualização do acervo e o Plano de contingência.

A BIBIEA é acesso público e livre ao seu espaço do acervo bibliográfico, às salas de estudo, ao material de consulta local e aos computadores. Quanto ao atendimento de pessoas com deficiência ou com algum tipo de necessidade específica, a BIBIEA dispõe de bolsistas apoiadores e equipamentos de impressora em Braille, Lupa eletrônica e scanner de voz. Sob o intermédio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (Naia) da Unifesspa, há parceria com a Rede REBECA – Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados a pessoas com deficiência visual, que dá suporte preparando o material para consulta. Para empréstimos domiciliares do acervo físico e para consulta do acervo virtual, é necessário o cadastro do usuário vinculado à Unifesspa.

O curso de Arquitetura e Urbanismo conta com Plataforma virtual Minha Biblioteca disponível para pesquisa de todos os discentes com o intuito de facilitar o acesso a bibliografias diversificadas e contribuir com o trabalho de acadêmicos e pesquisadores da Unifesspa, Trata-se de uma plataforma virtual de livros digitais composta por obras de 15 grandes editoras acadêmicas do Brasil e 38 selos editoriais, a exemplo do Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva.

23.4.4 Sala coletiva de professores

A sala coletiva de professores é um ambiente acessível, flexível, climatizado, confortável, seguro, dispondo de limpeza frequente, iluminação adequada, infraestrutura de rede cabeada e internet sem fio. Este ambiente dispõe de mesas com computador, telefone, armário compartimentado para cada docente com chave. Nesse ambiente são realizadas reunião para o Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE), sendo utilizada também pelos docentes para pequenas reuniões com grupos de trabalho, tais como as que são realizadas em planejamentos semestrais e acompanhamento acadêmico.

23.4.5 Trabalho para docentes em tempo integral

Para realização das atividades relacionadas a ensino, pesquisa, extensão e administração, as/os docentes em tempo integral utilizam sala de trabalho, composta por mesas com computador e cadeira de rodízio, telefone, infraestrutura de rede cabeada,

internet sem fio, impressora e armários. Nas situações em que se requer maior privacidade, com os docentes entre si ou entre docentes e discentes, utiliza-se sala para atendimento individual composta por mesa de atendimento e de reunião, cadeiras e armários. Vale ressaltar que cada docente tem acesso a armário individual com chave para guarda de seus materiais e equipamentos pessoais com segurança.

23.4.6 Espaço de trabalho para coordenação do curso

A Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo dispõe de sala com mesa com computador e telefone, mesa para reunião individual e coletiva, armário infraestrutura de rede cabeada, internet sem fio e com quadro de horário. Essa infraestrutura de espaços, tecnologias e equipamentos adequados permite que a coordenação desenvolva ações acadêmico-administrativas, as necessidades institucionais e o atendimento a discentes e docentes individualmente e em grupo.

24. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 10719*: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BALLESTER, Margarita. *Avaliação como apoio à aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. Tradução de Ana Maria Goldberger. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BRASIL. *Resolução n.° 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior, 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. *Projeto de Lei n.º 321, de 28 de maio de 2015*. Altera a Lei n.º 7395/1985. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=3784319&ts=1548949200166&disposition=inline. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. *Lei n.º 12.824, de 5 de junho de 2013*. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, e dá outras providências. Brasília, DF, *Diário Oficial da União*, 2013. Brasília, DF: Casa Civil, 2013. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30039858/do1-2013-06-06-lei-n-12-824-de-5-de-junho-de-2013-30039852. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. *Resolução n.º 2, de 15 de julho de 2012.* Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17810-2012-sp-1258713622. Acesso em: 02 de abr. 2019.

BRASIL. *Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012*. Estabelece diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 02 de abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&Itemid=30192. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. *Lei n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010*. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. *Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. *Enem:* Documento Básico. Brasília, DF: Inep, 1999. Disponível em: http://www.inep.gov.br. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Lei n.º 7.395, de 31 de outubro de 1985*. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Brasília, DF, Casa Civil, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7395.htm. Acesso em: 30 jan. 2019.

CARDINET, Jean. Avaliação formativa num ensino diferenciado. In: ALL, Linda; CARDINET, Jean; PERRENOUD, Philippe. *A avaliação formativa num ensino diferenciado*. Coimbra/Portugal: Almedina, 1986.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS - SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM. 1990. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*.,. Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: http://www.regra.com.br/educacao/. Acesso em: 30 jan. 2019.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2019*, vol. 3, n.º 1. Brasília, DF: CAU, 2019.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Manual do Arquiteto e urbanista.* 2. ed. Brasília, DF: CAU/Brasil, 2016. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/LIVRO Manual_Arquiteto_2015-INTERATIVO1.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Resolução n.º 52, de 6 de setembro de 2013*. Aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de

Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Brasília, DF: CAU/Brasil, 2013. Disponível em: http://www.iab.org.br/sites/default/files/documentos/res-52codigo-eticarpo22-20132.pdf. Acesso em: 29 nov.2018.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Resolução nº 21, de 05 de abril de 2012*. Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências. Brasília, DF: CAU/Brasil, 2012. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES_21_VIDE_22.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.

CORTESÃO, Luiza. Formas de ensinar, formas de avaliar: breve análise de práticas correntes de avaliação. In: ABRANTES, Paulo; ARAÚJO, Filomena. *Reorganização curricular do ensino básico*: avaliação das aprendizagens – das concepções às práticas. Lisboa/Portugal: Ministério da Educação/Departamento da Educação Básica, 2002.

DELORS, Jacques *et. al*. *Educação um tesouro a descobrir* - relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Brasil: Cortez Editora; UNESCO Brasil; Ministério da Educação, 1998.

ETGES, N. J. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (orgs). *Interdisciplinaridade – para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FAZENDA, Ivani. *A Interdisciplinaridade*: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 2002.

FERNANDES, Domingos. *Avaliação das aprendizagens*: desafios às teorias, práticas e políticas. Lisboa/Portugal: Texto Editores, 2005.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (orgs). *Interdisciplinaridade* – para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.

HADJI, Charles. *Avaliação, regras do jogo*: das intenções aos instrumentos. Tradução de Júlia Lopes Ferreira e José Manuel Cláudio. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem*. São Paulo: Editora Ática: 6. ed. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades*: Santana do Araguaia. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santana-do-araguaia/panorama. Acesso em: 15 de mar. 2023.

JAPIASSU, Hilton: *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio e Janeiro: Imago, 1976.

KOLAREVIC, Branko. *Architecture in the Digital Age*: Design and Manufacturing. Taylor & Francis, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos *et al*., *Educação escolar*: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; CHADWICK, Clifton. *Aprender e Ensinar*. 8. ed. Belo Horizonte: Editora Alfa Educativa, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; UNIÃO INTERNACIONAL DOS ARQUITETOS. *Carta para a Educação dos Arquitetos.* Tokyo: UNESCO*;* UIA, 2011. ed. rev. Disponível em: http://www.abea.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/CartaUNESCO-UIA-2011.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *A ciência para o século XXI*: uma nova visão e uma base de ação. 3. ed. Brasília: UNESCO, ABPTI, 2003.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 1999.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. Porto Alegre, Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO SOBRE EPISTEMOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de 21 a 23 de junho de 2004.

RANGEL, Mary; MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre; PIMENTA, Maria de Fátima Barros. A trajetória das competências e habilidades em educação no Brasil: das avaliações em larga escala para as salas de aula. *Revista Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 28-47, jan./abr. 2016. Disponível em: http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/951. Acesso em: 15 jan. 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; WACHOWICZ, Lilian Anna. Avaliação formativa no ensino superior: que resistências manifestam os professores e os alunos?. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos, ALVES, Leonir Pessate. (orgs). *Processos de ensinagem na universidade*: pressupostos para estratégias de trabalho em aula. Joinvile : Univale, 6. ed. 2006, p.121-139.

RUSCHEL, Regina Coeli; DE ANDRADE, Max Lira Veras Xavier; DE MORAIS. Marcelo. O ensino de BIM no Brasil: onde estamos?. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 151-165, abr./jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S167886212013000200012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jan. 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. Avaliação no ensino. In: SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ GÓMES, Ángel. I. *Comprender e transformar o ensino*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SALCEDO, Rosío Fernandez Baca; GOMES, Samir Hernandez Tenorio; MASSERAN,

Paulo Roberto; AMARAL, Claudio Silveira. Teorias e métodos aplicados ao ensino do projeto de arquitetura: curso de Arquitetura e Urbanismo da FAAC-Unesp. In: FIORIN, Evandro, LANDIM, Paula da Cruz; LEOTE, Rosangela da Silva (orgs.). *Arte-ciência*: processos criativos [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica*: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SIMAS, T. B.; DIAS, L. N.; SILVA, J. L. A. Panorama do ensino público de Arquitetura e Urbanismo no Brasil em 2020. *The Journal of Engineering and Exact Sciences*, v.7, p.1 - 12, 2021.

STRICKLAND, Carol. *A Arte Comentada*: da pré-história ao pós-moderno. 8.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Carta-Aberta às faculdades de Arquitetura e Urbanismo do Brasil*. Bahia: PPGAU/UFBA, 2018. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/carta_manifesto_ssc_2018_v3.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. *Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo*. Roraima: Proeg/UFRR, 2017. Disponível em: http://www.proeg.ufrr.br/index.php/documentos/arquivos/category/12ppp?download=867:arquitetura-e-urbanismo-ppc-2015. Acesso em: 15 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. UFPA. **Cadernos da Proeg**: Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. Belém, PA, 2005, v. 7.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Edital n.º 129, de 3 de dezembro de 2018*. Marabá, PA: Progep, 2018. Disponível em: https://progep.unifesspa.edu.br/images/concursos/Edital-n-129-de-03-de-Dezembro-de-2018.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Resolução n.º 259, de 1.º de novembro de 2018.* Estabelece parâmetros para a utilização do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) na Unifesspa. Marabá, PA: Consepe, 2018. Disponível em: https://sigrh.unifesspa.edu.br/servicos/converterArquivoPdf?idArquivo=120473. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Plano de Desenvolvimento Institucional* (PDI 2020/2024). Marabá, PA, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Resolução n.º 070, de 26 de novembro de 2015*. Dispõe sobre a estruturação e definição de Carga Horária para o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Disponível em https://sigrh.unifesspa.edu.br/servicos/converterArquivoPdf?idArquivo=25491. Acesso em: 30 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Resolução n.º 008,* de *20 de maio de 2014*. Aprova o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade

Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, PA: Proeg, 2016. Disponível em https://sigrh.unifesspa.edu.br/servicos/converterArquivoPdf?idArquivo=25491. Acesso em: 30 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Resolução n.º 21.355, de 3 de fevereiro de 1986.* Aprova o Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará. Belém, PA: Consepe, 1986. Disponível em https://portal.ufpa.br/index.php/contato/139-faculdade- de-geografia-e-cartografia/661-interiorizacao. Acesso em: 10 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Cadernos da Proeg*: Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. Belém, PA: Proeg/DAC/UFPA, 2005, v. 7.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. Unifesspa. **Resolução N. 008, de 20 de maio de 2014**. Aprova o Regulamento de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, PA: Proeg, 2016. Disponível em: https://bit.ly/2XY2Ew9. Acesso em: 30 nov. 2018.

VICKERY, Anita. *Aprendizagem Ativa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Tradução: Henrique de Oliveira Guerra. Porto Alegre: Penso, 2016.

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR COMPETÊNCIA E HABILIDADES

(Continua)

COMPETÊNCIAS/ HABILIDADES	ATIVIDADES CURRICULARES
O conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído.	Introdução à Arquitetura e Urbanismo Estudos Sociais e Econômicos Arquitetura Brasileira (Arquitetura de BVB) Arquitetura de Interiores Introdução à Libras (optativa) Análise do Espaço Urbano (optativa) Habitação de Interesse Social (optativa) Tópicos de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (optativa)
A compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos do meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável.	Estudos Ambientais Paisagismo I Paisagismo II Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro
As habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários.	Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanístico Projeto de Arquitetura I – Residencial Projeto de Arquitetura II – Comercial e Serviço Projeto de Arquitetura III - Educacional Projeto de Arquitetura IV - Edificação Vertical Projeto de Arquitetura V - Hospitalar Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação Projeto Urbanístico I Projeto Urbanístico II Trabalho de Conclusão de Curso I Trabalho de Conclusão de Curso II

	Arquitetura e Segurança do Trabalho (optativa) Legislação, Ética e Prática Profissional (optativa)
O conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo.	Estética e História das Artes Expressão Manual Artística I Expressão Manual Artística II (Maquete) Laboratório de Fotografia (optativa)
Os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa.	Teoria e História da AU I – Idade Antiga Teoria e História da AU II – Idade Antiga Clássica Teoria e História da AU III – Idade Média Teoria e História da AU IV – Idade Moderna Teoria e História da AU V – Idade Contemporânea
O domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional.	Metodologia da Pesquisa Planejamento Urbano e Regional I Planejamento Urbano e Regional II Estágio Curricular Supervisionado I Estágio Curricular Supervisionado II Atividades Complementares
Os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana.	Materiais de Construção I Materiais de Construção II Instalações Hidrossanitárias Instalações Elétricas e de Comunicação
A compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações.	Sistemas Estruturais Estruturas em Concreto Armado I Estruturas em Concreto Armado II Estruturas em Madeira e Aço

O entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas.	Conforto Ambiental I Conforto Ambiental II Conforto Ambiental III
As práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades.	Tecnologia das Construções I Tecnologia das Construções II
As habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais.	Desenho Universal Desenho Técnico e Arquitetônico Geometria Descritiva e Perspectivas
O conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informação e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional.	Informática Aplicada à AU
A habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional.	Mecânica Geral Geomática e Topografia

Fonte: Equipes de elaboração PPC, a partir da Matriz Curricular do PPC AU/UFRR (2017)

ANEXO II - DESENHO CURRICULAR

NÚCLEO	DIMENSÃO (OU ÁREA)	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
DE CONHECIMENTOS DE FUNDAMENTAÇÃO	Estética e História das Artes	Estética e História das Artes	34
	Estudos Sociais e Econômicos	Estudos Sociais Econômicos	51
	Estudos Ambientais	Estudos Ambientais	51
	Desenho e Meios de Representação e Expressão	Geometria Descritiva e Perspectivas	68
		Desenho Técnico e Arquitetônico	68
		Expressão Manual e Artística I	68
		Expressão Manual Artística II	68
	Metodologia Científica	Metodologia da Pesquisa	34
		Total do Núcleo	**442**
DE CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS	Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo	Introdução à Arquitetura e Urbanismo	68
		THAU I – Idade Antiga	68
		THAU II - Idade Antiga Clássica	68
		THAU III - Idade Média	68
		THAU IV - Idade Moderna	68
		THUA V – Idade Contemporânea	68
		Arquitetura	68
	Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo	Desenho Universal	68
		Introdução ao Proj.	68
		Projeto de Arquitetura I - Residencial	102
		Projeto de Arquitetura II - Comercial e Serviço	102
		Projeto de Arquitetura III – Educacional	102
		Projeto de Arquitetura IV - Edificação Vertical	102
		Projeto de Arquitetura V- Hospitalar	68
		Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação	68

		Paisagismo I	68
		Paisagismo II	68
		Projeto Urbanístico I	102
		Projeto Urbanístico II	102
	Planejamento Urbano e Regional	Planejamento Urbano e Regional I	34
		Planejamento Urbano e Regional II	34
	Tecnologia d a Construção	Materiais de Construção I	68
		Materiais de Construção II	68
		Tecnologia das Construções I	68
		Tecnologia das Construções II	68
		Instalações Hidrossanitárias	68
		Instalações Elétricas e Comunicação	68
		Arquitetura de Interiores	68
	Sistemas Estruturais	Mecânica Geral	68
		Sistemas Estruturais	68
		Estruturas em Concreto Armado I	68
		Estruturas em Concreto Armado II	68
		Estruturas em Madeira e aço	68
	Conforto Ambiental	Conforto Ambiental I	68
		Conforto Ambiental II	68
		Conforto Ambiental III	68
	Técnicas Retrospectiva s	Patrimônio Cultural - Preservação e Restauro	68
	Informátic a Aplicada à Arquitetura	Inform. Aplic. à Arquit. e Urbanismo	68
	Topografia	Geomática e Topografia	68

	-	Disciplinas Optativas	153
	Atividades Complementares	Atividades complementares	119
	Estágio curricular	Estágio curricular Supervisionado I	187
		Estágio curricular Supervisionado II	85
		Carga Horária Total do Núcleo	**3.332**
TRABALHO DE CURSO		Trabalho de Conclusão de curso I	51
		Trabalho de Conclusão de curso II	51
		Carga Horária Total TCC	**102**
		CARGA HORÁRIA TOTAL	**3.876**

Fonte: Equipes de elaboração PPC, a partir da Matriz Curricular do PPC AU/UFRR (2017)

ANEXO III - CONTABILIDADE ACADÊMICA

1.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**				
		SEMESTRAL	**SEMANAL**			
			TEÓRICA	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
IEA/Unifesspa	Desenho Técnico e Arquitetônico	68	1	3		4
	Teoria e História da AU I – Idade Antiga	68	4	0		4
	Geometria Descritiva e Perspectivas	68	1	3		4
	Expressão Manual Artística I	68	1	3		4
	Mecânica Geral	68	4	0		4
	Introdução à Arquitetura e Urbanismo	68	2	2		4
	Total	**408**				

2.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**				
		SEMESTRAL	**SEMANAL**			
			TEÓRICA	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
IEA/Unifesspa	Desenho Universal	68	2	2		4
	Teoria e História da AU II – Idade Antiga Clássica	68	4	0		4
	Geomática e Topografia	68	2	2		4
	Expressão Manual Artística II (Maquete)	68	1	3		4
	Sistemas Estruturais	68	4	0		4
	Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanístico	68	3	1		4
	Total	**408**				

.

3.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**				
		SEMESTRAL	**SEMANAL**			
			TEÓRICA	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
IEA/Unifesspa	Informática Aplicada à AU	68	1	3		4
	Teoria e História da AU III – Idade Média	68	4	0		4
	Materiais de Construção I	68	3	1		4
	Conforto Ambiental I	68	4	0		4
	Estruturas de Concreto Armado I	68	3	1		4
	Projeto de Arquitetura I – Residencial	102	2	4		6
Total		**442**				

4.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**				
		SEMESTRAL	**SEMANAL**			
			TEÓRICA	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
IEA/Unifesspa	Estudos Sociais e Econômicos	51	3	0		3
	Teoria e História da AU IV – Idade Moderna	68	4	0		4
	Materiais de Construção II	68	3	1		4
	Conforto Ambiental II	68	4	0		4
	Estruturas em Concreto Armado II	68	3	1		4
	Projeto de Arquitetura II – Comercial e Serviço	102	2	4		6
Total		**425**				

5.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**				
		SEMESTRAL	**SEMANAL**			
			TEÓRICA	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
IEA/Unifesspa	Tecnologia das Construções I	68	3	1		4
	Teoria e História da AU V – Idade Contemporânea	68	4	0		4
	Estudos Ambientais	51	3	0		3
	Conforto Ambiental III	68	4	0		4
	Estruturas em Madeira e Aço	68	3	1		4
	Projeto de Arquitetura III – Educacional	102	2	4		6
	Total	**425**				

6.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**				
		SEMESTRAL	**SEMANAL**			
			TEÓRICA	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
IEA/Unifesspa	Tecnologia das Construções II	68	3	1		4
	Arquitetura Brasileira (Arquitetura de BVB)	68	4	0		4
	Estética e História das Artes	34	2	0		2
	Instalações Hidrossanitárias	68	2	2		4
	Planejamento Urbano e Regional I	34	1	1		2
	Projeto de Arquitetura IV – Edificação Vertical	102	2	4		6
	Total	**374**				

(Continua)

7.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**				
		SEMESTRAL	**SEMANAL**			
			TEÓRICA	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
IEA/Unifesspa	Paisagismo I	68	3	1		4
	Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro	68	3	1		4
	Projeto Urbanístico I	102	2	4		6
	Instalações Elétricas e de Comunicação	68	2	2		4
	Planejamento Urbano e Regional II	34	1	1		2
	Projeto de Arquitetura V – Hospitalar	68	2	2		4
	Total	**408**				

8.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**				
		SEMESTRAL	**SEMANAL**			
			TEÓRICA	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
IEA/Unifesspa	Paisagismo II	68	2	2		4
	Metodologia da Pesquisa	34	1	1		2
	Projeto Urbanístico II	102	2	4		6
	Arquitetura de Interiores	68	1	3		4
	Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação	68	2	4		6
	Disciplina Optativa	51	2	1		3
	Total	**391**				

(Conclusão)

9.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**				
			SEMANAL			
		SEMESTRAL	**TEÓRICA**	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
IEA/Unifesspa	Trabalho de Conclusão de Curso I	51	1	2		3
	Estágio Curricular Supervisionado I	187	1	10		11
	Disciplina optativa	51	2	1		3
	Total	**289**				
10.º SEMESTRE						
UNIDADE OFERTANTE	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**				
			SEMANAL			
		SEMESTRAL	**TEÓRICA**	**PRÁTICA**	**EXTENSÃO**	**TOTAL**
IEA/Unifesspa	Trabalho de Conclusão do Curso II	51	1	2		3
	Estágio Curricular Supervisionado II	85	0	5		5
	Atividades Complementares	119				7
	Disciplina optativa	51	2	1		3
	Total	**306**				
CARGA HORÁRIA TOTAL		**3.876**				

Fonte: Equipes de elaboração PPC, a partir da Matriz Curricular do PPC AU/UFRR (2017)

ANEXO IV - ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO

PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
1º Semestre	Desenho Técnico e Arquitetônico	68
	THAU I – Idade Antiga	68
	Geometria Descritiva e Perspectiva	68
	Expressão Manual Artística I	68
	Mecânica Geral	68
	Introdução à Arquitetura e Urbanismo	68
	Total	**408**
PERÍODO LETIVO	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**
2º Semestre	Desenho Universal	68
	THAU – II Idade Antiga Clássica	68
	Geomática e Topografia	68
	Expressão Manual Artística II (MAQUETE)	68
	Sistemas Estruturais	68
	Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanismo	68
	Total	**408**
PERÍODO LETIVO	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**
3º Semestre	Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo	68
	THAU III – Idade Média	68
	Materiais de Construção I	68
	Conforto Ambiental I	68
	Estruturas em Concreto Armado I	68
	Projeto de Arquitetura I – Residencial	102
	Total	**442**

PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
4º Semestre	Estudos Sociais e Econômicos	51
	THAU IV – Idade Moderna	68
	Materiais de Construção II	68
	Conforto Ambiental II	68
	Estruturas em Concreto Armado II	68
	Projeto de Arquitetura II – Comercial e Serviço	102
	Total	**425**
PERÍODO LETIVO	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**
5° Semestre	Tecnologia das Construções I	68
	THAU V – Idade Contemporânea	68
	Estudos Ambientais	51
	Conforto Ambiental III	68
	Estruturas em Madeira e Aço	68
	Projeto de Arquitetura III – Educacional	102
	Total	**425**
PERÍODO LETIVO	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**
6º Semestre	Tecnologia das Construções II	68
	Arquitetura Brasileira (Arquitetura de BVB)	68
	Estética e História das Artes	34
	Instalações Hidrossanitárias	68
	Planejamento Urbano e Regional I	34
	Projeto de Arquitetura IV – Edificação Vertical	102
	Total	**374**

PERÍODO LETIVO	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
7º Semestre	Paisagismo I	68
	Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro	68
	Projeto Urbanístico I	102
	Instalações Elétricas e de Comunicação	68
	Planejamento Urbano e Regional II	34
	Projeto de Arquitetura V – Hospitalar	68
	Total	**408**
PERÍODO LETIVO	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**
8º Semestre	Paisagismo II	68
	Metodologia da Pesquisa	34
	Projeto Urbanístico II	102
	Arquitetura de Interiores	68
	Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação	68
	Disciplina Optativa	51
	Total	**391**
PERÍODO LETIVO	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**
9º Semestre	Trabalho de conclusão de Curso I	51
	Estágio Curricular Supervisionado I	187
	Disciplina Optativa	51
	Total	**289**
PERÍODO LETIVO	**ATIVIDADES CURRICULARES**	**CARGA HORÁRIA**
10º Semestre	Trabalho de Conclusão de curso II	51
	Estagio Curricular Supervisionado II	85
	Atividades Complementares	119
	Disciplina Optativa	51
	Total	**306**
CARGA HORÁRIA TOTAL		**3.876**

Fonte: Equipes de elaboração PPC, a partir da Matriz Curricular do PPC AU/UFRR (2017)

ANEXO V – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Primeira Fase	Segunda Fase	Terceira Fase	Quarta Fase	Quinta Fase	Sexta Fase	Sétima Fase	Oitava Fase	Nona Fase	Decima Fase
Desenho Técnico e Arquitetônico (68h)	Desenho Universal (68h)	Informática Aplicada a Arquitetura e Urbanismo (68h)	Estudos Sociais e Econômicos (51h)	Tecnologia das Construções I (68h)	Tecnologia da Construção II (68h)	Paisagismo I (68h)	Paisagismo II (68h)	Trabalho de conclusão de Curso I (51h)	Trabalho de Conclusão de curso II (51h)
THAU I – Idade Antiga (68h)	THAU – II Idade Antiga Clássica (68h)	THAU III – Idade Média (68h)	THAU IV – Idade Moderna (68h)	THAU V – Idade Contemporânea (68h)	Arquitetura Brasileira (Arquitetura de BVB) (68h)	Patrimônio Cultural – Preservação e Restauro (68h)	Metodologia da Pesquisa (34h)	Estágio Curricular Supervisionado I (187h)	Estagio Curricular Supervisionado II (85h)
Geometria Descritiva e Perspectiva (68h)	Geomática e Topografia (68h)	Materiais de Construção I (68h)	Material de Construção II (68h)	Estudos Ambientais (51h)	Estética e História das Artes (34h)	Projeto Urbanístico I (102h)	Projeto Urbanístico II (102h)	Disciplina Optativa (51h)	Atividades Complementares (119h)
Expressão Manual Artística I (68h)	Expressão Manual Artística II (MAQUETE) (68h)	Conforto Ambiental I (68h)	Conforto Ambiental II (68h)	Conforto Ambiental III (68h)	Instalações Hidrossanitárias (68h)	Instalações Elétricas e de Comunicação (68h)	Arquitetura de interiores (68h)		Disciplina Optativa (51h)
Mecânica Geral (68h)	Sistemas Estruturais (68h)	Estruturas em Concreto Armado I (68h)	Estruturas e Concreto Armado II (68h)	Estruturas em Madeira e Aço (68h)	Planejamento Urbano e Regional I (34h)	Planejamento Urbano e Regional II (34h)	Projeto de Arquitetura VI – Reabilitação (68h)		
Introdução a Arquitetura e Urbanismo (68h)	Introdução ao Projeto Arquitetônico e Urbanismo (68h)	Projeto de Arquitetura I – Residencial (102h)	Projeto de Arquitetura II – Comercial e Serviço (102h)	Projeto de arquitetura III – Educacional (102h)	Projeto de Arquitetura IV – Edificação Vertical (102h)	Projeto de Arquitetura V – Hospitalar (68h)	Disciplina Optativa (51h)		

Fonte: Equipes de elaboração PPC, a partir da Matriz Curricular do PPC AU/UFRR (2017)

ANEXO VI – CARTA-ABERTA ÀS FACULDADES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

CARTA-ABERTA AS FACULDADES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

MANIFESTO DOS ARQUITETOS E ARQUITETAS NEGRO(A)S

DO SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES EM DEFESA DA PRESENÇA NOS CURRICULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DO ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Por AfroCidades

Em um país em que 50% da população se autodeclara afrodescendente, erguida a partir da escravidão que perdurou por quatro séculos, cuja mácula foi corada pelo fato, vergonhoso, de ter sido o último país do mundo a abolir a escravidão, e ter recebido nesse período praticamente a metade da diáspora negro-africana das Américas, negros cujo suor, lágrimas e sangue produziram não só a riqueza colonial advindas da exploração do pau-brasil, cana-de-açúcar, mina de pedras preciosas, criação de gado, lavouras de café, cacau, borracha, mas também, a sua profunda contribuição no processo civilizatório brasileiro.

Os negros no Brasil, não foram apenas escravizados, foram colonizadores do território brasileiro, e suas mãos, engenho, técnicas e conhecimento vindo das civilizações africanas os fizeram construtores de cidades. Dos seus corpos e através deles tudo funcionava na cidade. O negro é a alma invisível das cidades brasileiras.

Invisibilidade essa produzida por uma política de ''branqueamento'' do estado brasileiro na Primeira República, pautado pela poligênia, o racismo científico, o darwinismo social, o determinismo biológico e a criminologia que pregavam a degenerescência física, cognitiva, mental e moral dos negros e mulatos colocando-os como os algozes de um país fadado a decadência, ao fracasso e a tragédia. Invisibilidade do negro, aprofundada, pelo Mito da Democracia Racial no Brasil. Mito que colocou o mulato, símbolo do Estado Novo, como o genuíno brasileiro, que passa a ser a síntese das virtudes das três raças fundantes (branco, negro, índio), cuja paleta de cores, o colorismo brasileiro, alimentou o Racismo Estrutural da sociedade brasileira, em que o negro após a abolição deixou de ser escravo e passou a ser um não cidadão. Moldou o Racismo à Brasileira, onde classe, cor e status joga o jogo do visível e invisível, onde o Racismo à Brasileira se dissimula amalgamado com outras categorias sociais: gênero, sexualidade, idade, classe, atividade, profissão, formação, cor, religião, etc...

O Negro torna-se ''invisível'', não só no imaginário social, mas, sobretudo, nas cidades, nas paisagens urbanas, nas narrativas, nas presenças urbanas, produtores de arquiteturas como um elemento civilizador, cuja cultura nos legou arte, língua, técnicas, culinárias e modos de ser e estar no mundo. Mas, sempre visível na violência, na segregação urbana, e nos locais de confinamento e encarceramento. Mas esse negro, construtor de cidades, nunca teve seu capítulo escrito na história da arquitetura e do urbanismo no Brasil.

A arquitetura e urbanismo brasileiro raramente problematizou o papel do Negro na produção da arquitetura e das cidades brasileiras. A história da arquitetura, do urbanismo e da cidade no Brasil é uma narrativa do colonizador.

Há necessidade de construção de um pensamento pós-colonial, descolonial, afrocentrado e afroinscrito na produção arquitetônica e urbana no Brasil tanto historiográfica, como processual, metodológica e projetual. Nossas cidades são reflexos de uma sociedade estamental, que se ''modernizaram'' em uma sociedade de classes capitalista, mas imbrincada com a sociedade colonial, patriarcal e escravocrata. Nossas cidades espacializam a casa grande e a senzala, cidadãos plenos de um lado e não cidadãos do outro. Todavia, o que se opõe a casa grande não é a senzala, mas o Quilombo. O quilombo é a resistência, a luta e esperança do negro.

Nesse viés, com o espírito quilombola o grupo EtniCidades: grupo de estudos étnico-raciais em arquitetura e urbanismo da FAUFBA, vem construindo coletivamente, com arquitetos negros, arquitetas negras, e agentes antirracistas o *Seminário Salvador e Suas Cores*, que tem como objetivo promover a construção de um campo de debate, pesquisa, e ensino na esfera disciplinar da arquitetura e urbanismo sobre as questões étnico-raciais em suas relações com a Arquitetura, Cidade, e Urbanismo, notadamente, no que tange ao legado civilizatório dos Africanos no Brasil, ainda lacunar, na formação de arquitetos e urbanistas, na historiografia e teoria da arquitetura, no planejamento de cidades e projetos arquitetônicos.

Buscam tecer a relação do Negro com a edificação de arquiteturas, territórios e cidades no país, visando traçar a construção de uma agenda que venha a contemplar as ''Arquiteturas Afro-brasileiras'', introduzindo o campo da Arquitetura e Urbanismo nos chamados ''Estudos Afro-brasileiros'', que se desenvolveram no Brasil desde o final do século XIX.

O Seminário Salvador e Suas Cores 2018 buscou, ainda, conectar a África ao Brasil no campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo, traçando paralelos entre as realidades das cidades africanas com as brasileiras. Visando introduzir oficialmente o campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo no Brasil nos chamados ''Estudos Africanos'', trazendo reflexões e debates sobre a produção contemporânea das cidades africanas, o urbanismo em desenvolvimento na África com a sua respectiva produção arquitetônica, e as relações entre as cidades africanas e brasileiras no processo continuo de diáspora. Assim como buscou trazer visibilidade para a produção da Arquitetura e Urbanismo em África, que não são tratados nos currículos de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil, assim como problematiza a descolonização do pensamento com a reflexão da relação sul-sul, Brasil-África, notadamente, nos processos de segregação étnico-racial nas cidades africanas e brasileiras na atualidade.

Vários foram os avanços legais no combate ao racismo na esfera internacional e nacional, com impactos na educação, sobretudo no ensino superior:

1.0 - Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), 21/03/1960;
2.0 – Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), 27/11/1978
3.0 - CONSTITUIÇÃO do Brasil de 1988;
4.0 - Decreto Presidencial nº. 3.912, de 10/09/2001 que regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos;

5.0 - Decreto Presidencial nº. 10.639, de 09/01/2003, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino Básico, Fundamental e Médio a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira;

6.0 - Decreto Presidencial de 13/05/2003 propõem nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – com o auto-reconhecimento;

7.0 - Decreto Presidencial nº. 4.886, de 20/11/2003, institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR;

8.0 - Decreto Presidencial nº. 4.887 de 2003: Considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

9.0 – Instrução Normatica N.57 – 20/10/2003 – Regulamenta Procedimentos de Titulação de Terras Quilombolas (Delimita as Ações da FCP e INCRA);

10.0-Estrutura Institucional de Órgãos Federais, Estaduais e Municipais voltados para a Promoção da Igualdade Racial:

- Medida Provisória n° 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei n.10.678 - cria a SEPPIR - Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial do Governo Federal (status de ministério),
- Lei n.10.549/2006 - SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia,
- Lei n.6.452/2013 - SEMUR – Secretaria Municial da Reparação da Cidade do Salvador;

11.0 - DF RESOLUÇÃO Nº1, de 17 de junho 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

12.0 – Decreto n.6040 – 07/20/2007 - Estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (indígenas, quilombolas, comunidades de templos religiosos de matrizes africanas, ciganos, fundo e fecho de pasto, ribeirinhos, pescadores, marisqueiros, gerazeiros, etc...);

13.0 - Programa Brasil Quilombola (PBQ/2008), no que tange as diretrizes presentes nos campo de Habitação, Saneamento, Infra-estrutura, Acessibilidade, Saúde, Educação, Segurança;

14.0 – Decreto 11.645/2008, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Indígena, Africana e Afro-Brasileira;

15.0 - ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, Lei 12.288/2010, de 20/07/2010;

16.0 – Decreto n.8136/2013 – Institui o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir);

17.0 - Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas da SEPPIR de 2013 ;

18.0 – Lei 13.182/2014 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa do Estado da Bahia;

19.00 – Decreto n.8750 / 2016 – Institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais-CNPIR/PNPCT

Mas é a RESOLUÇÃO Nº1, de 17 de junho 2004, do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CONSELHO PLENO/DF que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea "C", da Lei nº. 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1° - A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira e em especial por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1° As instituições de ensino superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 2° O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

A partir da RESOLUÇÃO Nº1, de 17 de junho 2004, do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CONSELHO PLENO/DF que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,

A plenária *do Seminário Salvador e Suas Cores 2018* solicita as faculdades de Arquitetura e Urbanismo as seguintes medidas:

1 – Que sejam criadas disciplinas optativas e obrigatórias, na graduação e pós-graduação, que abordem as Relações Étnico-Raciais, Arquiteturas Africanas e Afro-brasileiras, e Cidades Africanas;

2 - Que seja incorporado nos currículos acadêmicos dos cursos, nas ementas das disciplinas existentes de planejamento urbano, projeto urbano, projeto de arquitetura, tecnologias, técnicas construtivas, história e teoria os conteúdos relativos à história e cultura AFRICANA:

- ARQUITETURAS AFRICANAS
  Arquiteturas tradicionais africanas. Arquiteturas e etnias africanas. Arquitetura e Colonialismo europeu. Arquitetura Moderna na África. Arquiteturas e Pós-colonialismo. Arquitetura e Pan-africanismo: arquitetura no processo de fortalecimento das identidades nacionais pós-independência. Arquitetura Africana Contemporânea;

- CIDADES AFRICANAS
  História das Cidades Africanas: pré-colonial, colonial, pós-colonial. Cidades Estados Africanas na África Ocidental e Meridional. Urbanismo na África no período colonial, pós-colonial, e contemporânea. Políticas Públicas e Planejamento Urbano nas Cidades Africanas. Segregação étnico-racial nas cidades africanas no período colonial e pós-colonial;

- DIÁSPORA AFRICANA NO ATLÂNTICO NEGRO: CIDADES DIASPÓRICAS
  Tráfego Negreiro e impacto nas cidades brasileiras. Relações de trocas entre cidades brasileiras e africanas no período do tráfego. Fluxos de Libertos entre Brasil e África e seus desdobramentos urbanos. Rotas e redes do tráfego no Atlântico Negro: África, Antilhas, Caribe, EUA, Brasil e suas conexões urbanas. Arquitetura dos Agudás: os retornados;

3 - Que seja incorporado nos currículos acadêmicos dos cursos, nas ementas das disciplinas existentes de planejamento urbano, projeto urbano, projeto de arquitetura, tecnologias, técnicas construtivas, história e teoria os conteúdos relativos à história e cultura AFRO-BRASILEIRA:

- ARQUITETURAS DE TEMPLOS RELIGIOSOS DE MATRIZES AFRICANAS

  Templos Religiosos Africanos na África. Arquiteturas religiosas de matrizes africanas: elementos simbólicos, rituais, manifestações culturais, cosmo-ethos, relações hierárquicas, relações de gênero na composição dos espaços arquitetônicos de templos religiosos de matrizes africanas. Formação das arquiteturas religiosas de matrizes africanas no Brasil. Vertentes teóricas e históricas sobre arquitetura dos templos religiosos de matrizes africanas no Brasil: vertente africanista; vertente crioulista. Especificardes e diferenciações arquitetônicas entre as nações de terreiros de Candomblé no Brasil. Arquitetura nos processos de mapeamento dos templos religiosos de matrizes africanas. Processos de Reafricanização nas Arquiteturas de templos religiosos de matrizes africanas. Arquitetura dos templos religiosos de matrizes africanas e Cidade: relações, conexões, redes, conflitos, resistências e persistências no espaço urbano. O sagrado afro-brasileiro no espaço urbano.

- ARQUITETURAS DO LÚDICO AFRO-BRASILEIRO: BLOCOS AFRO, AFOXÉS, MARACATU, CONGADAS, ESCOLAS E GRUPOS DE SAMBA

  Relação das arquiteturas do lúdico afro-brasileiro e templos religiosos de matrizes africanas. Arquiteturas de entidades carnavalescas do negro e seus desdobramentos no espaço urbano. Festividades e Manifestações negras no espaço urbano. Arquiteturas do lúdico afro-brasileiro e territórios negros, bairros negros e cidade em disputas. Arquiteturas do Lúdico Afro-brasileiro e suas relações com a cultura, resistência, ancestralidade, etnicidade, e estética negra. Letras e musicalidade na Arquitetura do Lúdico Afro-brasileiro. Arquiteturas do Lúdico Afro-brasileiro e suas relações discursivas com o movimento negro, movimento operário e sindical negro, pan-africanismo, processo de libertação dos países africanos, luta pelos direitos civis nos EUA, luta pelo Apartheid na África do Sul, conexão Brasil – África empreendido por líderes religiosos de matrizes africanas.

- ARQUITETURAS DE QUILOMBOS

  Relação entre território, cultura e etnicidade na arquitetura de quilombos. Relação entre natureza e arquitetura de comunidades quilombolas. Vertentes teóricas e históricas sobre os quilombos no Brasil e suas abordagens espaciais e arquitetônicas: vertente africanista, conservativa, restaurativa (séc. XIX a 1960); escola paulista (1960-1980); estudos contemporâneos (1990 à atualidade). Cartografias Étnicas Quilombolas. Arquiteturas e territórios nos processos de reconhecimento de comunidades quilombolas pela FCP-Fundação Cultural Palmares e nos processos de titulação pelo INCRA – RTID. Conflitos entre comunidades quilombolas e a sociedade mais ampla em espaços urbanos: distritos, povoados, zonas de marinha, e regiões metropolitanas. Racismo Ambiental. Problemáticas quilombolas contemporâneas e espaços urbanos. Quilombos Urbanos.

- ESCRAVIDÃO E CIDADES

  Habitação Escrava no meio urbano e rural no período colonial e imperial. Os escravizados domésticos, de ganho e de aluguel no espaço urbano nas cidades brasileiras. Artífices negros e a construção de cidades brasileiras. Apropriações, conflitos e revoltas escravas no meio urbano. Territórios de resistência à escravidão: quilombos, terreiros, e irmandades religiosas. O negro nas cidades brasileiras pós-abolição. Invisibilidade do negro no processo de modernização/industrialização das cidades brasileiras.

- BAIRROS NEGROS: TERRITÓRIOS DA NEGRITUDE

  Conceitos sobre bairros negros. Percepções dos bairros negros: limites, extensões e redes. Caracterização e metodologias de apreensão dos bairros negros. Bairros negros: família extensa e redes de solidariedade. Bairros negros e paisagem urbana. Bairros negros e resistência. Manifestações culturais e expressões artísticas afro-brasileiras nos bairros negros: Capoeira, Maculelê, Congadas, Marujadas, Folguedos, Reisados, Tambor de Crioulo, Sambas Juninos, Samba de Roda, Mangue Beat, Hip-hop, Funk.

4 - Que seja incorporado nos currículos acadêmicos dos cursos, nas ementas das disciplinas existentes de planejamento urbano, projeto urbano, projeto de arquitetura, tecnologias, técnicas construtivas, história e teoria os conteúdos relativos a RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:

SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

- RACISMO E CIDADE: SEGREGAÇÃO ÉTNICO RACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

  Perseguição e criminalização das práticas culturais africanas e afro-brasileiras no século XIX e XX em meio urbano: capoeira, samba, maculelê, candomblé. Projetos de urbanização higienistas, modernizantes, e segregacionistas étnico-raciais nas cidades brasileiras no século XIX e XX. Raça, racismo e racialidade nos discursos da desocupação/ocupação pelo negro do espaço urbano. Racismo e Anti-racismo no espaço urbano brasileiro. Racismo Institucional e espaço urbano. Planejamento Urbano e Racismo. Projetos de Urbanização e Racismo. Segregação étnico-racial nas cidades brasileiras. Turismo Étnico: agenciamento das manifestações culturais negras.

- ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E CIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS, PROJETOS E AÇÕES PARA A POPULAÇÃO NEGRA E CIDADE

  Estatuto da Cidade x Estatuto da Igualdade Racial. Estatuto da Igualdade Racial: Arquitetura e Cidade. Programa Brasil Quilombola: Habitação, Saneamento, Infraestrutura Urbana. Programas em territórios quilombolas: Minha Casa, Minha Vida Rural; Luz para Todos; Água para Todos; Escola Quilombola do MEC, Casas de Farinhas. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas e sua relação com a Cidade. Aparato institucional de tutela dos territórios negros: cooperações e conflitos.

PROF. DR. FÁBIO MACÊDO VELAME
COORDENADOR DO SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES
Grupo EtniCidades: grupo de estudos étnico-raciais em arquitetura e urbanismo FAUFBA

SALVADOR E SUAS CORES 2018
CIDADES DA DIÁSPORA NEGRA: LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Participantes do Seminário Salvador e Suas Cores 2018: Cidades da Diáspora Negra – Laços África-Brasil, que assinam essa carta aberta:

Fábio Macêdo Velame – UFBA
Maria Alice Pereira – UFBA
Sônia Silva – UFBA
Josane Oliveira – UFBA
Vilma Patricia - UFBA
Everaldo Conceição – UFBA
Gabriela Leandro Pereira - UFBA
Wanderson Souza – UFBA
Jeferson Reis – UNIFACS
Alberto José de Araújo – UFBA
Flávio Silva – UFBA
Mabueka Teixeira Arias – UFC
Flavia de Souza Araújo – UFAL
Edvaldo José Correia de Barros – UFBA
Constança Metzke – UFBA
Paula Cristina santos Costa – UFBA
Jana Santos Araújo –UFBA
André Luis de Oliveira Silva – USP
Tahissa Talita Silva – UNESP
Sueli Santos Oliveira – UNINASSAU
Soane Barbosa Pereira Menezes – UFBA
Barbara Guimarães Vitorino – UFBA
Claudia Rosalina Adão – USP
João Ferreira Vasconcelos da Rocha – UFAL
Flávio Cardoso dos Santos – UEFS
Lilian Soares da Silva – UFRB
Muhammad Junior Braga Bazila – UNB
Karina Purificação da Silva Santos – UNITINS

Gabriela Santiago Xavier – UFBA
Natália Fernanda Francisco Duarte – IFPR
Fávio Cardoso dos Santos Junior – UEFS
Luiz Rogério Rosário G. Junior – UFBA
Thamirez Martins dos Santos – UAM
Flavia de Souza Araújo – UFAL
Everaldo da Conceição – UFBA
Sarah Nascimento dos Reis – UFBA
Mariurka Naturell Raiz – UFSC
Majara Fernandes – UFBA
Mauricio Wilson Camilo da Silva – UFRJ/INEP-Guiné Bissau
Sofia Costa e Lima – UFBA
Jones de Souza Nascimento – UFBA
Norma Pereira – UFBA
Mateus Augusto Bastos Batista da Silva – UFBA
Elane Bastos de Souza – UFBA
Bamiokeke Faeoyin – UFBA
Paulo Victor Marques Vitovil – UFBA
Jennifer Ressie R. Facundes – UNEB
Daniel Silva Nogueira Matos – UNEB
Rosenilda Souza – UFBA
Nathalia Avelina Cintra – UFAL
Luis Guilherme Pires – UFBA
Barbara Thompson – UFBA
Jessica de Almeida Polito – UNASP
José Augusto Saraiva – GERMEM
Natalia Fernanda Duarte – IFPR
Celina Borges – IFPR
Maria Rosina Borges – UFBA
Pablo Henrique Pinto – UNIFACS
Aurea André – UNASP
Emanuela Mattias – UFC
Renata Aquino da Silva – UERJ

Cecilia Nascimento da Silva – UFBA
Ana Laura G- UFU
Diana Catarino – UFBA
Stela Regina M. Lopes – UNB
Tayná Almeida de Paula – UFAL
Dilton Lopes de Almeida – UFBA
Raviez Junior – UFBA
Aquiles Coelho Silva – UNICAMP
Ana Lúcia Menezes – UFBA
Ana Paula Ferreira – UEMA
Edson Lima Gouveia – UFRJ
Lilia Francisca da Silva – UAM
Rui Rosa Rios de Jesus – UFRJ
Lucio Moreira Gonçalves – UFRJ
Marcelo Siqueira – UFRJ
Karoline Barbosa – UFRJ
Stefany dos Santos – UFRJ
Kyo Timotio Dias – UNICAMP
Raquel Freire – UNB
Alvara Cren de Souza – UFRJ
Geovanna Lemos Vieira – UFRJ
Luana Stefany Peixoto – UFRJ
Vitoria Neves Coelho – UFRJ
Helissan Cavalcante Vieira – UFRJ
André Lima Odwyer – UFBA
Rogerio Suzart da Costa – UFBA
Odianizio de Santana – UFBA
Ingrid de Oliveira Pita – UFBA
Bruno Oliveira Fernandes – UFBA
Manuela Teixeira Arias – UFC
Larissa Lais Bonfim Cerqueira – UFBA
Barbara Rocha – UFBA
Bianca Soares – UFBA
Emanuel Caboco – INPC – Angola
Fernanda dos Santos – IPPUR/UFRJ